

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO

CNUCED

Quem beneficia com a liberalização do comércio em Cabo Verde?

UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO



NAÇÕES UNIDAS

Quem beneficia com a liberalização do comércio em Cabo Verde?

Uma perspectiva de gênero



Publicação das Nações Unidas
UNCTAD/OSG/2011/2
© Copyright United Nations 2012

Traduzido por Lucinda Simas Magalhães

AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO EXECUTIVO.....	v
INTRODUÇÃO	ix
I. PERFIL DO PAÍS.....	1
1.1 VISÃO GLOBAL	3
1.2 ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS SELETOS.....	4
1.2.1 Composição do PIB	4
1.2.2 Indicadores sociodemográficos.....	4
1.2.3 Características regionais das ilhas	9
1.2.4 Emprego.....	9
II. INTEGRAÇÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO EM CABO VERDE	15
2.1 COMPROMISSOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS	17
2.1.1 Políticas governamentais e leis relativas à questão de gênero	17
2.1.2 Compromissos internacionais para com a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres	18
2.2 ATUAL SITUAÇÃO SOCIOPOLÍTICA E ECONÔMICA DAS MULHERES	19
III. ANÁLISE COMERCIAL.....	21
3.1 FLUXOS COMERCIAIS	23
3.1.1 Balança de pagamentos	23
3.1.2 Comércio de Mercadorias.....	24
3.2 ACORDOS/PARCEIRIAS COMERCIAIS	27
3.2.1 Bilaterais.....	27
3.2.2 Regionais.....	29
3.2.3 Multilaterais	30
3.3 PRINCIPAIS OBSTÁCULOS AO COMÉRCIO	33
3.3.1 Proteção do acesso ao mercado doméstico	33
3.3.2 Proteção enfrentada nos principais mercados de exportação.....	33
IV. LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO, EMPREGO FEMENINO E BEM-ESTAR	35
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA.....	37
4.2 PREÇO DOS ALIMENTOS	40
4.3 REMESSAS DO EXTERIOR.....	46
4.4 TURISMO, SERVIÇOS, MERCADO DE TRABALHO E RENDA	51
V. RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICA	59
5.1 DIÁSPORA E REMESSAS	61
5.2 PREÇO DOS ALIMENTOS	63
5.3 TURISMO	65
5.4 ACORDO DE PARCERIA ECONÔMICA	66
5.5 EMPODERAMENTO ECONÔMICO	66
5.6 CENTROS E PLATAFORMAS DE SERVIÇOS INTERNACIONAIS.....	67
ANEXO 1: QUADRO ANALÍTICO	69
REFERÊNCIAS.....	73
NOTAS	77

AGRADECIMENTOS

Este estudo faz parte das atividades da CNUCED voltadas para o tratamento integrado das questões de comércio, gênero e desenvolvimento, e implementadas pela organização em conformidade com seu mandato. Em seu enunciado, o Acordo de Acra, emanado da XII Conferência Ministerial (Acra, Gana, de 20 a 25 de abril de 2008), solicitou à CNUCED que concedesse maior atenção aos vínculos existentes entre o comércio e os objetivos e metas de desenvolvimento estabelecidos em acordos internacionais, incluindo a igualdade de gênero (parágrafo 96(d)). Da mesma forma, instou o organismo a envidar esforços de modo a integrar as questões relativas à transversalização da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres em todos os seus trabalhos (parágrafo 173). Mediante o exame de experiências vivenciadas por países específicos, a CNUCED busca contribuir não só para a análise da relação existente entre políticas comerciais e igualdade de gênero como também para o debate internacional ligado a essa matéria. Este trabalho é parte integrante de uma série de estudos de caso levados a cabo atualmente pela organização em seis países em desenvolvimento: Angola, Butão, Cabo Verde, Lesoto, Ruanda e Uruguai.

O estudo foi elaborado por uma equipe da CNUCED constituída por Mona Froystad, Irene Musselli e Simonetta Zarrilli, em colaboração com o Professor Guido Porto do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade de La Plata, Argentina. A sistematização geral do trabalho esteve a cargo de Simonetta Zarrilli.

O grupo contou com o inestimável apoio do Governo de Cabo Verde, especialmente do Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade e do Instituto Nacional de Estatística – INE, os quais compartilharam generosamente seus dados, documentos e relatórios oficiais com a CNUCED. Cumpre agradecer o trabalho desenvolvido pelo Escritório do Coordenador Residente das Nações Unidas que logrou assegurar a coordenação entre a CNUCED e o Governo de Cabo Verde. Um especial agradecimento a Clara Barros, Conselheira de Gênero da ONU Mulheres, por sua colaboração e seu apoio e estímulo durante toda a implementação do projeto. Este trabalho foi enriquecido pelos pertinentes comentários e sugestões apresentados por Lisa Borgatti, Milasoa Cherele-Robson, Heather Gibb, Murray Gibbs, Claudia Roethlisberger e Marta Wojtczuk.

O projeto foi financiado pela 7ª parcela da Conta de Desenvolvimento da ONU sob o tema geral: *“Apoio para a avaliação de importantes desafios globais ao desenvolvimento de modo a fortalecer a consecução dos objetivos de desenvolvimento estabelecidos em acordos internacionais por meio da cooperação nos planos global, regional e nacional.”*

RESUMO EXECUTIVO

Políticas comerciais que visam promover uma maior integração do mercado, tais como a liberalização e facilitação do comércio, tendem a provocar um forte efeito redistributivo tanto entre os diferentes setores econômicos quanto entre os indivíduos em geral. Uns poderão ser beneficiados, outros prejudicados e outros, ainda, permanecer imunes. O presente estudo examina algumas das consequências dessas políticas comerciais no bem-estar dos agregados familiares de Cabo Verde, especialmente sob uma perspectiva de gênero. Na medida de suas possibilidades, o trabalho busca encontrar políticas e instrumentos que propiciem resultados positivos para as mulheres. Em particular, analisa o preço dos alimentos, as remessas do exterior e o setor do turismo. Estes três domínios revelaram-se importantes canais de transmissão através dos quais as políticas comerciais afetam as relações de gênero em Cabo Verde. Eles foram identificados à luz de seu importante significado para o país e para as mulheres cabo-verdianas e em base à disponibilidade dos dados existentes.

Cabo Verde caracteriza-se por ser fortemente dependente de importações, especialmente de alimentos e de diferentes tipos de maquinaria. O setor exportador é de pequeno porte e limita-se a negociar bens primários ou de baixo conteúdo tecnológico. A União Europeia (UE) constitui o principal parceiro comercial do país. Atualmente, Cabo Verde é uma das nações favorecidas pelo mecanismo denominado Tudo Exceto Armas – TEA (*Everything but Arms - EBA*), que lhe dá acesso ao mercado da UE com isenção fiscal. Entretanto, em 2008 o país deixou de fazer parte dos países menos avançados e, assim, será retirado da lista dos beneficiários do TEA em 1 de janeiro de 2012, após cumprir um período transitório de três anos. No momento, Cabo Verde negocia um Acordo de Parceria Econômica (APE) com a UE, no âmbito do Acordo Quadro de Cotonou. Após a eliminação gradativa do mecanismo TEA, o referido Acordo continuará a assegurar isenção fiscal às exportações cabo-verdianas no mercado da UE, embora desta feita em termos recíprocos. Existe, porém, o receio de que a eliminação das tarifas aduaneiras impostas à maioria dos produtos europeus possa reduzir significativamente as receitas governamentais, o que, por sua vez, poderia afetar de maneira adversa a prestação dos serviços públicos, dos

quais as mulheres são as principais beneficiárias. Além disso, caso a liberalização do comércio com a União Europeia seja realizada de forma imediatista e sem as devidas salvaguardas, o processo poderá dificultar as perspectivas de industrialização do país e prejudicar as mulheres que trabalham em setores afetados pela concorrência das importações, dentre outros. Há o risco de que muitos produtores cabo-verdianos não consigam manter seus lucros, tendo em vista sua limitada capacidade para competir com as importações europeias devido às restrições do lado da oferta.

Em grande medida, Cabo Verde tem demonstrado empenho significativo em favor da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres. Nos planos multinacional e regional, o país é signatário de diversos pactos e acordos relacionados a estas questões; no âmbito nacional, tanto a Constituição quanto uma série de leis pertinentes garantem a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Contudo, Cabo Verde vem experimentando dificuldades para assegurar de facto essa igualdade. As disparidades entre os sexos não aparentam estar enraizadas em barreiras legislativas, mas sim em normas socioculturais que nem políticas nem leis têm conseguido superar.

As políticas comerciais produzem três efeitos primordiais sobre os agregados familiares cabo-verdianos: a) o efeito consumo sobre o preço dos bens adquiridos pelas famílias; b) o efeito renda sobre a renda dos agregados familiares, incluindo proventos, venda de produtos agrícolas e outros rendimentos; e c) o efeito receita sobre a geração e distribuição de receitas públicas. As receitas governamentais podem afetar indiretamente os agregados familiares no momento da transferência e do fornecimento de bens públicos. Durante o estudo, foram realizadas simulações a fim de avaliar como o bem-estar dos indivíduos e das famílias poderia ser afetado caso ocorresse: (i) uma mudança no preço dos alimentos; (ii) um aumento da renda proveniente de remessas do exterior; e (iii) uma expansão de alguns subsectores do turismo. Os resultados foram agregados de acordo com parâmetros relevantes (localização, gênero, grau de pobreza) de modo a melhor identificar quaisquer subgrupos eventualmente beneficiados ou prejudicados pelas políticas comerciais. As principais conclusões da análise são apresentadas de forma resumida abaixo.

O preço dos alimentos

O gasto com a alimentação representa uma grande parcela das despesas gerais tanto dos agregados familiares cabo-verdianos que vivem em zonas urbanas quanto dos que vivem em zonas rurais. Em termos nacionais, a alimentação constitui aproximadamente 45% do orçamento dos agregados familiares de mais baixa renda, havendo uma pequena diferença entre aqueles chefiados por homens e os chefiados por mulheres. A proporção de recursos gastos na alimentação decresce de acordo com o nível de prosperidade presente; assim, alimentos mais caros penalizarão com maior intensidade os agregados familiares mais pobres.

No plano mundial, a média global dos preços dos produtos agrícolas e dos alimentos está aumentando rapidamente segundo o Índice de Preços dos Alimentos da FAO, o qual alcançou uma máxima quase histórica em maio de 2011. Tendo estes dados como pano de fundo, o estudo simula as consequências que uma elevação de 10% nos preços internacionais dos alimentos acarretaria para os mais pobres, pois tal elevação provocaria acréscimo semelhante no custo da cesta familiar. No plano nacional, a proporção de indivíduos abaixo da linha de pobreza cresceria 2,6 pontos percentuais (um aumento do índice de incidência de 36,7% para 39,2%). Tal como assinalado anteriormente, existem apenas diferenças marginais entre o impacto da pobreza sobre os agregados familiares chefiados por homens ou por mulheres. Nos casos de pobreza extrema, porém, os efeitos tenderiam a ser mais marcantes nos lares chefiados por mulheres do que sobre aqueles chefiados por homens (progressão de 2,2% e 1,5% respectivamente). As repercussões negativas do aumento de 10% no custo da cesta familiar seriam sentidas com maior força nos meios rurais do que nos urbanos: o número de indivíduos vivendo abaixo da linha de pobreza subiria 3,1 e 2,2 pontos percentuais, respectivamente.

O estudo simulou, igualmente, os resultados decorrentes de uma completa liberalização tarifária na agricultura, especialmente no contexto das negociações ora em curso no âmbito do APE. As tarifas aplicadas às NMF alcançam em média 12% para os produtos agrícolas. Deixando de lado a extensão do repasse para os preços alimentares domésticos, estimou-se que uma total liberalização tarifária provocaria uma retração de 10% nos preços dos alimentos. O propósito desta segunda simulação foi o de isolar o resultado das políticas de liberaliza-

ção do comércio em Cabo Verde sobre o preço dos alimentos, separando-o de eventuais efeitos sobre outros fatores. A alteração no preço dos alimentos provocada pelo hipotético corte tarifário reduziria o nível de pobreza. Na esfera nacional, a proporção de indivíduos vivendo abaixo da linha de pobreza diminuiria 2,6%. Mais uma vez, há diferenças tão somente marginais entre o impacto da pobreza em agregados familiares chefiados por homens ou por mulheres, embora os efeitos propendam a ser maiores naqueles chefiados por mulheres. A simulação traz igualmente à luz consequências mais acentuadas nas zonas rurais do que nas urbanas, especialmente em casos de pobreza extrema.

Não obstante o fato de a análise ter demonstrado que os cortes tarifários decorrentes do APE poderiam ser mais favoráveis aos pobres, ela não considerou a fundo questões relativas à segurança alimentar. Devido à sua situação geográfica e condições climáticas, a insegurança alimentar em Cabo Verde é estrutural e o país provavelmente continuará dependente da importação de alimentos. Entretanto, existe interesse em preservar certa capacidade de produção nacional nos setores alimentar e agrícola. Deve-se, portanto, buscar lograr um equilíbrio entre os benefícios derivados da liberalização do comércio e da redução de tarifas conexas, especialmente para os agregados familiares pobres, e a necessidade de manter e elevar a capacidade produtiva local. A crise alimentar mundial de 2007-2008 deixou patente como é arriscado depender da importação de alimentos, o que provocou um renovado interesse no desenvolvimento da capacidade produtiva do setor agrícola de Cabo Verde.

A persistente elevação dos preços dos produtos agrícolas e dos alimentos no mercado internacional confere extrema importância às políticas e aos planos nacionais, inclusive programas de proteção social e políticas agrícolas proativas. O governo central e as prefeituras de Cabo Verde são responsáveis pela implantação de mecanismos de proteção social com o propósito de controlar os efeitos adversos provocados pela insegurança alimentar, dentre eles programas de cantina escolar e de transferência direta de renda. Ao planejar os programas de proteção social é imprescindível determinar de antemão a população alvo e os modos de implementação. Algumas das conclusões elaboradas pelo presente estudo poderão fornecer orientações sobre a melhor forma de identificar os beneficiários elegíveis, em base a características populacionais tais como localização, gênero e renda. Os resultados deste trabalho apontam, igualmente, para a

necessidade de se preservar e estimular a produção nacional de alimentos básicos de modo a reduzir a exposição do país aos riscos decorrentes da alta volatilidade dos mercados internacionais. Cabo Verde já identificou algumas importantes áreas de atuação, dentre elas o estímulo à pesca artesanal, o aperfeiçoamento da produção agrícola por meio de um plano de irrigação e a promoção do manejo sustentável dos recursos naturais

Algumas iniciativas no âmbito do programa Ajuda para o Comércio (*Aid for Trade*) poderiam atrair um maior volume de assistência para o desenvolvimento de Cabo Verde, e dar suporte aos esforços do país no sentido de melhorar a infraestrutura necessária à elevação de sua capacidade de produção alimentar. O principal desafio é alinhar os fluxos de ajuda com as prioridades estabelecidas nas políticas nacionais agrícolas/setoriais. Atividades como o aprimoramento tecnológico para pequenas agricultoras, seu maior acesso aos serviços de extensão rural e seu treinamento sobre a observância de normas e padrões poderiam constar como áreas relacionadas ao comércio para as quais seria adequado buscar mecanismos internacionais de financiamento.

As remessas do exterior

Produto da diáspora cabo-verdiana, as remessas do exterior constituem um importante elo entre a migração e o desenvolvimento do país. As remessas e os rendimentos externos são uma importante fonte de receita adicional e representam atualmente 10,5% do total da renda familiar, e 14,7% da renda dos agregados familiares chefiados por mulheres. Existem, também, disparidades geográficas: nas zonas rurais as remessas provenientes do exterior representam quase 15% da renda total, enquanto nas urbanas elas equivalem a apenas 7,1%. Em termos nominais, essas remessas praticamente dobraram entre 1998 e 2008 (de US\$ 77 milhões para US\$ 138.4 milhões). Entretanto, o peso das remessas no PIB tem, de fato, diminuído nos últimos anos.

O estudo realizou simulações sobre o efeito que um aumento de 20% da renda proveniente das remessas provocaria no bem-estar dos agregados familiares. Os resultados demonstraram que os ganhos decorrentes desse aumento seriam percebidos com maior intensidade nos agregados familiares chefiados por mulheres e que o meio rural seria mais afetado do que o urbano. Nas zonas urbanas, os benefícios se assemelhariam para toda a gama de níveis de renda e equivaleriam a 2% dos rendimentos dos

agregados chefiados por mulheres e a 1% das receitas dos agregados familiares chefiados por homens. Em contrapartida, os benefícios nas zonas rurais pareceriam associar-se positivamente às despesas per capita do agregados familiares, especialmente para os chefiados por mulheres. No geral, a simulação sugere que uma elevação no volume das remessas seria particularmente benéfica para os agregados familiares chefiados por mulheres, com exceção das famílias mais pobres nas áreas rurais, cuja parcela de renda advinda de remessas do exterior parece ser muito pequena.

Tendo em vista o efeito equalizador das remessas sobre a distribuição de renda e sua importância para o sustento dos agregados familiares, Cabo Verde, para seu próprio proveito, deveria explorar meios e fórmulas de manter e facilitar os fluxos de remessas do exterior. Para tanto, é imprescindível uma coerência política e institucional nos planos nacional e internacional, bem como uma ação coordenada entre os países que enviam e acolhem trabalhadores. Existem duas áreas principais de atuação política de especial importância: gestão da mobilidade dos trabalhadores e facilitação dos fluxos de remessas. A mobilidade dos trabalhadores constitui uma questão complexa e Cabo Verde deveria pesar cuidadosamente, por um lado, os efeitos positivos da migração e das remessas - tais como os influxos financeiros e o estabelecimento de uma rede transnacional ligada à diáspora - e, por outro, as repercussões negativas como a "fuga de cérebros" e a dependência em relação às remessas do exterior. No que concerne à facilitação dos fluxos de remessas há várias formas e maneiras de reduzir os custos de transferência e formalizar o processo, dentre as quais destacam-se o estímulo ao estabelecimento de filiais de bancos estrangeiros no país ou a promoção de parcerias entre instituições bancárias dos países remetentes e destinatários das remessas. Deveria ser dada especial atenção aos migrantes irregulares, muitos dos quais são mulheres, que poderiam não ter acesso a mecanismos formais de transferência de recursos.

A prestação de serviços no exterior, em conformidade com o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS), modo 4 - o movimento temporário de indivíduos como prestadores de serviços -, constitui a única norma baseada em um tratado internacional hoje em vigor que trata da movimentação temporária de certas categorias de pessoas. A definição exata de prestadores de serviços temporários,

contudo, é bastante vaga, e levando-se em conta que a diferença entre deslocamento temporário e migração temporária tende a ser tênue, alguns países utilizam os mesmos instrumentos legais para regulamentar ambos movimentos. Tal como ressaltado acima, instrumentos de comércio e de migração podem ser usados de modo a tornar o trabalho no exterior vantajoso tanto para os trabalhadores quanto para os países que enviam e acolhem os mesmo. Enquanto os deslocamentos temporários de prestadores de serviços em conformidade com a implementação do modo 4 do GATS ainda permanecerem indefinidos, o estudo identificou medidas que, entretantes, poderiam propiciar maior participação e benefícios para as mulheres que trabalham no exterior, tais como o aumento dos movimentos temporários de prestadores de serviços menos qualificados, a simplificação dos processos de concessão de vistos e autorizações de trabalho, a facilitação das exigências para licenciamentos e para o reconhecimento de qualificações profissionais e a racionalização das avaliações das condições econômicas.

Turismo

Graças às receitas geradas pela entrada de divisas, à criação de empregos diretos e indiretos e à capacitação profissional, o turismo constitui uma das principais perspectivas para o desenvolvimento econômico, para a redução da pobreza e para o empoderamento das mulheres em Cabo Verde.

Entretanto, apesar de representar enorme potencial para o desenvolvimento econômico geral, o crescimento do setor do turismo está atrelado a uma série de altos custos, dentre os quais podemos citar a necessidade de grandes investimentos em infraestrutura, a poluição, a exploração predatória de recursos naturais, a mudança nas relações sociais, e o possível aumento da prostituição e das doenças sexualmente transmissíveis. Estes são alguns dos desafios que o país deveria estar pronto a enfrentar.

O presente trabalho explora, por meio de simulações simples, o impacto da expansão do turismo sobre o bem-estar dos indivíduos, especialmente das mulheres. O turismo é um setor econômico que inclui uma variada gama de atividades e que acarreta efeitos sobre diferentes esferas econômicas. Estima-se que os principais setores/atividades associados ao turismo, nomeadamente Hotéis e Restaurantes, Comércio e Transportes estejam em expansão. Presume-se que se o/a chefe de família trabalhar nos setores hoteleiro ou de restauração, as despesas per capita familiares aumentarão 30%. Se ele ou ela trabalhar no Comércio ou Transporte, prevê-se um avanço adicional de 10% nos gastos per capita do agregado familiar.

No plano nacional, os benefícios decorrentes da expansão do setor de turismo não seriam aparentemente significativos para os agregados familiares mais desfavorecidos. Em comparação, calcula-se que a expansão dos setores do Comércio e Transportes proporcionariam substancial progressão no nível de bem-estar, mas esses ganhos provavelmente beneficiariam as famílias relativamente mais abastadas. Os agregados familiares chefiados por mulheres seriam mais afetados por uma expansão do setor do Comércio, e em menor medida pela expansão dos setores Hoteleiro e de Restauração. Essa tendência é evidenciada tanto nas zonas rurais quanto urbanas. Nas famílias chefiadas por homens os benefícios decorreriam sobretudo do crescimento do setor de Transportes. No meio rural, as vantagens seriam menores tanto para os agregados chefiados por homens quanto por mulheres. Isto deriva da baixa participação destes setores no índice total de emprego das zonas rurais. Visto que o arquipélago especializa-se em diferentes atividades turísticas, as simulações são específicas para cada ilha.

Em Cabo Verde, o mercado de trabalho do turismo constitui um importante mecanismo de transferência de renda para o restante da economia. O país poderá alcançar o crescimento econômico se encadear o turismo a outros setores da economia. Neste contexto, a promoção do turismo cultural, comunitário e empresarial bem como do turismo voltado para a saúde e para a boa forma poderia tornar-se um elemento de grande relevância. O turismo comunitário e o turismo cultural, em particular, poderiam vir a beneficiar as mulheres das comunidades rurais mais pobres, onde políticas concretas deveriam ter como objetivo realçar a importância da indústria cultural e fortalecer seus encadeamentos com o setor turístico.

Um quadro de funcionários bem treinado e um número suficiente de pessoal capacitado são pré-requisitos para a prestação de serviços de alta qualidade no setor. A participação das mulheres na formação e treinamento em turismo lhes daria acesso a cargos mais qualificados, mais estáveis e mais bem remunerados, inclusive na esfera administrativa. Caberia formular e implantar políticas voltadas para a educação e capacitação das mulheres em turismo, visando especialmente àquelas já empregadas no setor. Assegurar o acesso a linhas de crédito, a terrenos ou a bens imóveis poderia ser uma forma de incentivar o empreendedorismo das mulheres no setor de turismo.

INTRODUÇÃO

Os dois principais objetivos deste relatório são: trazer à luz os efeitos diferenciados das políticas comerciais sobre homens e mulheres em Cabo Verde, sobretudo no que diz respeito às políticas voltadas para a liberalização e facilitação do comércio, e analisar a possível existência de um viés de gênero nos benefícios derivados do comércio. Especificamente, o presente estudo examina o preço dos alimentos, as remessas do exterior e o turismo como importantes canais de transmissão através dos quais as políticas comerciais afetam as relações de gênero em Cabo Verde.

O relatório foi estruturado da seguinte maneira:

Os Capítulos 1 e 2 apresentam um inventário dos assuntos analisados e o contexto analítico. O Capítulo 1 oferece uma visão geral do país juntamente com uma descrição pormenorizada da natureza de sua economia. O Capítulo 2 examina as políticas nacionais e os compromissos internacionais de Cabo Verde com relação à integração da perspectiva de gênero e à questão da igualdade da mulher, bem como oferece uma avaliação da situação sociopolítica e econômica da mulher atualmente. O núcleo do estudo, presente nos Capítulos 3 e 4, busca explicar o impacto da política comercial, inclusive da liberalização do comércio, sobre a estratégia de gênero. O Capítulo 3 analisa especificamente os fluxos e acordos comerciais, bem como os principais obstáculos ao comércio que Cabo Verde deverá enfrentar. Desse capítulo consta, ainda, uma breve revisão do possível impacto da liberalização tarifária sobre a industrialização e a geração de receitas, e das implicações decorrentes deste processo sobre as mulheres. O Capítulo 4 explora alguns dos efeitos da política comercial sobre a vida e o bem-estar dos agregados familiares cabo-verdianos, com ênfase nas questões de gênero. São apresentadas, igualmente, várias simulações que procuram demonstrar como diferentes indivíduos e agregados familiares seriam afetados por: (i) uma alteração no preço dos alimentos; (ii) uma elevação da renda proveniente das remessas do exterior; e (iii) uma

expansão de certos subsetores do turismo. Estas áreas foram seletas tendo em vista as especificidades de Cabo Verde, particularmente a dependência das importações de alimentos, a diáspora e o potencial do setor de turismo. O Capítulo 5 encerra o trabalho apresentando algumas recomendações quanto à formulação de políticas.

Cabe ressaltar que, devido a alguns imprevistos (principalmente a indisponibilidade de dados), o escopo do trabalho sofreu certas limitações.

Primeiramente, o núcleo da análise concentrou-se em questões/setores comerciais específicos para os quais os dados disponíveis a partir de um micro levantamento permitiram estabelecer uma quantificação significativa dos possíveis efeitos da liberalização/facilitação do comércio sobre a questão de gênero. Devido à ausência de um maior número de dados relevantes, o relatório não foi capaz de fornecer uma avaliação quantitativa aprofundada de outros setores nos quais Cabo Verde é atualmente capaz de competir ou tem potencial para se tornar competitivo no futuro. Além disso, o estudo explorou apenas parcialmente algumas questões relacionadas ao comércio que poderiam ser importantes para as mulheres – inclusive a relação entre a liberalização comercial, inflação/deflação e pobreza, e a questão da limitação do lado da oferta e da competitividade das exportações.

Em segundo lugar, a análise de gênero neste relatório é limitada uma vez que examina essencialmente os efeitos do emprego (e da renda) sobre os agregados familiares chefiados por mulheres em contraponto com aqueles chefiados por homens, deixando de lado a dinâmica familiar interna enraizada em padrões sociais. O processo de tomada de decisão e controle dos recursos bem como as transferências no interior do agregado familiar, por exemplo, não são discutidos. Ao contar, porém, com um modelo quantitativo, foi possível investigar os efeitos da liberalização/facilitação do comércio sobre o bem-estar dos agregados familiares, com ênfase especial nas questões de gênero.

I



Perfil do país

1. PERFIL DO PAÍS

1.1. VISÃO GLOBAL

A República de Cabo Verde é formada por um arquipélago constituído por dez pequenas ilhas localizado na África Ocidental, a 445 quilômetros das costas do Senegal. Seu território abrange uma área total de 4.033km² e o clima é seco e tropical¹ As dez ilhas são geográfica e economicamente diferentes e retratam um cadinho cultural.

As ilhas eram desabitadas no momento da chegada dos portugueses em 1460; dois anos depois ali aportaram os primeiros colonos. Cabo Verde foi colônia portuguesa até 1951; a partir de então sua situação mudou para província ultramarina. Durante a década de 60, os cabo-verdianos – juntamente com os nativos da Guiné-Bissau – formaram um movimento de libertação nacional. Em 1961, foi-lhes concedida cidadania plena portuguesa e, em 1974, estabeleceu-se um governo de transição composto por cabo-verdianos e portugueses. Finalmente, em 1975 Cabo Verde declarou-se nação independente. Desde então, o país tornou-se uma república unitária, estável e democrática. O unipartidarismo chegou ao fim em 1991 quando foi realizada a primeira eleição multipartidária. O pleito legislativo mais recentes ocorreu em fevereiro de 2011 e o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) venceu por maioria absoluta. Conforme cronograma preestabelecido, a eleição presidencial foi levada a cabo em agosto de 2011 e o Sr. Jorge Carlos Fonseca, do Partido Movimento pela Democracia, foi eleito Presidente.

Devido à sua localização geográfica, Cabo Verde atuou como um facilitador de comércio desde o início de sua história; primeiro como centro de comércio de escravos, e no século XX como porto de embarque. As ilhas eram um importante entreposto de carvão e ponto de reabastecimento para navios baleeiros e transatlânticos. Hoje em dia, Cabo Verde dispõe de uma economia baseada na prestação de serviços. O setor do turismo desenvolveu-se rapidamente e constitui a principal força motriz por trás do crescimento econômico do país. Graças às elevadas taxas de crescimento, à democracia estável e à firme promoção da educação, Cabo Verde superou a situação de País menos avançado (PMA) em 2007. Em 2008 tornou-se membro da Organização Mundial do Comércio (OMC)(OMC, 2008).

Segundo o Censo de 2010, Cabo Verde conta com uma população de 491.875 habitantes, sendo 50,5% de sexo feminino e 49,5% de sexo mascu-

lino. Cerca de 40% dos cabo-verdianos residem em zonas rurais e 26,8% vivem em Praia, a capital do país, situada na ilha de São Tiago. Homens e mulheres estão uniformemente distribuídos nas áreas urbanas e rurais² (República de Cabo Verde, 2011a). Suas características naturais, somadas a um mercado interno de pequeno porte e um passado de penúria e fome, contribuíram para o elevado índice de emigração no decorrer de toda a história de Cabo Verde. Em 2010, 192.500 cabo-verdianos viviam no exterior (Banco Mundial, 2011), o que corresponde a 39,1% da atual população do país. A diáspora cabo-verdiana concentra-se primordialmente na Europa (Portugal, França, Países Baixos, Itália e Espanha), nos Estados Unidos e em outros países de língua portuguesa (Moçambique e Angola). Os fluxos de remessas provenientes do exterior são importantes para Cabo Verde – e foram responsáveis por aproximadamente 9% do PIB em 2008. As remessas, juntamente com o programa Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (ODA), estão contribuindo para a redução do saldo negativo da conta corrente.

As ilhas de Cabo Verde possuem poucos recursos naturais e apenas cerca de 10% de suas terras são cultiváveis (República de Cabo Verde, 2003). Além disso, o país sofre períodos de seca frequentes, regimes de chuva irregulares e escassez de água (Carling, 2001). A economia carece de uma sólida base de recursos naturais. Consequentemente, o país depende fortemente das importações de alimentos, o que o torna particularmente exposto e vulnerável aos picos de preços nos mercados de commodities de alimentos.

A centralidade do setor do turismo, a diáspora e a dependência das importações de alimentos são importantes especificidades da economia cabo-verdiana.

A Constituição e a legislação de Cabo Verde garantem a igualdade de direitos entre homens e mulheres; contudo, os costumes socioculturais são responsáveis pelas desigualdades de gênero em várias áreas. Tais disparidades persistem no que diz respeito ao nível de renda e às oportunidades de emprego bem como ao acesso aos serviços essenciais. Em termos gerais, vem ocorrendo uma “feminização” da pobreza; nas zonas urbanas, os agregados familiares chefiados por mulheres tendem a ser mais pobres do que aqueles chefiados por homens, ampliando assim o hiato da pobreza. A violência baseada em gênero constitui também um sério problema, embora algum progresso tenha sido alcançado

com a adoção do Plano de Ação Nacional 2007-2011 de combate à violência contra as mulheres - inclusive as estrangeiras - e, mais importante ainda, com a promulgação de uma nova legislação contra a violência doméstica baseada em gênero que entrou em vigor em março de 2011 (República de Cabo Verde, 2011b).

O índice de percepção da corrupção da organização Transparência Internacional (TI) classifica o país no quadragésimo quinto lugar em um universo de 178 países. Na região da África Subsaariana, apenas Botsuana e Ilhas Maurício estão melhor posicionados do que Cabo Verde (TI, 2010). Segundo o *Relatório de Desenvolvimento Humano 2010*, Cabo Verde se enquadra na categoria de país de “desenvolvimento humano médio” no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e tem uma pontuação bem acima da média da região Subsaariana (0,53 comparada com a média de 0,39) (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2010). A distribuição de renda em Cabo Verde é desigual com um coeficiente de Gini de 50,5, o que é desapontador se cotejado ao de outros países da região.³

Cabo Verde está em 55o lugar (dentre 183 economias) na classificação do *Trading Across Borders* – uma medida dos custos e procedimentos envolvidos na importação ou exportação de uma remessa de bens padronizada. Esse resultado favorece Cabo Verde em comparação com outras nações da região. São necessários, por exemplo, 19 dias para exportar a partir de Cabo Verde, 23 dias a partir de Gâmbia e 35 dias a partir da Guiné. O custo de importação para o país (por contêiner) é de US\$ 1.000; na Guiné US\$ 1.391 e no Senegal US\$ 1.940. Cabo Verde exige 5 documentos tanto para quem quer exportar como para quem quer importar. Gâmbia e Senegal requerem seis para a exportação e oito e nove, respectivamente, para a importação. No cômputo geral, Senegal, Gâmbia e Guiné estão classificados em 67o, 87o e 129o lugares respectivamente segundo o *Trading Across Borders* (Banco Mundial e IFC, 2011).

A União Europeia (UE) é o principal parceiro econômico de Cabo Verde. Em 2009, a Espanha foi o destino de aproximadamente 55% das exportações do país, enquanto cerca de 42% de suas importações originaram-se em Portugal (Base de Dados Estatísticos sobre o Comércio de Mercadorias das Nações Unidas - COMTRADE). Cabo Verde possui um câmbio fixo, indexado ao Euro a uma taxa de 110,265 Escudos Cabo-Verdianos por Euro. A taxa de câmbio fixa serve como âncora

para a estabilidade financeira e para a constância dos preços. O Euro, a moeda da maioria dos parceiros comerciais do país, é igualmente a divisa mais utilizada nas remessas. Cabo Verde tem seguido uma política fiscal prudente e lograda melhorar a arrecadação tributária e o controle de gastos o que, somado ao bom desempenho das receitas decorrente do crescimento econômico, permitiu ao país ter um déficit fiscal contido (Banco Mundial, 2009a). Entretanto, esse déficit fiscal está acelerando seu ritmo devido à grande elevação do nível de despesas de capital em 2010-2012, basicamente como consequência da expansão multissetorial da infraestrutura com vistas à diversificação da economia (BAD, OCDE, PNUD, UNECA, 2011).

1.2. ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS SELETOS

1.2.1. Composição do PIB

Cabo Verde vem crescendo em ritmo constante a uma taxa média anual de 5,9% desde 1982 (Tabela 1). Em 2008, o Produto Interno Bruto (PIB) de Cabo Verde foi de US\$ 1.730 bilhão, com uma renda per capita de US\$ 3.436 (República de Cabo Verde 1999-2009). A taxa de crescimento do PIB em 2010 foi estimada em 5,3%, em comparação com os 3,6% de 2009 (BAD, OCDE, PNUD, UNECA, 2011).

A economia de Cabo Verde baseia-se, momentaneamente, na prestação de serviços. Em 2008, o setor foi responsável por 66,6% do PIB. Em 14 anos, a partir de 1980, a parcela correspondente ao setor terciário progrediu aproximadamente 10% e o turismo e os investimentos estrangeiros conexos seguem uma trajetória ascendente no contexto da economia do país. Devido à sua proximidade com Europa bem como sua estabilidade política e social, as ilhas desfrutam de uma vantagem comparativa em relação a outras economias fortemente voltadas para o turismo.

A crescente participação do setor de serviços no PIB tem sido acompanhada por um declínio da parcela do setor primário, que passou de 19,2% para 5,8% no período entre 1980-2008. O setor secundário, por sua vez, contribuiu com cerca de 17,7 % em 2008. No que se refere aos setores primário e secundário, as indústrias com maior retração de 1980 a 2004 foram agricultura, pecuária e silvicultura (5%), construção (4,5%) e pesca (3%).

1.2.2. Indicadores sociodemográficos

A Tabela 2 apresenta estatísticas sobre a pobreza. Em 2002, o Instituto Nacional de Estatística

Tabela 1: Produto interno bruto (PIB), 1980-2008

PIB	1980	1990	2000	2004	2005	2006	2007	2008
Preços correntes (milhões de US\$)	142	308	535	918	997	1.192	1.513	1.730
Preços constantes (2000 milhões de US\$)	234	391	753	918	978	1.084	1.168	1.237
Crescimento anual do PIB (% a preços constantes)		5,2	6,8	5,1	6,5	10,8	7,8	5,9
Per capita (US\$)	548	902	1.225	1.964	2.094	2.457	3.080	3.436
Per capita (2000 US\$)	904	1.145	1.724	1.964	2.054	2.234	2.377	2.457
Composição (% a preços correntes)								
Primário	19,2	15,1	13,8	12,1		8,3	6,9	5,8
Agricultura, pecuária e silvicultura	13,7	12,9	10,7	8,6				
Pesca	4,8	1,5	2,2	1,3				
Mineração e exploração de pedreiras	0,6	0,7	0,9	2,2				
Secundário	16,3	20,6	14,4	12,8		16,2	16,8	17,7
Atividade manufatureira	4,6	7,5	5,2	3,7				
Eletricidade e água	-0,3	1,2	1,5	1,4				
Construção	12,1	11,9	7,7	7,7				
Terciário	58,2	58,9	64,9	68,1		67,8	68,3	66,6
Comércio maiorista e retalhista	29,0	19,5	17,8	19,3				
Hotéis e restaurantes	0,8	1,7	2,3	2,3				
Transporte, armazenamento e comunicação	9,0	15,1	19,9	21,1				
Financiamento, seguros e setor imobiliário	18,6	21,1	22,7	23,2				
Outros serviços	0,8	1,5	2,2	2,2				
Mais : Impostos indiretos menos subsídios	6,3	5,4	6,9	7,0		7,7	8,0	9,9
	100	100	100	100		100	100	100

Fonte: Fundo Monetário Internacional (2010a) e Banco de Cabo Verde (República de Cabo Verde 1999-2009).

Tabela 2: Pobreza, 2002-2007

Características	Total				Rural				Urbana			
	IDRF 2002		QUIBB 2007		IDRF 2002		QUIBB 2007		IDRF 2002		QUIBB 2007	
	Chefiado por mulher	Chefiado por homem	Total	Total	Chefiado por mulher	Chefiado por homem	Total	Total	Chefiado por mulher	Chefiado por homem	Total	Total
% de pobres												
Agregados familiares	31,0	25,7	28,0		42,8	41,3	42,0		21,3	14,7	17,5	
Indivíduos	39,6	34,6	36,7	26,6	50,8	51,3	51,1	44,3	29,9	21,6	25,0	13,2
Mulher	37,8	35,4	36,6	26,6	49,7	51,9	50,8	44,1	27,8	22,6	25,0	12,8
Homem	42,1	33,9	36,8	26,6	5,3	50,7	51,3	43,4	33,1	20,7	24,9	13,9
% de pobreza extrema												
Agregados familiares	14,9	13,4	14,0		21,6	23,9	22,8		9,5	5,9	7,4	
Indivíduos	20,0	19,5	19,7		26,8	32,1	29,8		14,1	9,7	11,5	
Mulher	19,3	19,8	19,6		26,7	32,4	29,7		13,1	10,1	11,5	
Homem	20,9	19,3	19,9		26,9	31,9	30,1		15,6	9,3	11,5	

Fonte: Estimativas baseadas no IDRF 2002 (República de Cabo Verde, 2002b) e no QUIBB 2007 (República de Cabo Verde, 2007c).

- INE criou um indicador de pobreza relativa ao definir uma linha de pobreza equivalente a 60% da mediana de gastos per capita. Com base nesse indicador, a pobreza diminuiu consideravelmente na última década. Segundo o Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) de 2002, 28% dos agregados familiares cabo-verdianos e 36,7% dos indivíduos cabo-verdianos eram pobres, enquanto 14% dos agregados (e 19,7% dos indivíduos) viviam em situação de pobreza extrema (com despesas 40% abaixo da mediana de gastos per capita). Além disso, a parcela de lares pobres era substancialmente mais elevada nas áreas rurais do que nas urbanas. O hiato entre os agregados familiares pobres chefiados por mulheres e aqueles chefiados por homens era pequeno no meio rural, enquanto no meio urbano os chefiados por mulheres tendiam a ser mais pobres do que os chefiados por homens. Dados mais recentes retirados do Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar (QUIBB) indicam uma redução no índice de incidência para o total da população da ordem de 10% (República de Cabo

Verde, 2007c). Esses números demonstraram, igualmente, uma crescente disparidade regional: embora mais de 40% do total de indivíduos vivessem em situação de pobreza nas áreas rurais, apenas cerca de 10% da população total vivia nessa mesma situação nas áreas urbanas. Além disso, ampliaram-se as desigualdades de gênero. Em 2002, os índices de pobreza referentes aos agregados familiares chefiados por mulheres e chefiados por homens eram de 39,6% e 34,6% respectivamente. Em 2007, esses índices eram de 33% para os lares chefiados por mulheres e 21% para os chefiados por homens (Tabela 2). Segue-se, portanto, que o êxito do combate à pobreza no período compreendido entre 2002–2007 beneficiou especificamente agregados familiares chefiados por homens em áreas urbanas. O Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (PNLP) – que constitui uma das vertentes da Estratégia de Crescimento e de Luta Contra a Pobreza 2008-2011 – recomenda a implementação de ações em favor das mulheres de baixa renda, especialmente para aquelas que são chefes de família (FMI, 2010b).

Tabela 3: Composição demográfica, 2002

Características	Total			Rural			Urbana		
	Chefiado por mulher	Chefiado por homem	Total	Chefiado por mulher	Chefiado por homem	Total	Chefiado por mulher	Chefiado por homem	Total
Agregados familiares	41.729	53.528	95.257	18.709	22.245	40.954	23.020	31.283	54.303
Indivíduos	196.914	273.773	470.687	91.199	120.167	211.366	105.715	153.606	259.321
% do total de famílias	43,8	56,2	100,0	45,7	54,3	100,0	42,4	57,6	100,0
% do total de indivíduos	41,8	58,2	100,0	43,1	56,9	100,0	40,8	59,2	100,0
Tamanho do agregado familiar	4,7	5,1	4,9	4,9	5,4	5,2	4,6	4,9	4,8
Composição do agregado familiar									
Mulher	115.947	127.116	243.063	53.092	55.471	108.563	62.855	71.645	134.500
Homem	80.967	146.657	227.624	38.107	64.696	102.803	42.860	81.961	124.821
% de mulheres	47,7	52,3	100,0	48,9	51,1	100,0	46,7	53,3	100,0
% de homens	35,6	64,4	100,0	37,1	62,9	100,0	34,3	65,7	100,0
Número de filhos	2,5	2,4	2,5	2,8	2,7	2,8	2,3	2,2	2,2
Total de faixas etárias									
Menor ou igual a 14	44,1	39,8	41,6	48,5	42,7	45,2	40,3	37,6	38,7
Entre 15 e 24	22,0	19,8	20,8	20,3	17,9	19,0	23,4	21,3	22,2
Entre 25 e 40	16,7	19,5	18,4	14,4	17,4	16,1	18,8	21,2	20,2
Entre 41 e 64	10,8	13,9	12,6	10,5	12,7	11,8	11,1	14,8	13,3
Mais ou igual a 65	6,4	6,9	6,7	6,3	9,3	8,0	6,5	5,0	5,6

Fonte: Estimativas baseada no IDRF 2002 (República de Cabo Verde, 2002b).

No plano nacional, 43,8% dos agregados familiares são chefiados por mulheres e 56,2% por homens. Os agregados familiares chefiados por homens tendem a ser de maior tamanho do que os chefiados por mulheres (5,1 e 4,7 pessoas por família, respectivamente), como mostra a Tabela 3.

Tal como assinalado na Tabela 4, existem importantes disparidades de gênero e de localização (urbana x rural) no que se refere ao acesso a serviços. Cabe ressaltar que tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, os agregados familiares chefiados por mulheres têm menos acesso aos serviços de eletricidade e abastecimento de água do que os chefiados por homens.

Os recentes progressos obtidos por Cabo Verde em matéria de participação escolar são extraordinários e refletem o firme empenho do governo em atuar

no âmbito da educação. Estima-se que o total de indivíduos alfabetizados (população com 15 anos ou mais) atinja 82,85%, taxa bem superior à média geral da África Subsaariana que é de 71% para homens e 53% para mulheres.⁴ Em 2010, diminuíram as desigualdades de gênero em comparação ao ano 2000, mas ainda assim elas continuam bastante significativas. Apesar de ter havido uma elevação de aproximadamente 15% no índice de alfabetização feminina no decorrer do período 2000-2010, ele ainda permanece aproximadamente 15% abaixo do índice masculino, e as disparidades entre os sexos nesse quesito são mais acentuadas no meio rural do que no urbano (Tabela 5). É encorajante perceber, entretanto, que a educação dos jovens (15 a 24 anos de idade) mostra atualmente uma elevada taxa de alfabetização tanto para as moças (97,4%) quanto para os rapazes (96,4%).

Tabela 4: Habitação, 2002

Característica dos imóveis	Total			Rural			Urban		
	Chefiado por mulher	Chefiado por homem	Total	Chefiado por mulher	Chefiado por homem	Total	Chefiado por mulher	Chefiado por homem	Total
% de proprietários	68,6	67,6	68,0	77,6	75,4	76,4	61,3	62,1	61,8
% canalização de água potável no interior do imóvel	39,4	49,6	45,2	22,1	25,5	23,9	53,5	66,8	61,2
% com eletricidade	52,7	63,2	58,6	23,2	35,1	29,7	76,7	83,2	80,4

Fonte: Estimativas baseadas no IDRF 2002 (República de Cabo Verde, 2002b).

Tabela 5: Educação

Índice de alfabetização em % (15 anos ou acima), 2000 e 2010

	Ano 2000	Ano 2010
TOTAL	74,8	82,8
Homens	83,5	88,5
Mulheres	67,2	77,3

Índice de alfabetização em % por faixa etária, 2010

Faixa etária	Homens	Mulheres	Total
15-24	96,4	97,4	96,9
25-44	92,9	90,4	91,7
45-64	79,8	52,1	64,6
65+	47,5	18,6	30,0

Índice de alfabetização em % para as áreas urbanas e rurais, 2010

	Áreas urbanas	Áreas rurais
Homens	91,7	82,9
Mulheres	83,0	67,6

Fonte: Censo 2010 (República de Cabo Verde, 2011a).

Tabela 6: Características regionais

Ilha	População		Area (km2)	Densidade	% Rural (2002)	Turismo (2006)			Milho (2002)			Captura de peixes (2001)			Atividade principal
	Total	%				% chegadas turistas	% camas	chegadas x 1000 habitantes.	Toneladas	%	To. x 1000 hab.	Total	%	Cap. x 1000 hab.	
Santo Antão	43.915	8,9	779	56,4	67,2	3,1	3,5	200	376	7,4	8,6	776	13,74	17,7	Pesca, agricultura, pecuária; pouco turismo
São Vicente	76.107	15,5	226	336,8	5,7	7,7	8,1	283	-	-		1.101	19,49	14,5	Zona industrial, centros de pesca, turismo.
São Nicolau	12.817	2,6	388	33,0	59,1	0,6	0,9	123	86	1,7	6,7	378	6,69	29,5	Pesca, agricultura, pecuária.
Sal	25.657	5,2	216	118,8	7,8	59,6	59,1	6.518	-	-		242	4,28	9,4	Turismo (3/4 do total), serviços.
Boavista	9.162	1,9	620	14,8	50,9	7,5	13,2	2.289	-	-		161	2,85	17,6	Turismo, pesca
Maio	6.952	1,4	368	18,9	61,7	0,2	1,5	87	-	-		526	9,31	75,7	Pesca, agricultura, pecuária.
Santiago	273.919	55,7	991	276,4	47,0	19,8	11,0	203	2.759	54,5	10,1	1.638	29,00	6,0	Capital política. Pesca, agricultura, pecuária; pouco turismo
Fogo	37.051	7,5	476	77,8	73,9	1,4	2,1	109	1.782	35,2	48,1	448	7,93	12,1	Agricultura (vinho, café, árvores frutíferas) pecuária; turismo limitado
Brava	5.995	1,2	67	89,5	72,1	0,1	0,6	26	64	1,3	10,7	379	6,71	63,2	Pesca, agricultura, Pecuária.
Total	491.575	100,0	4.131	119,0	44,91	100	100	571	5.067	100,0	10,3	5.649	100	11,5	

Fonte: Estimativas baseadas no IDRF 2002 (República de Cabo Verde, 2002b), Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) & Programa Alimentar Mundial (PAM) 2002, África Infomarket – Informações econômicas da África (2005; 2009), Estudo de Diagnóstico sobre Integração Comercial (Diagnostic Trade Integration Study – DTIS) (República de Cabo Verde, 2009b), e Censo 2010 (República de Cabo Verde, 2011a).

Os dados também indicam que as mulheres em Cabo Verde escolhem prosseguir seus estudos principalmente nas áreas de Saúde, Educação, Ciências Sociais, Arte e Direito, e que estão consideravelmente sub-representadas nos campos da engenharia, construção, agricultura e veterinária. Esta situação só vem confirmar a tendência mundial à segregação educacional. Independentemente das atuais desigualdades de gênero existentes, porém, é provável que as recentes conquistas das mulheres no âmbito da educação farão com que elas sejam capazes de superar essas disparidades em anos vindouros.

1.2.3. Características regionais das ilhas

Embora Cabo Verde seja um país pequeno, ele apresenta uma notável variedade regional. As ilhas centralizam suas atividades econômicas no turismo, na agricultura e na pesca, variando apenas o grau de intensidade.⁵ Cada ilha possui características regionais próprias, tal como mostra a Tabela 6. A ilha de São Tiago concentra 55,7% da população, seguida por São Vicente (15,5%), Santo Antão (8,9%) e Fogo (7,5%).

As atividades voltadas para o turismo estão mais presentes na ilhas do Sal e de São Tiago. Sal é o destino mais popular tendo atraído quase 60% de todos os visitantes em 2006, seguido por São Tiago com cerca de 20%.

A agricultura constitui sobretudo uma atividade familiar de subsistência, levada a cabo em terrenos de tamanho reduzido frequentemente fragmen-

tados por motivos de herança. Muitos pequenos agricultores não são proprietários dos campos onde trabalham, e é comum os lotes serem cultivados em regime de parceria ou arrendamento. A produção agrícola oscila fortemente devido às condições climáticas (secas e regimes de chuva irregulares) e à escassez de terra aráveis, e é amplamente insuficiente para cobrir as necessidades alimentares do país. São Tiago é responsável por 54,5% da plantação de milho, enquanto Fogo fica com 35% e o resto é dividido por Santo Antão, Santo Vicente e Brava.

A pesca tem reconhecida importância na dieta dos cabo-verdianos e é primordial para garantir uma adequada ingestão de proteínas por parte da população. Ela é, igualmente, fonte de rendimento para todas as ilhas. São Tiago responde por 29% do total da captura de peixes, Santo Vicente por 20% e Santo Antão por aproximadamente 14%. As demais ilhas representam, cada uma, menos de 10% do total de capturas

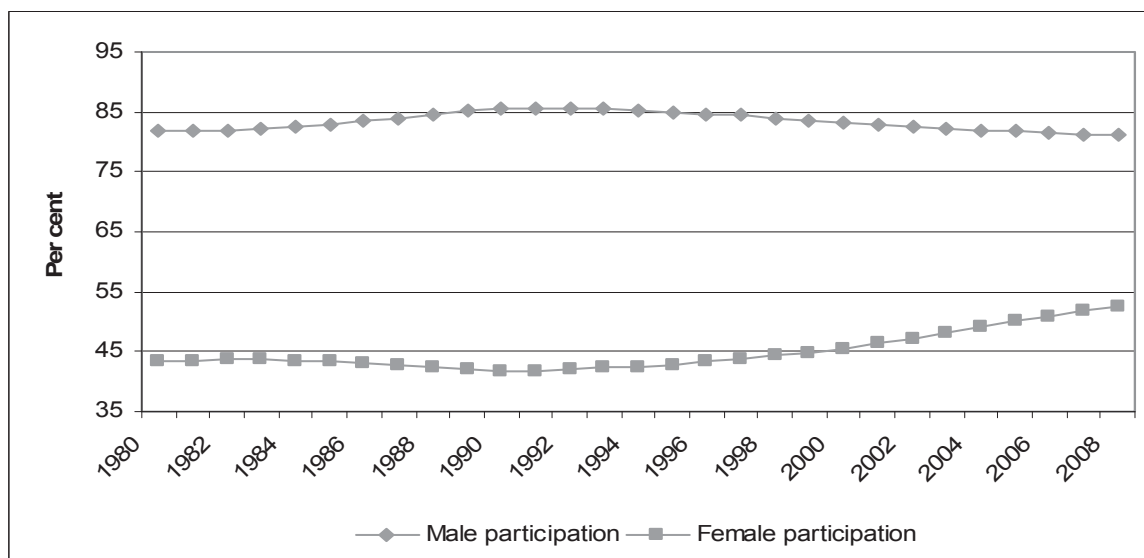
1.2.4. Emprego

O índice de participação na força de trabalho é mais elevado para os homens do que para as mulheres, e isto se aplica a todas as faixas etárias. As desigualdades de sexo também estão presentes no desemprego, onde as taxas são mais altas para as mulheres do que para os homens, exceto na faixa etária acima de 65 anos. O grupo mais afetado é o das jovens com 25,5% de desempregadas (Tabela 7).

Tabela 7: Emprego, 2010 (%)

Faixa etária	Índice de desemprego			Índice de emprego			Índice de participação na força de trabalho		
	Sexo			Sexo			Sexo		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
15-24	18,3	25,5	21,3	46,7	35,4	41,1	38,2	26,3	32,4
25-64	7,0	8,5	7,7	85,4	68,0	76,6	79,4	62,2	70,8
65+	1,3	0,7	1,0	23,4	11,0	15,9	23,1	10,9	15,7
Total	9,6	12,1	10,7	67,4	51,1	59,1	60,9	45,0	52,8

Fonte: Censo 2010 (República de Cabo Verde, 2011a).

Figura 1: Desenvolvimento da participação na força de trabalho em Cabo Verde, 1980-2008

Fonte: Organização Internacional do Trabalho (OIT), Key Indicators of the Labour Market database (Banco de Dados sobre Indicadores Chave do Mercado de Trabalho (1980-2008)).

A Figura 1 oferece uma visão global de como a participação na força de trabalho desenvolveu-se no decorrer dos anos para homens e mulheres. Verifica-se uma evolução relativamente estável para os homens (em azul) e uma tendência contínua de crescimento para as mulheres (em rosa).

A partir de uma perspectiva de gênero, o elemento mais relevante para a compreensão do mercado laboral é a estrutura setorial do emprego apresentada na Tabela 8. Estes dados revelam as áreas onde a maioria das mulheres cabo-verdianas encontra emprego e, por conseguinte, mostra igualmente os setores através dos quais o comércio internacional poderia afetar a sua situação. Devido à carência de informações, as estatísticas apresentam resultados muito agregados das atividades econômicas. O emprego feminino concentra-se, mormente, no setor terciário, enquanto o emprego masculino espalha-se pelo setor produtivo, embora 50% dos homens também trabalhe nesse mesmo setor terciário.

Confirmando uma tendência surgida em princípios de 2000, o setor terciário tornou-se o maior empregador de Cabo Verde ao absorver 63% do total da mão de obra disponível em 2010, sendo 82,2% de mulheres e 50,1% de homens. Três anos antes, o setor terciário abarcava 57,4% do total da força de trabalho, sendo 72,5% de mulheres e 45,0% de

homens (QUIBB, 2007). Cifras de 2002 (IDRF, 2002) assinalam que o setor terciário dispunha então de 59,4% do total da mão de obra disponível, com 71% de mulheres e 49,6% de homens. Esses padrões de emprego refletem situação semelhante em outros Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.

No âmbito do setor terciário, em 2010 as mulheres estavam empregadas principalmente – e em maior proporção do que os homens (24,2% contra 10,6%) - nos setores do Comércio maiorista e retalhista, concerto de veículos e de bens, Defesa e segurança social (12,8% e 11,8% respectivamente), Domicílios particulares com empregados (11,3% contra 1,7%) e Educação (7,4% contra 3,2%).

No setor secundário – que correspondia em 2010 a 23,6% do total de empregos – o setor Manufatureiro respondia apenas por 7,6% dos empregos e a Construção por 15,1%. A participação das mulheres em todas as atividades do setor secundário foi 26% menor do que a dos homens, especialmente na construção. O emprego nas atividades secundárias aumentou em 2010 (23,6%), se comparado a 2007 (22,2%) e 2002 (18,5%), tanto para os homens quanto para as mulheres. Entretanto, esse crescimento foi basicamente impulsionado pelo setor da construção e portanto não parece ser uma consequência direta do comércio.

Tabela 8: Principais atividades econômicas, 2010 (%)

	Homens	Mulheres	Total
Primário	15,9	9,6	13,4
Agricultura e pesca	15,2	7,6	12,2
Mineração e exploração de pedreiras	0,7	2,0	1,2
Secundário	34	8,2	23,6
Setor Manufatureiro	9,5	4,8	7,6
Fornecimento de gás, água e eletricidade	1,1	0,3	0,8
Gestão da água, esgoto	0,1	0,0	0,1
Construção	23,3	3,1	15,1
Terciário	50,1	82,2	63
Comércio maiorista e retalhista, concerto de veículos	10,6	24,2	16,1
Transporte	7,6	1,9	5,3
Hotéis e restaurantes	2,8	7,3	4,6
Informação e comunicação	1,3	1,5	1,4
Intermediação financeira e seguros	0,8	1,3	1,0
Setor imobiliário	0,5	0,3	0,4
Consultorias	0,8	1,0	0,9
Administração pública	4,4	5,8	5,0
Defesa e seguridade social	11,8	12,8	12,2
Educação	3,2	7,4	4,9
Saúde pública e serviços sociais	1,1	3,1	1,9
Artes, esportes e outros serviços de lazer	0,7	0,5	0,6
Outros serviços	2,5	3,4	2,9
Domicílios particulares com empregados	1,7	11,3	5,5
Organizações e entidades internacionais	0,3	0,4	0,3

Fonte: Censo 2010 (República de Cabo Verde, 2011a).

Para concluir, em 2010 o cômputo geral de empregos no setor primário foi de 13,4%, percentual consideravelmente menor do que os 20,4% de 2007 e os 22,1% de 2002. Os setores da Agricultura e Pesca foram responsáveis por aproximadamente 12% desse total, com 15,2% de homens e 7,6% de mulheres.

Com a ajuda de dados do IDRF 2002, a Tabela 9 retrata a condição do emprego nas principais ocupações. A maioria da população trabalha como assalariada (59,3%) e os trabalhadores autônomos constituem o segundo maior grupo (28,6%). Apenas 8,6% exercem um trabalho familiar não remunerado. Estas estatísticas parecem indicar que as políticas comerciais trarão maiores benefícios à população através de mercados laborais e de salários formais do que por meio do mercado de

trabalho informal. Contudo, tendo em vista que o percentual de trabalho familiar não remunerado é considerado elevado nas áreas rurais (18%), particularmente entre as mulheres (21,2%), o efeito das políticas comerciais através dos canais informais não deve ser subestimado.

A tabela 10 indica a distribuição do emprego de acordo com a ocupação e o sexo. As mulheres trabalham, mormente, como prestadoras de serviços e no comércio retalhista, ou como funcionárias públicas ou trabalhadoras não qualificadas. Entretanto, a quantidade de mulheres empregadas como cientistas ou especialistas em atividades intelectuais é maior do que a dos homens. São poucas as mulheres que trabalham em fábricas e, tal como esperado, apenas uma ínfima porcentagem trabalha no setor de defesa.

Tabela 9: Situação dos principais tipos de empregos, 2002 (%)

Situação do emprego	Total			Rural			Urbana		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Empregado remunerado	53,1	64,5	59,3	42,3	54,6	49,1	61,1	72,4	67,1
Trabalhador por conta própria/autônomo	32,0	25,8	28,6	35,5	28,9	31,9	29,3	23,4	26,2
Empregador	0,5	1,5	1,1	0,3	0,9	0,6	0,6	2,0	1,4
Trabalhador familiar não remunerado	10,0	7,5	8,6	21,2	15,5	18,0	1,7	1,2	1,4
Outros	4,4	0,7	2,4	0,6	0,1	0,4	7,2	1,1	3,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Estimativas baseadas no IDRF 2002 (República de Cabo Verde, 2002b).

Tabela 10: Distribuição da população empregada de acordo com ocupação e sexo, 2010 (%)

Principal ocupação	Homens	Mulheres	Total
Defesa	98,2	1,8	100
Representantes governamentais e parlamentares, diretores	62,4	37,6	100
Cientistas e especialistas em atividades intelectuais	44,1	55,9	100
Profissionais e técnicos de nível médio	62,4	37,6	100
Funcionários públicos	42,1	57,9	100
Empregados no setor de serviços e no comércio retalhista	39,4	60,6	100
Pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas especializados	72,5	27,5	100
Trabalhadores fabris, artesãos e assemelhados	92,0	8,0	100
Trabalhadores da cadeia de produção	92,5	7,5	100
Trabalhadores não qualificados	42,6	57,4	100
Total	55,9	44,1	100

Fonte: Censo 2010 (República de Cabo Verde, 2011a).

II



Integração
da perspectiva
de gênero
em Cabo Verde

2. INTEGRAÇÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO EM CABO VERDE

A República de Cabo Verde demonstrou firme empenho em promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres tanto no plano nacional quanto internacional. Existem dúvidas, contudo, sobre quão eficaz tem sido esse compromisso na prática, especialmente no âmbito socioeconômico.

2.1. COMPROMISSOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

2.1.1. Políticas governamentais e leis relativas à questão de gênero

No plano nacional, a Constituição da República de Cabo Verde de 1992 e outras leis conexas do país⁶ garantem direitos iguais para homens e mulheres. A Constituição reconhece a participação de todos os cidadãos na sociedade como um direito fundamental. (República de Cabo Verde, 1992).

2.1.1.1. O Código Laboral⁷

O Código Laboral foi aprovado pelo Decreto Legislativo número 5/2007. Ele fortalece o princípio da igualdade entre homens e mulheres, e estabelece que para trabalho igual em situações idênticas a remuneração deva ser a mesma. Uma das grandes conquistas de Cabo Verde é o fato de o Código reconhecer o trabalho doméstico como categoria profissional (Artigo 286).⁸ Os direitos fundamentais dos empregados domésticos – tais como descanso semanal, férias e remuneração adequada – são reconhecidos (Artigo 286-294). Cabe assinalar que, no plano internacional, a Convenção sobre o Emprego Doméstico foi adotada apenas em junho de 2011.⁹

O Código contém um capítulo dedicado ao trabalho das mulheres (Artigos 270-275), o qual assegura a proteção à maternidade, a licença maternidade de 60 dias, e o direito de amamentar. Além disso, proíbe a demissão sem justa causa de mulheres grávidas, pós-parturientes ou mães lactantes. O Código Laboral garante à mulher o direito a não trabalhar horas extras nem no turno da noite durante a gravidez e no período pós-parto (Art. 270(b)). Se a mãe estiver inscrita no Sistema de Seguridade Social, terá direito ao salário integral durante o período da licença maternidade (Artigo 212). As possibilidades de o pai participar dos cuida-

dos ao recém-nascido são limitadas, pois apenas são permitidos dois dias de ausência justificada (Art. 186(2)(j)). O pai tem direito à licença paternidade somente se a mãe ficar doente ou falecer (Art. 271).

2.1.1.2. O sistema de seguridade social

O sistema de seguridade social está passando por um processo de revisão desde 2006 e a proteção social melhorou substancialmente. O país está gradualmente ampliando o sistema de seguro social contributivo e combinando-o com o dispositivo de benefícios básicos automáticos (não contributivo, financiado por impostos). O seguro social fornece ampla cobertura (velhice, incapacidade, pensão de sobrevivência, atenção à saúde, maternidade, doença, benefícios de paternidade e abono familiar, dentre outros) e está estendendo seus serviços a grupos anteriormente excluídos, tais como trabalhadores domésticos, informais e autônomos. Segundo consta, ele cobre 29% da população economicamente ativa. As pensões não contributivas alcançam 90% da população alvo e os serviços de atenção básica à saúde cobrem praticamente a totalidade dos habitantes. O programa de cantina escolar fornece segurança adicional à população de baixa renda e está sendo implantado um projeto habitacional de baixo custo chamado Casa Para Todos. Cabo Verde há muito utiliza as Frentes de Alta Intensidade de Mão de Obra (FAIMOs) como forma de garantir uma fonte de renda para os trabalhadores pobres. A cada ano, entre 15.000 e 20.000 pessoas têm acesso às FAIMOs, dentre as quais um terço são mulheres (OIT, 2011).

2.1.1.3. Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Gênero (PNIEG)

O Instituto Nacional para a Igualdade e Equidade de Gênero (ICIEG)¹⁰ foi criado pelo governo em 1994 (à época chamado de Instituto da Condição Feminina (ICF)) sob a coordenação direta do Gabinete do Primeiro-Ministro. Dois planos foram elaborados pelo ICIEG desde então: o Plano de Ação Nacional para 1996-2000 e o Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Gênero (PNIEG) 2005-2009. Ambos os planos têm como base os princípios da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e seus objetivos são promover políticas que deem ênfase à igualdade de gênero e à participação da mulher

em todas as esferas da vida. As políticas governamentais tais como o Plano Estratégico para o Crescimento e a Redução da Pobreza e os Programas para o sétimo e oitavo períodos legislativos foram influenciadas pelo trabalho do ICIEG (ver abaixo).

2.1.1.4. Documento Estratégico para o Crescimento e a Redução da Pobreza II

O Documento Estratégico para o Crescimento e a Redução da Pobreza (DECRP) II 2008-2011 destaca o objetivo de desenvolvimento sustentável do país, com especial ênfase em cinco vertentes: boa governança mediante a reforma do setor público; desenvolvimento do capital humano; melhora da competitividade; e aperfeiçoamento da infraestrutura e da situação socioeconômica.

A questão de gênero constitui elemento transversal no DECRP II, mas certas noções socioculturais são consideradas como obstáculos à integração da perspectiva de gênero na formulação política e em sua implementação. O tema é considerado vital ao desenvolvimento e o plano de ação do governo na matéria, tal como mencionado acima, consta do DECRP II. Além disso, o DECRP ressalta a necessidade do estabelecimento de mecanismos que estimulem a presença feminina em todas as esferas de poder, quer legislativa, executiva, judiciária ou local (República de Cabo Verde, 2008).

O DECRP II não menciona de que modo a participação feminina em atividades econômicas deverá ser encorajada, e quer o comércio quer outras políticas macroeconômicas são destacadas como instrumentos potenciais mediante os quais a emancipação econômica da mulher poderia tornar-se realidade.

2.1.1.5. O Programa de Governo 2006-2011 na VII legislatura

O programa estabelece os objetivos nacionais de Cabo Verde para o período 2006-2011 (República de Cabo Verde, 2006). A ênfase recai na melhora da governança, no crescimento econômico contínuo e sustentável e na evolução da qualidade de vida dos cabo-verdianos. Em relação à questão de gênero, o programa lista uma série de ações indispensáveis, dentre elas: a) Afiançar as condições necessárias à implementação de convenções e acordos relacionados à perspectiva de gênero dos quais Cabo Verde é signatário; b) Elaborar e implementar uma Plataforma de Ação fundamentada no Plano

Nacional para a Igualdade e Equidade de Gênero e voltada para a promoção de uma política global de desenvolvimento social e para a consecução dos ODM, especialmente o Objetivo 3; c) Preparar e executar ações concretas que visem à integração da perspectiva de gênero no planeamento político e na formulação dos orçamentos; d) Assegurar a integração da perspectiva de gênero em todos os programas, projetos e políticas setoriais do governo (e particularmente em matéria de educação e capacitação, redução da pobreza, emprego e promoção da cidadania); e) Garantir que os agentes de segurança pública prestem efetiva proteção aos direitos e afiancem a real aplicação dos mesmos; f) Adotar mecanismos que fomentem igualdade de oportunidades econômicas para mulheres e homens, bem como maior participação feminina nas atividades econômicas; g) Dar especial atenção às questões relacionadas à violência baseada em gênero, assim como à redução da desigualdade de acesso aos serviços; h) Criar uma equipa especial de polícia adequadamente treinada para lidar com atos de violência baseados em gênero; i) Promover parcerias público-privadas com múltiplos intervenientes com vistas a incentivar e fortalecer a coesão familiar, a cidadania, os direitos da mulher, o desenvolvimento comunitário e a redução da pobreza.

2.1.1.6. O Programa de Governo 2011-2016 na VIII legislatura

O novo programa de governo propôs uma visão inovadora para Cabo Verde no período 2011-2016 com base no seguinte lema: “uma nação inclusiva, justa e próspera, com oportunidades para todos”. O objetivo do programa é desenvolver uma economia dinâmica, competitiva e inovadora, onde a prosperidade possa ser compartilhada por toda a população. No que se refere à questão de gênero, a implementação gradual do Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Gênero deverá promover a participação efetiva da mulher em órgãos decisórios, o maior acesso à atividade empresarial, o incentivo para que sigam uma formação científica e, além disso, estimular a criação de mecanismos institucionais para combater a violência e a exploração (República de Cabo Verde, 2011b).

2.1.2. Compromissos internacionais para com a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres

No âmbito multilateral, Cabo Verde ratificou a Convenção sobre a Eliminação de todas as For-

mas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) em 1980. Da mesma forma, o país ratificou ou assinou, igualmente, diversos pactos e acordos internacionais.¹¹

No plano regional, Cabo Verde é membro da União Africana (UA) e da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Tanto a UA quanto a CEDEAO atuam regionalmente em favor da igualdade de gênero e, como membro, Cabo Verde participa desta empreitada.

A UA é signatária de diversas declarações sobre a questão de gênero, dentre elas: (i) o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (2003), inclusive o Protocolo Adicional sobre os Direitos das Mulheres em África; (ii) a Declaração Solene sobre Igualdade de Gênero em África (DSIGA) (2004), por meio da qual os Chefes de Estado e de Governo Africanos comprometeram-se a elaborar um relatório anual sobre os avanços alcançados na consecução da igualdade de gênero; (iii) o Plano de Ação Africano para Acelerar a Implementação das Plataformas de Ação de Dacar e Beijing para o Progresso da Mulher (1999); (iv) a Declaração de Addis Abeba sobre a Violência contra as Mulheres (1997).

No ano 2000, foi iniciado o processo de Políticas de Gênero na CEDEAO, e em 2004 foi aprovado o Documento de Políticas de Gênero pelo Conselho de Ministros. O Conselho adotou, ainda, o quadro analítico e as diretrizes do Plano Estratégico sobre as estruturas e mecanismos dos sistemas de Gestão de Gênero para a CEDEAO. A XXVII Reunião de Cúpula Ordinária de Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO em 2003 sancionou a criação de uma Unidade de Gênero na Secretaria Executiva da CEDEAO, e do Centro de Desenvolvimento de Gênero da CEDEAO. O principal papel do Centro é (i) mobilizar as mulheres e proporcionar-lhes os meios para que possam participar ativamente do processo regional de integração; (ii) integrar a perspectiva de gênero nas instituições da CEDEAO e dos Estados membros; e (iii) criar redes e estabelecer parcerias com organismos relevantes de assistência técnica e financeira para que estes possam prestar apoio ao programa de integração da perspectiva de gênero da CEDEAO.¹²

A questão de gênero desempenha papel protagônico em outros documentos e instrumentos programáticos. O Plano Quadro das Nações Unidas para

a Ajuda ao Desenvolvimento (UNDAF), que constitui a estrutura estratégica comum para as atividades operacionais do sistema das Nações Unidas no contexto de um país específico, oferece uma resposta coletiva da ONU às prioridades e necessidades nacionais no âmbito dos ODM. A igualdade de gênero é um dos três princípios normativos que o norteia. A versão preliminar do UNDAF 2012-2016 de Cabo Verde estabelece que a igualdade de gênero será integrada como área temática prioritária do plano quadro e assegura a sua transversalização. O projeto do UNDAF trata, especialmente, da feminização da pobreza e do desemprego em Cabo Verde.

2.2. ATUAL SITUAÇÃO SOCIOPOLÍTICA E ECONÔMICA DAS MULHERES

Embora as mulheres cabo-verdianas desfrutem de plena igualdade de gênero perante a lei, existem diversas áreas nas quais elas estão em situação de desvantagem em comparação com os homens. A principal mensagem emanada dos relatórios da CEDAW¹³ bem como de outras avaliações¹⁴ é a de que Cabo Verde tem apresentado avanços significativos em matéria de participação feminina em atividades educacionais e políticas, bem como substancial progresso na taxa de alfabetização. Contudo, o país enfrenta desafios derivados de costumes socioculturais arraigados e que se manifestam em uma estrutura de poder desigual entre os sexos (República de Cabo Verde, 2009c). Persistem as disparidades em termos de renda e de oportunidades de inclusão econômica, e não é dada suficiente atenção às especificidades de gênero quer no planejamento político quer nos instrumentos de acompanhamento e avaliação existentes. Segundo o Inquérito Empresarial 2009, 33% das empresas possuem mulheres como coproprietárias e 17% das companhias têm uma mulher como gerente (Inquérito Empresarial, 2009). Enquanto apenas 21% dos membros do Parlamento são mulheres, houve notável melhoria no índice de participação feminina no Executivo: 8 dos 19 Ministros são mulheres. Ter quase a mesma proporção de Ministros homens e mulheres é um feito que poucos países do mundo conseguiram realizar até agora.

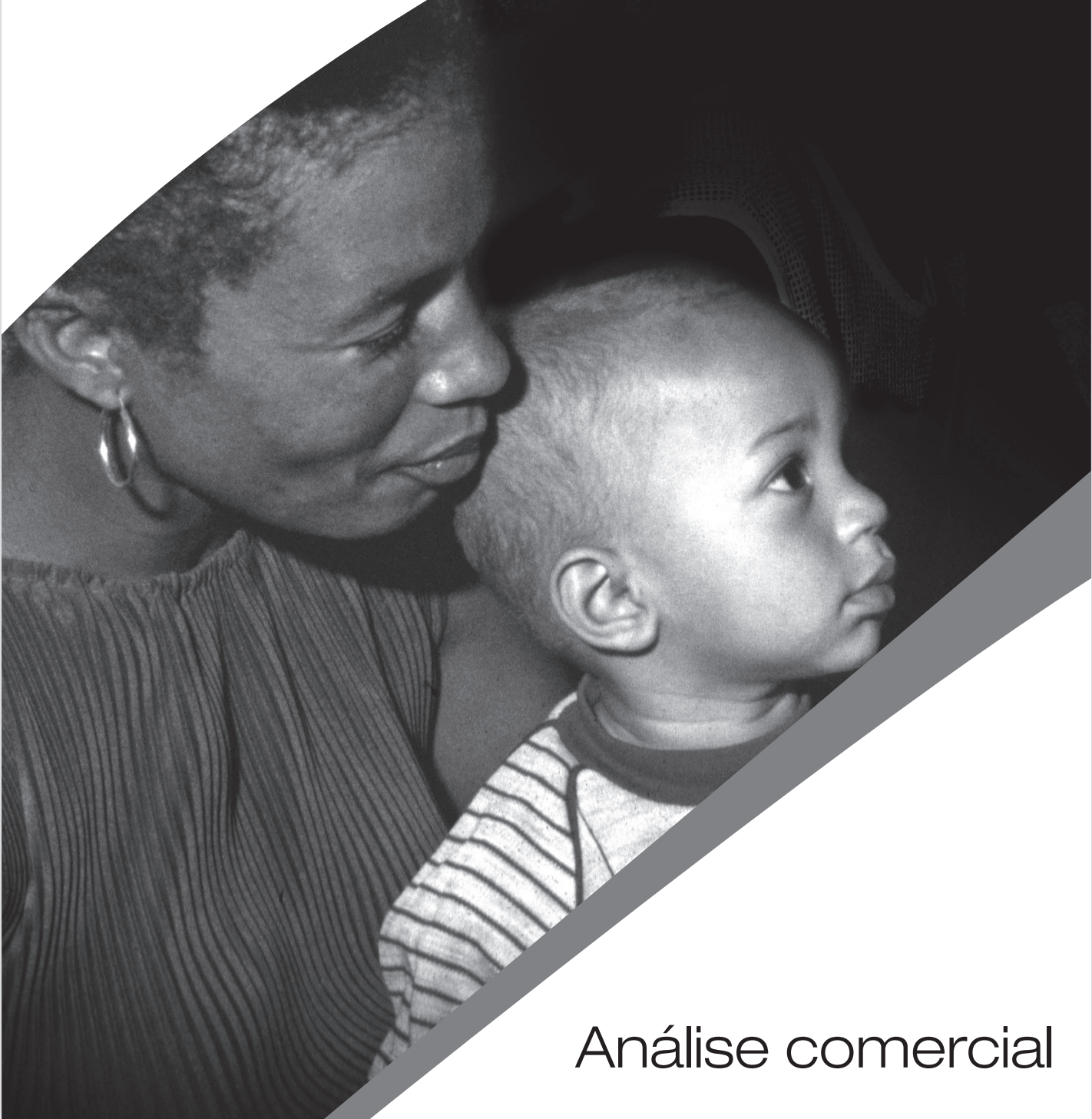
Não obstante os compromissos formais, tal como indicado no Capítulo 1, a taxa de desemprego é mais elevada entre as mulheres do que entre os homens. Altos índices de analfabetismo feminino, segregação no domínio da educação e capaci-

tação profissional inadequada são considerados fatores que restringem as possibilidades de emprego das mulheres. Existem, ainda, importantes disparidades de gênero no acesso aos serviços (acesso à água e eletricidade). Esses padrões de desigualdade surgem claramente nas estatísticas sobre pobreza: como explicado anteriormente, os agregados familiares chefiados por mulheres nas áreas urbanas tendem a ser mais pobres do que aqueles chefiados por homens, e o hiato de pobreza continua a crescer entre eles (Capítulo 1).

Outra área que requer atenção é a da violência baseada em gênero. De acordo com a Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva de Cabo Verde, 22% das mulheres cabo-verdianas

relataram em 2005 terem sido vítimas desse tipo de violência. (República de Cabo Verde, 2007a). Assim sendo, o governo tomou várias medidas a fim de mitigar o problema, dentre as quais se sobressaem a promulgação de uma legislação voltada para a prevenção e condenação da violência baseada em gênero, o Plano Nacional de Combate à Violência baseada em Gênero 2007-2011, e a aprovação e entrada em vigor em março de 2011 da lei contra a violência doméstica baseada em gênero. A nova lei considera a violência doméstica um crime público passível de ser levado à atenção das autoridades públicas por qualquer pessoa e uma questão a ser tratada pelo Judiciário como matéria sujeita a urgência e prioridade (República de Cabo Verde, 2011c).

III



Análise comercial

3. ANÁLISE COMERCIAL

Este Capítulo oferece o quadro referencial necessário à análise de quem será beneficiado pela liberalização/facilitação do comércio em Cabo Verde. Primeiramente examina os fluxos comerciais existentes, distinguindo-os por categorias abrangentes de produtos e por locais de origem e de destino mais frequentes (seção 3.1). Seguidamente, apresenta uma lista resumida dos principais acordos comerciais envolvidos no processo, e uma breve avaliação de sua relevância à luz da especialização comercial do país e da direção dos fluxos comerciais (seção 3.2). O capítulo conclui com uma rápida apreciação das questões relacionadas à proteção do mercado interno e à proteção enfrentada quando do acesso aos grandes mercados exportadores (seção 3.3).

3.1. FLUXOS COMERCIAIS

3.1.1. Balança de pagamentos

O setor de exportação de Cabo Verde - um pequeno país aberto ao comércio e extremamente depen-

dente das importações - é exíguo e restrito a bens primários e de baixo conteúdo tecnológico, o que acarreta uma balança comercial altamente deficitária (US\$ 629 milhões ou 41,2 % do PIB em 2008). Entretanto, parte desse déficit é financiado pelas remessas dos emigrantes (US\$ 136 milhões ou 8,5% do PIB em 2008)¹⁵ e pelo Turismo e receitas de viagens (US\$ 264 milhões ou 19,5% do PIB em 2008). A exportação de serviços de transporte aéreo são igualmente importantes (US\$ 137 milhões ou 9,9% do PIB em 2008).

A Tabela 11 mostra que o déficit comercial passou de 34,8% do PIB em 2000 para 46,2 em 2007 e para 41,2% em 2008, basicamente como resultado do crescimento das importações. Embora as exportações tenham aumentado em termos nominais, a balança comercial (exportações menos importações) permaneceu notavelmente negativa - em média -41% do PIB durante 2004-2008. O Turismo e as viagens experimentaram substantiva elevação (de 7,5% em 2000 para 19,5% em 2008) assim como os transportes Aéreos (embora apenas marginalmente).

Tabela 11: Balança de pagamentos, 1999-2008 (% do PIB)

Balança de pagamentos	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Conta Corrente	-13,7	-10,9	-10,5	-11,1	-11,2	-14,3	-4,3	-6,9	-13,7	-11,4
Bens	-35,8	-34,8	-34,1	-38,0	-37,8	-40,7	-37,5	-39,2	-46,2	-41,2
Exportações	4,4	7,1	6,5	6,7	6,5	6,2	9,6	8,1	5,7	6,6
Importações	-40,1	-41,9	-40,6	-44,8	-44,3	-46,9	-47,1	-47,3	-51,9	-47,9
Serviços	-2,9	1,3	2,0	2,1	1,8	3,4	6,6	11,2	13,7	14,2
Exportações	16,4	19,9	22,9	25,8	24,9	25,6	29,0	32,3	34,2	34,3
Transportes aéreos	6,7	7,8	8,3	11,6	10,0	10,2	10,6	9,9	8,4	9,9
Turismo e viagens	4,7	7,5	9,5	9,7	10,5	10,4	12,5	16,8	20,4	19,5
Importações	-19,4	-18,6	-21,0	-23,7	-23,1	-22,2	-22,5	-21,1	-20,5	-20,1
Receita	-1,5	-2,6	-1,1	-2,4	-1,8	-2,0	-3,6	-3,4	-2,2	-2,7
Transferências correntes	26,5	25,3	22,7	27,2	26,7	25,0	30,2	24,4	21,0	18,3
Transferências oficiais	8,1	4,1	3,6	5,7	6,0	5,7	5,2	4,0	4,7	6,0
Remessas	13,1	15,9	13,5	14,5	12,5	10,9	14,3	11,0	9,3	8,5
Conta de capital	2,1	2,2	3,8	2,5	3,1	2,5	2,2	1,5	1,9	1,6
Conta financeira	9,9	9,4	9,2	7,0	9,9	10,8	2,0	6,2	11,7	16,4
Investimentos diretos	10,2	7,8	2,2	6,2	4,1	7,3	8,8	11,1	13,3	12,1
Outros investimentos	5,9	-0,5	10,3	4,6	5,6	7,5	-0,7	0,0	4,6	6,1
Reservas	-6,3	2,0	-3,3	-3,8	0,1	-4,0	-6,0	-4,9	-6,2	-1,8
Erros líquidos e Omissões	1,7	-0,7	-2,5	1,7	-1,9	1,2	0,0	-0,7	0,1	-6,6
Conta corrente + Conta de capital	-11,6	-8,7	-6,7	-8,6	-8,0	-11,8	-2,1	-5,5	-11,8	-9,8

Fonte: Estimativas baseadas em dados do Banco de Cabo Verde (República de Cabo Verde, 1999-2008).

Tabela 12: Composição do comércio, 1999-2007

Composição do Comércio (% do PIB)	Cabo Verde				África Sub-saariana	Mundo
	1999	2002	2005	2007	2007	2007
Integração das exportações (b+s)	23,52	30,74	38,31	39,60	38,70	49,27
Exportação de bens	7,30	6,78	7,47	5,66	28,39	34,92
Agrícolas	1,43	0,65	3,72	2,31	7,45	5,88
Alimentos	1,19	0,49	3,72	2,31	5,72	5,00
Não agrícola	5,87	6,13	3,75	3,35	20,94	29,04
Manufaturados	5,15	6,13	3,75	3,33	8,32	16,34
Combustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	5,39	8,07
Minérios e metais	0,00	0,00	0,01	0,02	5,39	2,86
Exportação de serviços	16,22	23,96	30,84	33,94	10,31	14,35
Transporte	8,45	9,76	9,85	8,76	1,94	2,70
Turismo e Viagens	3,16	9,94	16,84	21,01	4,75	6,33
Outros serviços comerciais	2,47	2,66	2,51	2,60	2,05	4,57
Serviços governamentais n.i.p	2,14	1,60	1,64	1,57	1,57	0,75
Integração (b+s, % do PIB)	56,76	66,32	67,94	68,00	58,,30	58,73
Importação de bens	41,34	44,41	47,31	47,65	40,66	45,39
Agrícolas	14,93	14,78	14,06	13,98	7,43	6,12
Alimentos	13,92	13,79	13,32	13,18	6,93	5,52
Não agrícola	26,41	29,63	33,25	33,67	33,23	39,27
Manufaturados	24,02	25,97	27,96	27,71	23,99	28,21
Combustíveis	2,19	3,47	4,77	5,34	7,99	8,58
Minérios e metais	0,19	0,18	0,39	0,62	0,65	1,22
Importação de Serviços	15,42	21,91	20,63	20,35	17,64	13,34
Transporte	7,01	9,83	9,80	9,08	5,51	4,39
Turismo e Viagens	4,32	8,42	6,98	7,39	2,20	2,50
Outros serviços comerciais	2,94	2,78	3,16	3,23	4,74	4,67
Serviços governamentais n.i.p	1,15	0,88	0,69	0,65	4,90	1,33

Fonte: Indicadores de Comércio Internacional (Banco Mundial, 2009).

3.1.2. Comércio de Mercadorias

Segundo os Indicadores de Comércio Internacional (Banco Mundial, 2009b), dentre 171 países, Cabo Verde é o 105o em exportações agrícolas, e o 137o em não agrícolas. O país está em 12o lugar em importações agrícolas e 74o em importações não agrícolas. Estes dados deixam clara a baixíssima capacidade de exportação de bens de Cabo Ver-

de, o que o coloca entre os países extremamente dependentes de importações agrícolas (como parcela do PIB). A magnitude do déficit acumulado no comércio de bens o situa no final da lista, em 167o lugar. Isso confirma que Cabo Verde possui uma das balanças comerciais mais negativas do mundo.

A Tabela 12 retrata as tendências na composição do comércio (proporção de exportações e impor-

tações do PIB) de 1999 a 2007. A importação de alimentos correspondeu, aproximadamente, a 13,5% do PIB no decorrer do período em questão, enquanto a exportação de produtos alimentares subiu de 1,2% em 1999 para 2,3% em 2007. Os bens não agrícolas refletiram o padrão oposto. Por um lado, as importações aumentaram de 26,4% do PIB em 1999 para 33,7% em 2007 mas por outro, as exportações caíram de 5,9% para 3,3% do PIB durante o mesmo período. Por fim, o comércio de

serviços cresceu: enquanto as importações progrediram de 15,4% em 1999 para 20,3% em 2007, as exportações revelaram uma aceleração ímpar de 16,2% em 1999 para 33,9% do PIB em 2007 devido ao item viagens (que avançou de 3,2% para 21% no transcurso do mesmo período).

A Tabela 13 descreve o padrão do comércio de bens de Cabo Verde, listando as principais categorias dos setores de importação e exportação do país. Cabe ressaltar que a gama de produtos

Tabela 13: Principais exportações e importações, 2009

Produtos principais	2009	
	Valor (US\$)	%
Exportações		
Pescados e crustáceos, moluscos e outros invertebrado aquáticos	14.043.295	39,93
Preparados de carne, de pescados ou crustáceos, de moluscos e de outros invertebrados aquáticos	10.464.174	29,75
Calçados, botinas e afins; partes desses artigos	3.657.413	10,40
Artigos de vestuário e de acessórios de vestuário, exceto malha ou crochê	3.333.900	9,48
Artigos de vestuário e acessórios de vestuário, de malha ou crochê	2.378.360	6,76
Outras commodities	1.292.320	3,67
Total	35.169.462	100,00
Importações		
Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos deles destilados; substâncias betuminosas; ceras minerais	80.392.038	15,75
Reatores nucleares, caldeiras, maquinaria e aparelhos mecânicos; peças de reposição	68.763.744	13,47
Veículos, exceto material rodante para ferrovia ou elétricos, e peças de reposição e acessórios para os mesmos	50.015.578	9,80
Máquinas e equipamentos elétricos e peças de reposição para os mesmos; gravadores e reprodutores de som, gravadores e reprodutores de imagens e de som para televisão, e peças de reposição e acessórios para os mesmos	38.706.516	7,58
Alimentos e animais vivos	160.592.128	31,46
<i>Cereais e preparados de cereais</i>	<i>45.128.102</i>	<i>8,84</i>
<i>Legumes e frutas</i>	<i>29.748.708</i>	<i>5,83</i>
<i>Laticínios e ovos de aves</i>	<i>26.981.474</i>	<i>5,29</i>
<i>Carne e preparados de carne</i>	<i>19.346.723</i>	<i>3,79</i>
<i>Açúcares e preparados de açúcar, e mel</i>	<i>11.394.329</i>	<i>2,23</i>
<i>Outros produtos alimentares</i>	<i>27.992.792</i>	<i>5,48</i>
Outras commodities	111.964.391	21,94
Total	510.434.395	100,00

Fonte: Base de dados COMTRADE da ONU (2010).

exportáveis é muito limitada e, em 2009, tão somente 5 produtos primários contabilizaram mais de 95% do total de exportações daquele ano. Aproximadamente 40% do total exportado corresponderam a produtos primários, sobretudo pescados, e os restantes 56% abrangeram produtos manufaturados com baixo conteúdo tecnológico. Cerca de 30% das exportações, por exemplo, foram de preparados alimentares. As exportações de calçados e vestuário também obtiveram resultados importantes, sendo responsáveis por outros 30% do total. Os principais produtos reexportados foram pescados enlatados e congelados, produtos minerais, motores de avião e contêineres.

Em 2009, o índice de concentração de exportações foi de 0,436, inferior à média da África Ocidental (0,572), embora superior à de vários países da região.¹⁶ A elevada concentração das exportações está associada à volatilidade das receitas de exportação e ao crescimento global, bem como ao lento desenvolvimento da produtividade em decorrência da limitação de excedentes e da deterioração dos termos de troca.

Ainda em 2009, os combustíveis minerais encaixaram o ranking das importações, com 16% do total. Reatores nucleares, caldeiras, maquinaria e aparelhos mecânicos, material elétrico para veícu-

los, e máquinas e equipamentos elétricos também foram destaque com 13,5%, 9,8%, e 7,6%, respectivamente. A importação de alimentos (inclusive cereais, preparados de cereais, legumes, frutas, laticínios, ovos de aves, carnes, preparados de carnes, açúcares, preparados de açúcar, mele outros produtos alimentares) foi responsável por 31% do total.

No que se refere ao direcionamento dos fluxos comerciais, a UE é o principal parceiro comercial de Cabo Verde. Tal como detalhado na Tabela 14, a UE é o maior mercado exportador para Cabo Verde, responsável em 2009 por aproximadamente 97% do total de suas exportações. Os mercados individuais de exportação mais importantes são Espanha, Portugal e França. Nesse mesmo ano, mais de 77% das importações do país foram originárias da UE (Tabela 15).

Uma característica interessante da estrutura comercial é o processo de reexportação que consiste, principalmente, na exportação de mercadorias estrangeiras, especialmente combustível e produtos alimentares, no mesmo estado em que foram previamente importadas. A reexportação de petróleo é supostamente responsável por 7% do PIB (BAD, OCDE, PNUD, UNECA, 2011).

Tabela 14: Os 10 maiores mercados exportadores (classificação p/ parcela de mercado), 2009

Destino	Classif.	Valor comercial (US\$)	Parcela	Parcela acumulada
União Europeia (27)	1	34.108.832	97,0	97,0
EUA	2	233.879	0,7	97,6
Índia	3	120.671	0,3	98,0
Singapura	4	97.907	0,3	98,3
Guiné	5	12.084	0,0	98,3
Senegal	6	8.745	0,0	98,3
Angola	7	2.744	0,0	98,3
Rep. da Coreia	8	235	0,0	98,3
Camboja	9	132	0,0	98,3
Brasil	10	129	0,0	98,3
Áreas não especificadas		584.103	1,7	100,0

Fonte: Estimativas da CNUCED fundamentadas na base de dados COMTRADE da ONU (2010).

Observação: Alguns percentuais talvez não cheguem a 100% porque certos valores foram arredondados.

Tabela 15: Os dez maiores fornecedores (classificação p/ parcela de mercado), 2009

Fornecedor	Classif.	Valor Comercial (US\$)	Parcela	Parcela acumulada
União Europeia (27)	1	520.931.381	77,6	77,6
Brasil	2	32.304.748	4,8	82,4
Japão	3	21.082.555	3,1	85,6
Tailândia	4	13.403.426	2,0	87,6
EUA	5	12.453.262	1,9	89,4
China	6	12.254.665	1,8	91,3
Uruguai	7	10.517.363	1,6	92,8
Senegal	8	6.084.362	0,9	93,7
Vietnã	9	3.766.059	0,6	94,3
Suíça	10	3.623.275	0,5	94,8
Áreas não especificadas		7.377.382	1,1	95,9

Fonte: Estimativas da CNUCED fundamentadas na base de dados COMTRADE da ONU (2010).

Observação: Alguns percentuais talvez não cheguem a 100% porque certos valores foram arredondados.

3.2. ACORDOS/PARCELIAS COMERCIAIS

Cabo Verde estabeleceu acordos comerciais nos âmbitos bilateral, regional e multilateral.

3.2.1. Bilaterais

No âmbito bilateral, Cabo Verde continua aprofundando suas relações de longa data com a UE, seu maior parceiro comercial, ao mesmo tempo em que busca aumentar a cooperação bilateral com as maiores economias emergentes (China e Brasil, em particular). O país possui, ainda, acordos bilaterais recíprocos de livre comércio com os países africanos de língua portuguesa (Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), e um acordo bilateral de preferências comerciais com a Mauritânia. O país é elegível como beneficiário nos seguintes acordos preferenciais não recíprocos:

a) Relações UE-Cabo Verde

De acordo com um regime transitório, Cabo Verde continua a ser uma das nações favorecidas pelo mecanismo especial da UE para PMAs, também conhecido como Tudo Exceto Armas – TEA (*Everything but Arms – EBA*).¹⁷ O TEA outorga aos PMAs isenção tributária para todos os produtos da UE, a exceção de armas e munições. Após sua graduação da condição de PMA em janeiro de 2008,¹⁸ decidiu-se que Cabo Verde seria retirado

da lista dos beneficiários do TEA uma vez expirado o período transitório de três anos, ou seja, a partir de 1o de janeiro de 2011 (UE, 2007).¹⁹ Esse período, entretanto, foi prolongado até 1o de janeiro de 2012, pois a fase de transição, transcorrida em tempos de crise, foi considerada muito curta para que Cabo Verde lograsse atenuar a intensidade dos efeitos adversos decorrentes de sua saída do mecanismo TEA (UE, 2010). A entrada no mercado da UE com isenção tarifária – quer em conformidade com o TEA quer sob a égide de outro acordo preferencial – é de primordial importância comercial para Cabo Verde. Tal como assinalado na seção 3.1, a UE constitui o maior mercado exportador de Cabo Verde, centralizando em 2009 cerca de 97% do total de suas exportações. À luz deste padrão de comércio e subsequentemente à eliminação gradativa do TEA, é extremamente importante para Cabo Verde continuar a desfrutar do regime de isenção tarifária nos mercados da UE. Em alguns casos específicos, enquanto as negociações para o estabelecimento de um Acordo pleno ainda estavam em curso, e como solução temporária, foram estabelecidos Acordos de Parceria Econômica (APEs) provisórios a fim de evitar a interrupção das exportações destinadas à UE.²⁰

O aprofundamento das relações comerciais com a UE continuam a ser de capital importância para a

política de comércio internacional de Cabo Verde. O país está em processo de negociação de um APE com a UE no âmbito do Acordo Quadro de Cotonou²¹. No contexto da vertente comercial, o Acordo permitirá a Cabo Verde continuar a desfrutar de isenção tarifária para a entrada de seus produtos na UE após a eliminação gradativa do mecanismo TEA, mas desta feita em termos recíprocos (i.e. o país abrirá seu mercado doméstico aos produtos europeus). O APE incluirá, ainda, regras sobre o comércio de serviços e investimentos estrangeiros. O acordo UE-Cabo Verde deveria ter sido estabelecido originalmente no âmbito regional da CEDEAO. O país, entretanto, optou por negociar de maneira independente com a UE, apoiando-se para tanto em suas estreitas relações com Portugal e outros países europeus.

Dentre os desafios a serem enfrentados como consequência do futuro APE UE-Cabo Verde está o possível atraso no processo de industrialização ou o risco de desindustrialização. Tal como acima mencionado, Cabo Verde exporta um número limitado de produtos agrícolas e de preparados alimentares (aproximadamente 70% do total de suas exportações) assim como de outros itens de baixo conteúdo tecnológico (calçados e vestuário são responsáveis pelos restantes 30%). Por outro lado, o país importa uma quantidade relativamente grande de máquinas e instrumentos elétricos, aparelhos mecânicos e outros equipamentos industriais além de produtos alimentares. A eliminação ou redução das tarifas sobre as importações da União Europeia forçará muitos produtores cabo-verdianos a competir diretamente com empresas da UE. Diz a teoria comercial que uma ampla exposição à concorrência das importações conduz a um maior nível de inovação e de ganhos de eficiência, sempre e quando as empresas locais tenham capacidade de adaptação. Entretanto, essa possibilidade de os produtores cabo-verdianos competirem com as importações da UE vê-se altamente prejudicada pelas graves restrições do lado da oferta, tais como a ausência de infraestrutura adequada, a fragmentação geográfica, o baixo teor de valor agregado e a pequena escala da produção. Se a proteção tarifária vier a ser retirada, muitos produtores cabo-verdianos deixarão de auferir lucros devido ao nível muito menor de produtividade industrial e de competitividade que possuem em comparação com seus contrapartes europeus.

Um acontecimento como esse teria consideráveis implicações de gênero pois, tal como demonstrado

pela experiência asiática, são as mulheres quem se beneficiam sobretudo da primeira fase da industrialização que abrange a produção de produtos de baixa tecnologia tais como preparação de alimentos, têxteis e calçados. A desaceleração desses setores seria extremamente prejudicial às mulheres em Cabo Verde.

Um desafio adicional vinculado ao APE é a questão das implicações fiscais. Visto que uma grande parcela das importações de Cabo Verde é originária da UE e que os rendimentos provenientes do comércio constituem grande parte do total da renda nacional, existe a preocupação de que a eliminação das tarifas aduaneiras sobre a maioria dos produtos da UE possa ocasionar uma redução substancial das receitas governamentais. Como indica a seção 3.1, em 2009 mais de 77% das importações cabo-verdianas vieram da UE. Os direitos alfandegários e demais impostos de importação – em sua maioria cobrados sobre as importações da UE – representaram cerca de 20,8% das receitas fiscais desse mesmo ano (Banco Mundial, 2009b). Zouhon-Bi e Nielsen (2007) verificaram que a liberalização tarifária no contexto do APE reduziria o total de receitas fiscais do país em 78%. Essa contração corresponderia a uma diminuição de 15,8% no total das receitas governamentais, o que equivaleria a uma queda brutal de 3,6% do PIB. Essas deficiências ameaçariam de modo desproporcional as mulheres, tendo em vista que os gastos sociais do governo constituem grande parte das despesas orçamentárias do país (CNUCED, 2010). Além disso, a eliminação ou redução das tarifas diminuiria sobremaneira a capacidade de Cabo Verde de utilizar uma política tarifária como meio de impulsionar o desenvolvimento industrial e dar suporte às indústrias locais, inclusive àquelas que poderiam empregar mulheres.

Desde 2007, a UE e Cabo Verde estabeleceram um plano de cooperação nos termos da *Parceria Especial entre a UE e Cabo Verde*. Os projetos ora em curso incluem boa governança, segurança e estabilidade, integração regional, sociedade do conhecimento, redução da pobreza e desenvolvimento.

O comércio bilateral entre Cabo Verde e a UE é facilitado por uma taxa de câmbio fixa entre as duas moedas.

Em junho de 2008, Cabo Verde e a UE lançaram uma Parceria para a Mobilidade a fim de coordenar a migração e assegurar que tanto o país de origem

quanto de destino bem como os próprios migrantes tirem proveito desse processo. Cabo Verde e Moldávia foram os primeiros dois países com os quais a UE estabeleceu esse compromisso.²²

b) Cooperação Sul-Sul

Embora a UE continuará a ser o principal parceiro econômico de Cabo Verde, o país está alavancando sua posição estratégica para o comércio transatlântico de modo a fortalecer a cooperação Sul-Sul com parceiros não tradicionais, especialmente China e Brasil (EIU, 2008 e 2011). Em 2007, a China designou Cabo Verde uma de suas seis Áreas Econômicas Especiais com vistas à sua utilização como entreposto para mercadorias chinesas antes de sua distribuição pela África (EIU, 2008). Durante a III Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Oficial Portuguesa, realizada em novembro de 2010, o Primeiro-Ministro chinês declarou que “a China e os países de língua portuguesa deveriam envidar esforços a fim de combater o protecionismo comercial e aumentar o comércio bilateral para US\$100 bilhões até 2013”.²³ O plano chinês de usar Cabo Verde como entreposto coincide com a estratégia deste último de se transformar um centro para o comércio transatlântico. No decorrer da última década, o Brasil tem expandido seus vínculos comerciais e de investimento com a África, especialmente com os países lusófonos, e criou programas e alianças sociais com o objetivo de compartilhar e intercambiar conhecimento e capacidades. Suas atividades em Cabo Verde concentram-se em cursos de alfabetização, capacitação profissional, projetos agrícolas e de dessalinização de água. Em agosto de 2011, Cabo Verde assinou uma série de acordos com a Agência Brasileira de Cooperação num montante superior a US\$3 milhões, com foco em meio ambiente, habitação e ordenamento territorial, patrimônio cultural, aviação civil e telecomunicações, entre outros. Espera-se que o Brasil forneça recursos humanos e assistência técnica a Cabo Verde de modo a tornar viável a execução dos referidos projetos.²⁴

c) Países africanos de língua portuguesa e Mauritânia

Tal como assinalado anteriormente, Cabo Verde estabeleceu um Acordo de Livre Comércio com um grupo de países africanos de língua portuguesa - Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. O Acordo, assinado em 30 de março de

1980, espera, ainda, um protocolo sobre regras de origem para tornar-se plenamente operacional (OMC, 2007a).

É importante ressaltar que apesar de a estrutura para o livre comércio já estar implantada, os referidos países continuam a ser parceiros comerciais secundários para Cabo Verde. Em 2009, Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, foram responsáveis, como um todo, por apenas 0,01% do total das exportações cabo-verdianas, e somente 0,03% do total de suas importações partiram desses países. No cômputo geral, a exceção da UE, o processo de diversificação comercial é muito lento.

3.2.2. Regionais

Cabo Verde é membro da CEDEAO. Os 15 Estados Membros da CEDEAO acordaram estabelecer uma União Aduaneira (UA) e adotar uma Tarifa Externa Comum (TEC). No âmbito dessa União Aduaneira, todos os direitos e encargos alfandegários deveriam ser eliminados e os Estados Membros fariam jus à isenção tarifária nos demais mercados da Comunidade. Barreiras não tarifárias tais como cotas, restrições quantitativas e proibições seriam igualmente removidas. Deveria ser instituída uma Tarifa Externa Comum a qual seria imposta às importações provenientes de fora da União Aduaneira. Tanto a UA quanto a TEC ainda não foram plenamente implementadas. Por ora, Cabo Verde aplica apenas a disposição referente à livre circulação das pessoas entre os Estados Membros da CEDEAO. O país aplica, igualmente, um imposto Comunitário da CEDEAO de 0,5% sobre todas as importações de países não Partes da CEDEAO (OMC, 2007a).

A integração comercial de Cabo Verde no contexto do bloco da CEDEAO ainda é limitada, especialmente na área das exportações. Em 2009, somente 0,06% da totalidade das exportações cabo-verdianas foi dirigida aos países pertencentes à CEDEAO, e do total de suas importações apenas 1,65% veio dos membros da Comunidade. Talvez isso decorra da semelhança das mercadorias exportadas, da pesada incidência de Barreiras Não Tarifárias (BNTs), e do elevado custo do transporte e de outros desembolsos relacionados ao comércio. As negociações em curso para o estabelecimento de um APE separado parece sinalizar que Cabo Verde está cada vez mais afastando-se da CEDEAO e aproximando-se da UE.

Tabela 16: Estrutura das tarifas NMF em Cabo Verde, 2008 e 2009

	Efetivamente aplicada	Aplicada NMF (2009)	Média ponderada pelo volume de comércio (2008)
Todos os produtos	15,8	10,4	12,2
Agrícolas	19,3	12,2	16,4
Não agrícolas	15,2	10,2	10,6

Fonte: OMC, CNUCED e ITC (2010).

Observações: Aplicada NMF: média simples das tarifas aplicadas NMF (baseadas em médias pré-agregadas no Sistema Harmonizado de seis dígitos); Média ponderada pelo volume do comércio: = Médias das tarifas NMF no SH de seis dígitos ponderadas com fluxos de importação no SH de seis dígitos.

Tabela 17: Estrutura das tarifas aplicadas por Cabo Verde pré-adesão, 2006 (ad valorem)

	Aplicada NMF	Média ponderada pelo volume de comércio
Todos os produtos	10,4	12,3
Agrícolas	11,7	17,0
Não agrícolas	10,2	10,2

Fonte: OMC, CNUCED e ITC 2006.

Observações: Aplicada NMF: média simples das tarifas aplicadas NMF (baseadas em médias pré-agregadas no Sistema Harmonizado de seis dígitos); Média ponderada pelo volume do comércio: = Médias das tarifas NMF no SH de seis dígitos ponderadas com fluxos de importação no SH de seis dígitos.

3.2.3. Multilaterais

Cabo Verde tornou-se membro da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 23 de julho de 2008. Em base às negociações levadas a efeito, o país concordou em empreender uma série de compromissos em matéria de liberalização comercial, tanto no setor de bens quanto no de serviços.

3.2.3.1. Acesso ao mercado de bens

A partir de sua adesão à OMC, todas as linhas tarifárias do país foram consolidadas (100% de cobertura obrigatória), em média em limites bastante reduzidos,²⁵ deixando uma estreita margem para eventuais aumentos nas tarifas aplicadas (Tabela 16). A média da tarifa Nação Mais Favorecida (NMF) imposta por Cabo Verde é de atualmente 10,4%, mais baixa do que a tarifa média aplicada pela África Subsaariana (12,5%) e igualmente inferior à tarifa média adotada pelos países de renda média/baixa (11,4%). A média das tarifas aplicadas NMF é de 12,2% para produtos agrícolas (consolidadas em 19,3%), e de 10,2% para produtos não agrícolas (consolidadas em 15,2%). Cabo Verde ocupa a 109ª posição dentre 181 países (onde o 10 é o menos restritivo) nos Indicadores de Comércio Internacional 2009/10 (Banco Mundial, 2009).

A estrutura de pré-adesão ao sistema de tarifas aplicadas NMF é apresentada na Tabela 17. Entre 2006 e 2009, o processo de adesão não parece ter provocado efeitos significativos sobre as receitas em razão da redução pós-adesão dos direitos aduaneiros. Na verdade, as tarifas consolidadas pós-adesão são mais elevadas do que as taxas aplicadas pré-adesão.

Esta comparação, entretanto, não oferece uma visão totalmente acurada pois não leva em conta dois acontecimentos. Primeiramente, alguns compromissos em matéria de liberalização tarifária da OMC referem-se a reduções gradativas e em períodos que podem chegar em alguns casos até 2018. Algumas tarifas aplicadas serão substancialmente reduzidas ao longo do tempo. Em segundo lugar, a estrutura de 2006 já refletia algumas reformas tarifárias implementadas no início do processo de negociação.

Desde 2003, o sistema fiscal de Cabo Verde passou por uma ampla transformação com vistas à simplificação da estrutura tributária. Assim sendo, o índice tarifário da média ponderada pelo volume de comércio baixou consideravelmente, de 31% em 2002 para 12% em 2004 (Programa Trade-Com, 2008). Segundo os dados do Banco de Cabo

Verde, tal como relatado por Marking (Marking, 2010), entre 2003 e 2004, a receita proveniente da arrecadação de impostos sobre o comércio internacional (tarifas e outros direitos aduaneiros) caíram 42%, em seguida à eliminação das taxas alfandegárias em geral.²⁶ As receitas provenientes dos impostos sobre o volume de comércio diminuíram de 7,3% do PIB em 2000 para 4,9% em 2007. Cabe assinalar, contudo, que esses acontecimentos não chegaram a representar grande perda de arrecadação para o governo.

A introdução do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) em janeiro de 2004 compensou a queda das receitas de importação.²⁷ Além disso, a redução das tarifas de importação foi parcialmente equilibrada pelo aumento do volume das importações. A reforma tributária, a racionalização administrativa e a simplificação do sistema fiscal aperfeiçoaram a capacidade de arrecadação do governo cabo-verdiano. Estas medidas têm sido fundamentais para limitar e contrabalançar as perdas sofridas devido à redução tarifária decorrente, sobretudo, do processo de adesão à OMC. Resta saber, porém, qual o papel que elas terão no futuro com vistas a recuperar a queda das receitas provocada pela redução ou eliminação das tarifas de importação da UE resultantes do APE. A diminuição das tarifas decorrente da adesão à OMC parece ser bem menos importante do que aquela que se seguirá à conclusão das negociações do APE. Além disso, a introdução do IVA tem implicações sociais: esse imposto afeta, proporcionalmente, mais aos pobres – que gastam um percentual maior de sua renda em mercadorias do que os ricos – e às mulheres que tendem a predominar entre os desfavorecidos.

Na área agrícola, Cabo Verde não conta com programas de subsídios nem com programas domésticos de apoio que sejam contrários às regras da OMC. Todas as medidas de auxílio interno foram consideradas como subsídios da caixa verde (permitidos). Dentre outros, eles incluem gastos com pesquisa, divulgação de informação por meio de serviços de extensão e de consultoria, apoio ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária e serviços de infraestrutura para os setores agrícola e ambiental que lutam contra a escassez de recursos hídricos do país (OMC, 2007a). Cabo Verde não apresentou nenhuma reserva especial de Salvaguarda (SSG) na sua lista de concessões agrícolas. Tais reservas permitiriam uma imposição tarifária adicional sempre e quando certos critérios fossem atendidos.

3.2.3.2. Acesso ao mercado de serviços

Os serviços veem adquirindo uma importância cada vez maior na economia de Cabo Verde. O país assumiu compromissos específicos sob a égide do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS) em 10 setores de serviços e em uma variada gama de subsetores (OMC, 2007b). De modo a fornecer subsídios para as análises apresentadas nos Capítulos 4 e 5, esta seção examina brevemente a lista de compromissos de liberalização de Cabo Verde em turismo – um setor de serviços de vanguarda e de rápido crescimento no país e fonte primordial de entrada de divisas.

Deve-se ter em mente que a definição de turismo do GATS tem um alcance manifestamente restrito. Na Lista de Classificação Setorial de Serviços da OMC,²⁸ o turismo (Serviços Relacionados a Turismo e Viagens) cobre 4 subsetores: a) serviços de hotéis e restaurantes, inclusive serviços de fornecimento (catering); b) serviços de agências de viagens e de operadoras de turismo; c) serviços de guias de turismo; e d) outros serviços relacionados.²⁹ Um grande número de serviços turísticos – tais como sistemas de reserva por computador; navios de cruzeiro e muitos outros serviços de transporte; construção de hotéis; aluguel de veículos; certos serviços financeiros, empresariais e de distribuição; bem como a maioria dos serviços culturais, esportivos e de lazer – foram incluídos em outras categorias setoriais W/120.³⁰

A análise da lista de serviços de Cabo Verde (OMC, 2007b) revela que os compromissos de liberalização do país na área do turismo variam largamente de acordo com o tipo do serviço e do subsetor pertinente (ver Tabela 18). Vale a pena explorar detidamente os compromissos em matéria de presença comercial. Este modo de prestação cobre serviços dentro do território nacional mediante a presença comercial do fornecedor. Em outras palavras, cobre o estabelecimento e o tratamento de pessoas jurídicas.

No que concerne à presença comercial, Cabo Verde concede amplo acesso ao mercado no subsetor de hotéis e restaurantes. Esse nível de compromisso reflete o desejo do país de expandir os influxos de investimentos diretos estrangeiros (IDE) nesse subsetor. Enquanto os IDE de países europeus ainda são insignificantes devido ao baixo nível de crescimento econômico registrado na Europa, os investimentos chineses estão em franca expansão.

No referente a “Serviços de agências de viagens e de operadoras de turismo” (subsetor B), o aces-

Tabela 18: Compromissos específicos para o setor de serviços relacionados a turismo e viagens

Subsetor	Limitações ao Acesso a Mercado	Limitações ao Tratamento Nacional
A. Serviços de hotéis e restaurantes (CPC 641, 642, 643)	1) Não consolidadas	1) Não consolidadas
	2) Nenhuma	2) Nenhuma
	3) Nenhuma, exceto (i) empreendimentos hoteleiros poderão, opcionalmente, aproveitar incentivos a investimentos em conformidade com a Lei de Utilidade Turística, e (ii) restaurantes que queiram aproveitar incentivos a investimentos, em conformidade com a Lei de Utilidade Turística, estarão sujeitos a teste de necessidade econômica (TEN). Entretanto, restaurantes que não desejem aproveitar os incentivos a investimentos em conformidade com a citada lei não estarão sujeitos a um TEN.	3) Nenhuma
	4) Não consolidada, exceto como indicado nos Compromissos Horizontais	4) Não consolidada, exceto como indicado nos Compromissos Horizontais
B. Serviços de agências de viagens e operadoras de turismo (CPC 7471)	1) Não consolidada	1) Nenhuma
	2) Nenhuma	2) Nenhuma
	3) Nenhuma no que tange serviços prestados por agências de viagens e operadoras de turismo em empreendimentos conjuntos com cidadãos de Cabo Verde, sempre e quando a participação estrangeira seja inferior a 50%. Serviços de agências de viagens e operadoras de turismo com 50% ou mais de investimentos estrangeiros estarão sujeitos às seguintes limitações: - o número dessas agências de viagens não poderá ultrapassar mais de um terço do total de prestadoras de serviços nacionais (incluindo empreendimentos conjuntos com participação estrangeira inferior a 50%) operando no território de Cabo Verde; - o número desses operadoras não poderá ultrapassar mais de um terço do total de prestadoras de serviços nacionais (incluindo empreendimentos conjuntos com participação estrangeira inferior a 50%) operando no território de Cabo Verde; - uma agência de viagens com menos de 50% de propriedade cabo-verdiana estará limitada a um estabelecimento por ilha, num máximo de três ilhas; e - um operador de turismo com menos de 50% de propriedade cabo-verdiana não poderá operar em mais de três ilhas.	3) Nenhuma
	4) Não consolidada, exceto como indicado nos Compromissos Horizontais	4) Não consolidada, exceto como indicado nos C.H.
C. Guias de Turismo (CPC 7472)	1) Não consolidada	1) Nenhuma
	2) Não consolidada	2) Nenhuma
	3) Não consolidada, exceto como indicado nos Compromissos Horizontais	3) Nenhuma
	4) Não consolidada, exceto como indicado nos Compromissos Horizontais	4) Não consolidada, exceto como indicado nos C.H.

Fonte: : Serviço de Base de Dados OMC.

Observação: "Nenhuma" significa compromisso de liberalização plena (nenhuma limitação de acesso a mercado) ou Tratamento Nacional) em um determinado subsetor e para um modo de prestação específico); "Não consolidada" significa nenhum compromisso (o membro é livre para introduzir ou manter medidas incompatíveis com Acesso a Mercado ou Tratamento Nacional, exceto como indicado na lista).

so ao mercado está liberalizado para operadoras estrangeiras que criem empreendimentos conjuntos com contrapartes locais, sempre e quando a participação externa seja inferior a 50%. Em compensação, existem pesadas restrições de acesso ao mercado para empresas sob controle estrangeiro. As condições listadas têm, também, uma natureza discriminatória (ou seja, elas são uma limitação ao tratamento nacional). Essas disposições parecem refletir a intenção de Cabo Verde de favorecer parcerias e vínculos empresariais entre agências de viagens e operadoras de turismo nacionais e estrangeiras, e promover o turismo de modo a torná-lo um setor econômico do qual o país possa fruir benefícios.

Em ambos os subsetores, Cabo Verde não impõe restrições à cláusula de tratamento nacional. A menção “não há restrições” na coluna TN (registrada como “nenhuma”) significaria dizer que os incentivos para manter/expandir os subsetores (serviços de hotéis e restaurantes, agências de viagens e operadoras de turismo) não podem discriminar com base no país de origem do prestador dos serviços. Esse compromisso de liberalização merece atenção pois poderia ter implicações de gênero. É preciso ter em mente que a limitação ao tratamento nacional abrange casos tanto de discriminação *de facto* quanto *de jure*. Planos de incentivo voltados para empreendimentos dirigidos por mulheres (incentivos fiscais, facilitação de transferência de fundos e transações bancárias, etc.) podem, em certos casos, resultar em tratamento menos favorável para fornecedores estrangeiros

(homens), contrariamente ao que estipula o Artigo XVII (Tratamento Nacional).

Cabo Verde continua livre para impor restrições de acesso a mercado para agências estrangeiras de guias de turismo. Esse modo de prestação não abrange os guias de turismo autônomos, incluídos no Modo 4.

No contexto do APE, a UE provavelmente solicitará uma liberalização ainda maior no setor dos serviços. Essa liberalização adicional poderá até mesmo beneficiar Cabo Verde, mas caso ela esteja voltada para setores ou subsetores nos quais o país não disponha da competência necessária, ou seja improvável o seu desenvolvimento a curto prazo, seria prudente o país reter a faculdade de aplicar salvaguardas e regulamentar o acesso a mercados para empresas estrangeiras a fim de permitir o fortalecimento da capacidade nacional.

3.3. PRINCIPAIS OBSTÁCULOS AO COMÉRCIO

3.3.1. Proteção do acesso ao mercado doméstico

Tal como apresentado na seção 3.2, Cabo Verde possui um regime de comércio bastante liberal em termos de proteção tarifária do mercado interno.

3.3.2. Proteção enfrentada nos principais mercados de exportação

A Tabela 19 traz o detalhamento da parcela de exportações cabo-verdianas isentas de impostos

Tabela 19: Exportações para os principais parceiros comerciais, 2008 – parcela do comércio com isenção fiscal

Principais mercados de exportação	Importações bilaterais		Importações com isenção fiscal	
	Em milhões de US\$		Porcentagem das linhas tarifárias	Porcentagem das importações
Produtos agrícolas				
1	União Europeia	2	91,4	91,0
2	Suíça	0	91,7	77,9
3	EUA	0	100,0	100,0
4	Brasil	0	0,0	0,0
5	Níger	0	0,0	0,0
Produtos não agrícolas				
1	União Europeia	35	100,0	100,0
2	Costa do Marfim	8	0,0	0,0
3	Singapura	1	100,0	100,0
4	Marrocos	1	4,8	81,0
5	Hong Kong, China	0	100,0	100,0

Fonte: OMC, CNUCED e ITC 2010.

Observações: “Porcentagem de linhas tarifárias” significa a % de linhas tarifárias com isenção fiscal no total das linhas tarifárias comercializadas. “Porcentagem de importações” indica a parcela do comércio isenta de impostos em proporção à totalidade dos fluxos de comércio bilateral, incluindo o tratamento preferencial com isenção fiscal.

junto aos principais parceiros comerciais. Como foi igualmente assinalado na seção 3.2, Cabo Verde goza de acesso preferencial (isenção fiscal) aos mercados exportadores da UE e de outros sócios comerciais. Levando-se em conta esse padrão de comércio, tanto em termos de especialização quanto de destino das exportações, o país atualmente não enfrenta barreiras tarifárias determinantes em seus maiores mercados de exportação.³¹ As questões relevantes em matéria de política comercial estariam mais relacionadas às barreiras não tarifárias e à facilitação do comércio.

À semelhança do que ocorre com muitos outros países em desenvolvimento, a capacidade de Cabo Verde de expandir e diversificar suas exportações está circunstancialmente vinculada à superação dos obstáculos do lado da oferta e ao cumprimento de exigências cada vez mais estritas para a entrada nos mercados exportadores. Importantes obstáculos ao acesso/entrada no mercado apresentam-se sob a forma de barreiras não tarifárias (BNT). Estas incluem medidas governamentais (procedimentos de licenciamento, barreiras técnicas ao comércio (BTC) e medidas sanitárias e fitossanitárias (SFS)), bem como normas do setor privado. Certas barreiras derivam, também, das características estruturais das cadeias de abastecimento e dos mercados. Esses entraves incluem consideráveis barreiras estruturais (custos irrecuperáveis, economias de escala, etc.) e comportamentais (p.ex., abuso de poder de mercado por empresas titulares) que prejudicam a capacidade dos países em desenvolvimento de aceder a novos mercados de exportação.

De 2000 a 2003, Cabo Verde enfrentou uma proibição da UE de importação de pescados e de frutos do mar devido ao não cumprimento de normas sanitárias e higiênicas. A falta de quadros qualificados para verificar a segurança dos produtos alimentares não só dificultou as exportações como também reduziu a capacidade do país de garantir a qualidade das mercadorias importadas ou produzidas no mercado interno, bem como de proteger a saúde dos consumidores, inclusive dos turistas. A proibição teve, obviamente, implicações negativas para a economia do país, visto ser o pescado um dos produtos que encabeçam a pauta de exportações de Cabo Verde e que a UE constitui, de longe, seu maior mercado de destino. Cabo Verde possui uma frota pesqueira composta por barcos artesanais (cerca de 1.200) e por embarcações industriais (menos de 100). O pescado é processado nos molhes, na maioria das vezes por mulheres. As fábricas de enlatados e outras unidades ligadas à produção do pescado estão localizadas, em sua maioria, em Mindelo, Praia e Sal. Entretanto, câmaras frigoríficas e de congelamento são insuficientes e muitos pescadores artesanais e mulheres encarregadas do processamento não têm acesso a gelo (USAID/ West Africa and West Africa Trade Hub, 2008). A ausência de tecnologia adequada para a pesca em águas profundas e a falta de modernização da frota pesqueira são elementos que travam o desenvolvimento da indústria.

O próximo capítulo explora algumas das consequências da liberalização do comércio no bem-estar dos agregados familiares, sob um enfoque de gênero.

IV



Liberalização
do comércio,
emprego feminino
e bem-estar

4. LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO, EMPREGO FEMININO E BEM-ESTAR

Políticas comerciais voltadas para a liberalização e facilitação do comércio têm efeitos diferentes sobre os indivíduos: uns poderão ser beneficiados, outros prejudicados e outros, ainda, permanecer imunes. O impacto dessas políticas depende basicamente de dois elementos. Primeiramente, da influência que as políticas comerciais possam vir a ter sobre os preços internos dos bens e sobre os fatores de produção (tais como salários, rendimentos, lucros de capital ou territorial) onde os indivíduos operam. Devido ao marco regulatório, alguns mercados internos e/ou setores econômicos podem ficar ao abrigo dos efeitos das políticas comerciais, enquanto outros poderão ficar completamente dependentes dos mercados internacionais e, portanto, à mercê dessas mesmas políticas. Em segundo lugar, o impacto das políticas comerciais depende do grau de exposição dos indivíduos com relação aos diferentes bens e fatores de produção. Trabalhadores em setores exportadores, como por exemplo o da pesca, poderão ser afetados diferentemente daqueles empregados em setores de importação concorrentes, como o de cereais. A magnitude da exposição depende, ainda, da extensão das atividades de autossustentabilidade nas quais o indivíduo está envolvido. Em pequenos países em desenvolvimento tais como Cabo Verde muitos agregados familiares dedicam-se a atividades de autossuficiência, ou seja, à produção para consumo próprio. Essas práticas, livres dos choques de preços, estão por conseguinte desvinculadas das políticas comerciais.

A análise quantitativa sobre o efeito das políticas comerciais sobre os indivíduos, contida no presente estudo, foi realizada em três tempos (os pormenores técnicos encontram-se no Anexo 1).

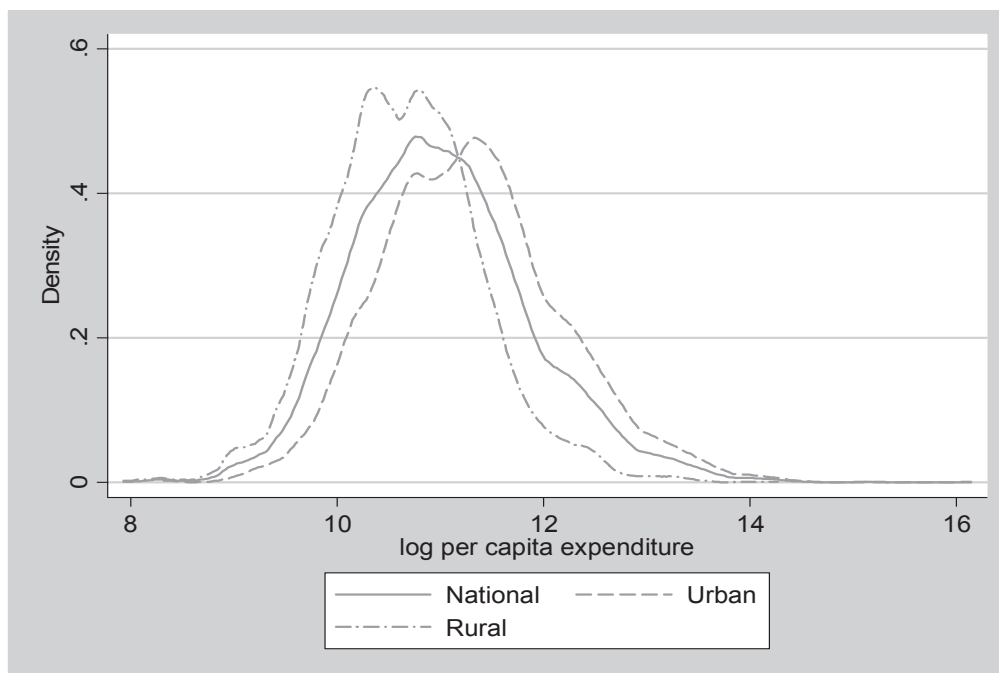
- 1) Buscou medir até que ponto as políticas comerciais atingem os preços internos dos alimentos e os fatores de produção. Para tanto, foram realizadas estimativas e suposições para determinar em que proporção os preços internacionais contaminam os preços domésticos das mercadorias e os fatores de produção. Foram elaborados, também, cálculos e conjecturas de modo a determinar até onde as políticas comerciais afetam as receitas governamentais.

- 2) Subseqüentemente, identificou e quantificou as fontes de renda e de consumo de cada agregado familiar. Esses dados forneceram a medida da dependência entre a renda real do agregado familiar e a mudança de preços de um produto específico ou de um fator de produção provocada pelas políticas comerciais.
- 3) A seguir, mapeou as alterações de preço das mercadorias e dos fatores de produção em decorrência das políticas comerciais nas parcelas do orçamento e da renda de cada agregado familiar. Isso permitiu calcular os efeitos negativos ou positivos dessas políticas na renda familiar real. Os resultados foram posteriormente consolidados segundo parâmetros apropriados (localização, gênero, grau de pobreza), de modo a melhor identificar os subgrupos que seriam beneficiados ou prejudicados pela política comercial.³²

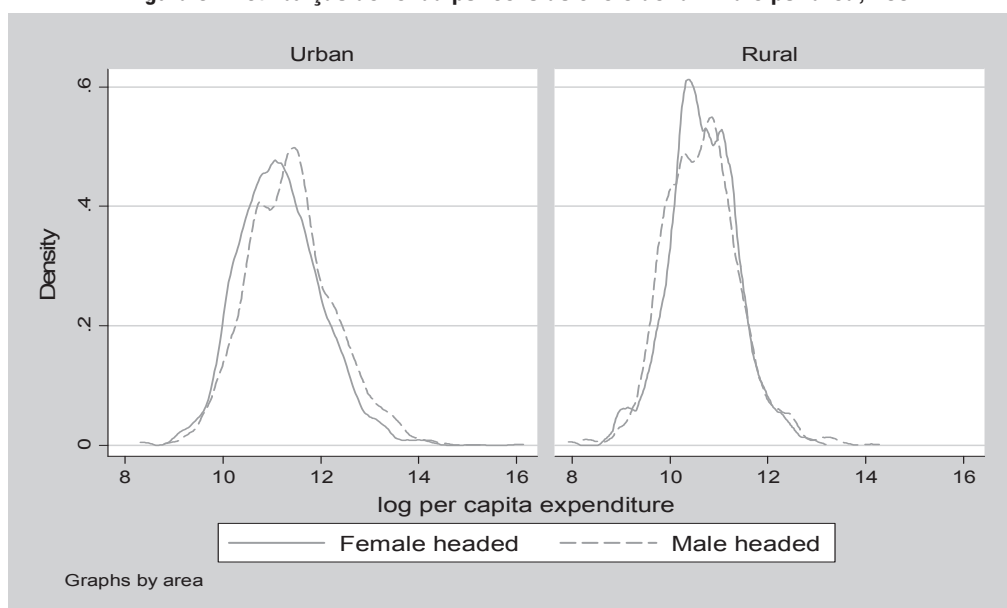
Neste capítulo, examinam-se detidamente os mecanismos de transmissão através dos preços dos alimentos, das remessas do exterior e do turismo. Essas áreas merecem ser consideradas com atenção tendo em vista as especificidades de Cabo Verde, especialmente sua dependência das importações de alimentos, sua diáspora e o potencial de seu setor de turismo.

4.1. CARACTERIZAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

A presente seção explora os possíveis efeitos da política comercial sobre o bem-estar dos agregados familiares, com ênfase especial nas questões de gênero. O objetivo é distinguir como diferentes indivíduos e agregados familiares serão afetados pela: (i) alteração no preço dos alimentos; (ii) elevação da renda decorrente de remessas provenientes do exterior; e (iii) expansão de alguns subsectores do turismo. Busca-se esclarecer se Cabo Verde tirará proveito de uma liberalização comercial mais ampla e, em caso positivo, se haverá um viés de gênero nos ganhos obtidos. Este exame baseia-se não só nos dados descritos nos capítulos 1 e 3 como também no quadro analítico mencionado acima. Após uma rápida caracterização da distribuição de renda no país, tanto no plano nacional quanto no âmbito da diferença de gênero, a análise enfoca a importação de alimentos (seção 4.2), as remessas (seção 4.3), e o turismo e serviços (seção 4.4).

Figura 2: Um gráfico com três densidades: nacional, urbana, rural, 2002

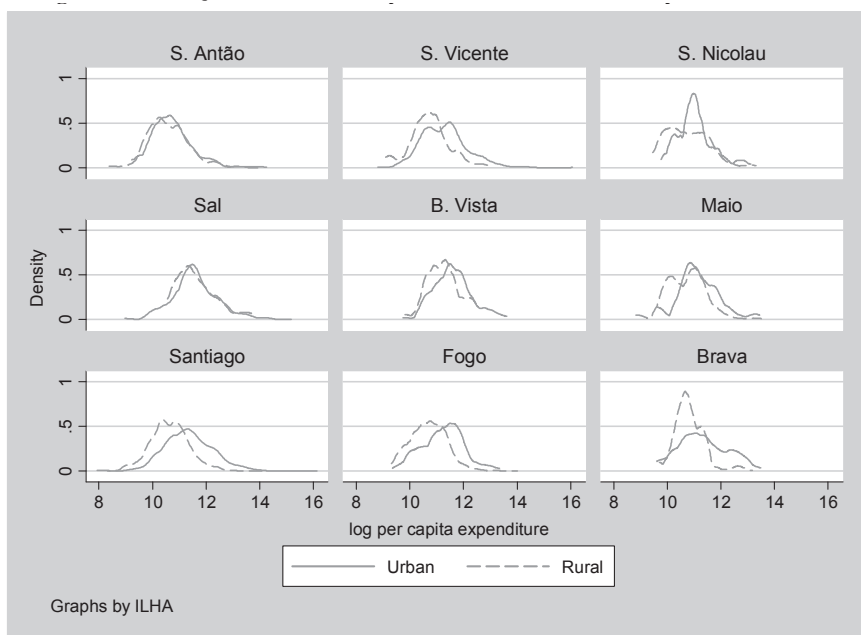
Fonte: : Estimativas baseadas no IDRF 2002 (República de Cabo Verde, 2002b).

Figura 3: Distribuição de renda por sexo do chefe de família e por área, 2002

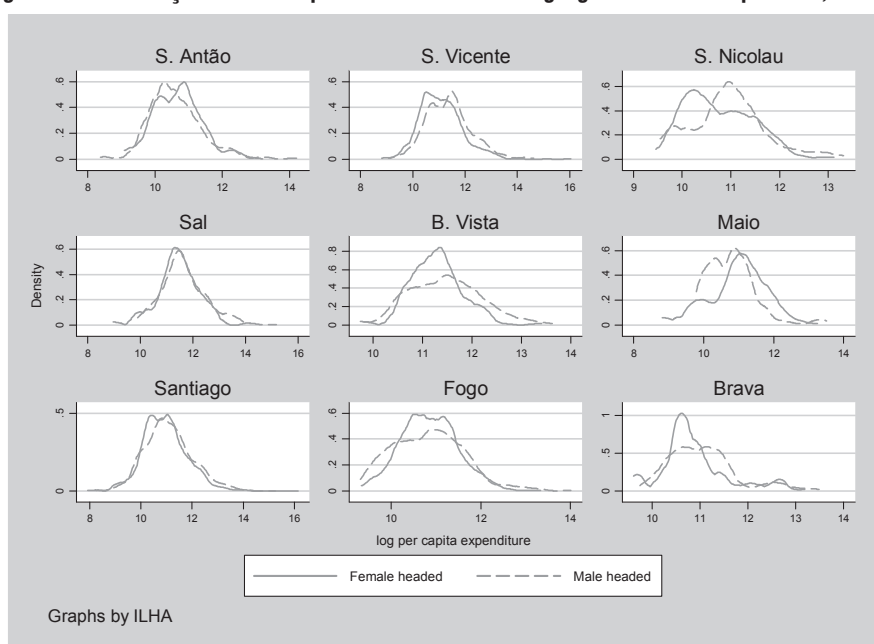
Fonte: Estimativas baseadas no IDRF 2002 (República de Cabo Verde, 2002b).

Esta parte do estudo quantifica a distribuição de renda e serve-se dos gastos per capita para medir o nível de bem-estar dos agregados familiares.³³ O Anexo 1 fornece mais informações sobre a metodologia utilizada. A Figura 2 descreve a distribuição de renda no plano nacional e também nas áreas urbanas e rurais. O gráfico que ilustra a distribui-

ção de renda correspondente às zonas rurais tem um viés para a esquerda (o que significa menos gastos) em relação ao correspondente às zonas urbanas. Isto quer dizer que a população rural tem uma mediana menor de gastos per capita e tende a ser mais pobres do que os agregados familiares que vivem no meio urbano.

Figura 4: Distribuição de renda por área dos agregados familiares e por ilha, 2002

Fonte: Estimativas baseadas no IDRF 2002 (República de Cabo Verde, 2002b).

Figura 5: Distribuição de renda por sexo do chefe do agregado familiar e por ilha, 2002

Fonte: Estimativas baseadas no IDRF 2002 (República de Cabo Verde, 2002b).

A Figura 3 compara a distribuição de renda entre agregados familiares rurais e urbanos chefiados por homens ou por mulheres. A densidade das famílias chefiadas por mulheres sobrepõe-se à densidade daquelas chefiadas por homens, com um pequeno viés de pobreza contra as famílias chefiadas por mulheres. Um viés à esquerda da distribuição de renda dos agregados familia-

res chefiados por mulheres em relação àqueles chefiados por homens, tanto em zonas urbanas quanto rurais, significa que eles têm uma mediana menor de gastos per capita e que tendem a ser mais pobres do que os agregados chefiados por homens.

As Figuras 4 e 5 mostram as densidades referentes às áreas urbanas e rurais e ao total de agregados

familiares chefiados por mulheres ou por homens em cada ilha. S. Antão e Sal apresentam distribuição semelhante dos gastos per capita nos meios urbanos e rurais, mas as distribuições urbanas parecem estar à direita das rurais em quatro das nove ilhas, nomeadamente Fogo, B. Vista, S. Vicente e São Tiago. Com exceção de S. Nicolau, a dispersão dos gastos é maior nos centros urbanos em todas as demais ilhas (Figura 4).

Os gráficos ilustram uma menor disparidade na distribuição de renda dos agregados familiares chefiados por homens e por mulheres em Sal e São Tiago. São Vicente e São Nicolau apresentam uma moda mais alta para os homens. Por outro lado, a moda parece ser mais elevada para as mulheres em São Vicente. Já Boa Vista, Brava e Fogo demonstram uma maior dispersão no caso das mulheres do que dos homens. (Figura 5).

As disparidades entre ilhas, áreas e sexo do chefe do agregado familiar são apresentadas na Tabela 20, onde é calculada a mediana de consumo familiar per capita anual (em US\$) em 2002. Fogo, S. Antão, S. Nicolau e Braga são as ilhas mais pobres. A ilha mais rica, em média, é Sal, embora o hiato de consumo entre agregados familiares chefiados por mulheres e por homens ainda seja grande.

4.2. PREÇO DOS ALIMENTOS

O IDRF não contém dados que permitam identificar os produtores e consumidores líquidos de alimentos. Contudo, considerando-se que Cabo Verde importa 80% dos alimentos que consome (PAM, 2009), parece plausível supor que a maioria dos agregados familiares se alimenta de produtos importados.

Está havendo um rápido avanço da média mundial dos preços agrícolas e alimentares no mundo inteiro e o índice de preços alimentares da FAO quase atingiu sua máxima histórica em maio de 2011 (FAO, 2011). Esse fenômeno global da alta dos preços agrícolas e alimentares experimentado nos últimos anos é consequência de uma série de fatores de longo e curto prazos: crescimento da população e da renda nos países em desenvolvimento, demanda de alimentos e de forragens para a produção de biocombustíveis, elevação dos preços do petróleo, esgotamento dos estoques agrícolas, condições climáticas adversas em importantes países ou regiões agrícolas, agitação política sobretudo no Norte da África e no Oriente Médio, subinvestimentos em agricultura, especulação e desvalorização do dólar norte-americano. As restrições à importação e à exportação, bem como os mecanismos de

Tabela 20: Média de gastos per capita, 2002 (US\$)

Ilha	Total			Rural			Urbana		
	Chefiado por mulher	Chefiado por Homem	Total	Chefiado por mulher	Chefiado por homem	Total	Chefiado por mulher	Chefiado por homem	Total
Santo Antão	658	886	814	655	756	726	663	1.214	1.014
São Vicente	1.686	1.625	1.651	613	738	705	1.722	1.688	1.702
São Nicolau	712	1.065	911	664	937	820	776	1.253	1.037
Sal	1.387	2.535	2.187	949	1.877	1.581	1.435	2.601	2.249
Boavista	1.100	1.298	1.241	929	923	925	1.257	1.639	1.529
Maio	985	1.090	1.035	902	716	808	1.085	1.682	1.345
Santiago	1.036	1.276	1.159	530	616	570	1.529	1.719	1.634
Fogo	649	857	771	544	696	633	985	1.341	1.199
Brava	793	1.113	980	686	829	774	1.004	1.966	1.496
Total	1.074	1.300	1.201	571	706	645	1.483	1.722	1.621

Fonte: Estimativas baseadas no IDRF 2002 (República de Cabo Verde, 2002b).

apoio interno que alteram os incentivos à produção, desestimulam a oferta em resposta à demanda do mercado, e restringem o comércio internacional de alimentos e de produtos agrícolas.

Na maioria dos países, a aceleração dos preços dos produtos primários está sendo repassada à cadeia alimentar e inflacionando os preços ao consumidor. Tendo em vista a grande dependência de Cabo Verde em relação à importação de commodities, os preços ao consumidor estão aumentado supostamente devido à elevação dos custos da farinha, água, combustível e eletricidade. O preço do arroz no varejo em abril de 2011 era 4% mais alto do que em 2010 e 11% superior ao de dois anos atrás (FAO, 2011). O governo está praticando intervenções de modo a segurar os preços que afetam diretamente as camadas mais vulneráveis da população, ao mesmo tempo em que planeja retirar os subsídios gerais para os preços dos alimentos (EIU, 2011).

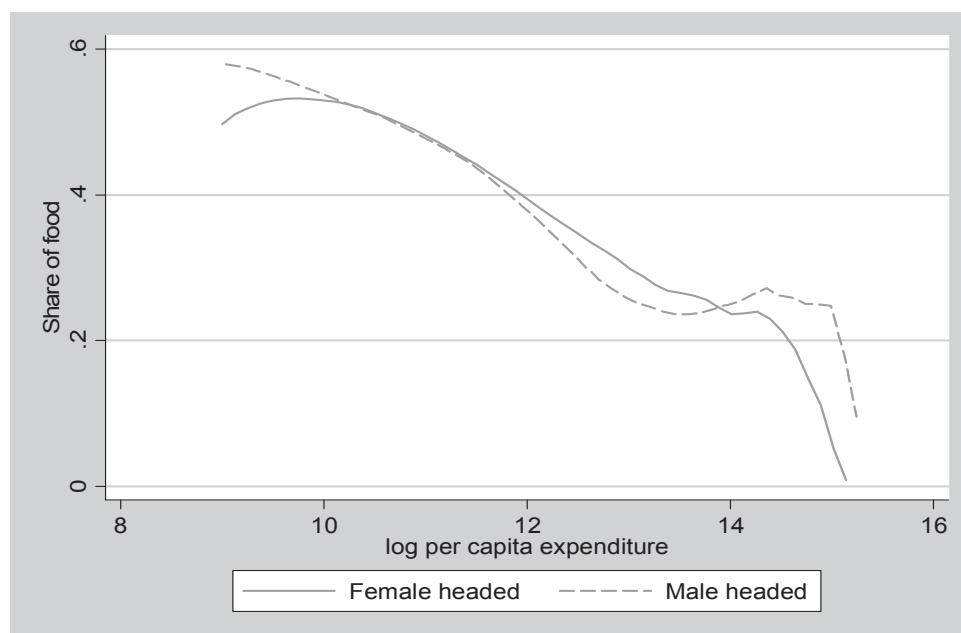
Tanto para os agregados familiares das áreas urbanas quanto para os das áreas rurais as despesas alimentares representam grande parte de seu total de gastos. Esse fato pode ser analisado com a ajuda de regressões não paramétricas da parcela referente à alimentação no logaritmo dos gastos

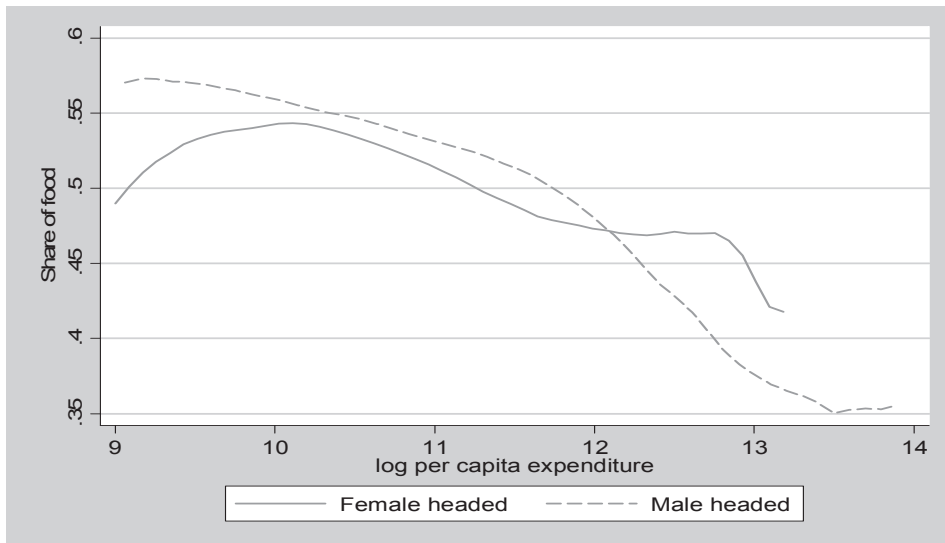
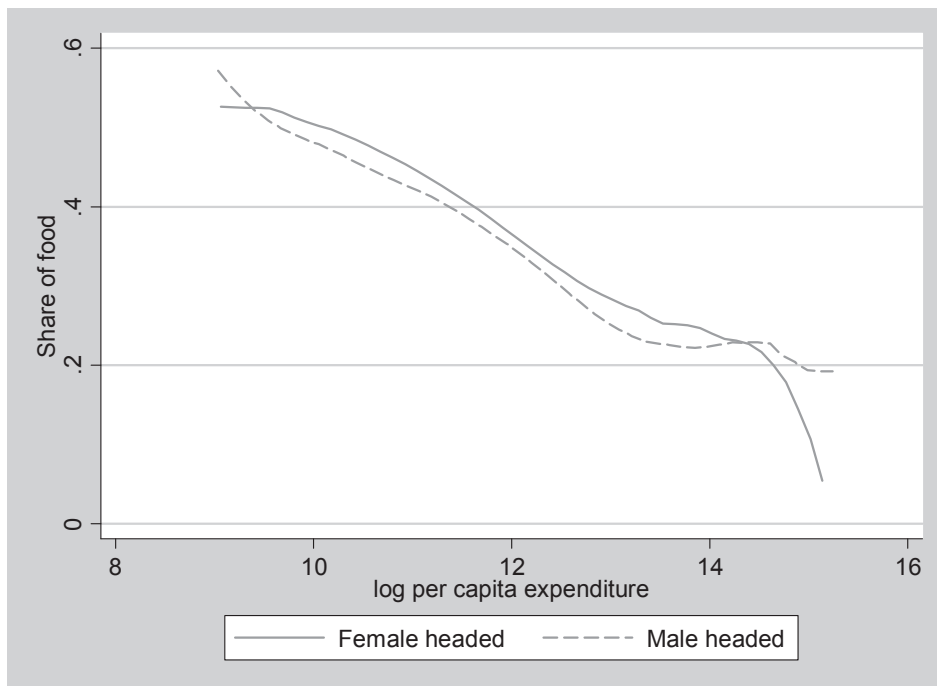
per capita de um agregado familiar. Essas regressões calculam a participação média do componente alimento nos diferentes níveis de vida (medidos pelos gastos per capita). Na Figura 6 a parcela do orçamento alimentar na cauda à esquerda da distribuição de renda é de aproximadamente 45% (tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais). Nas zonas rurais, existem diferenças na parcela de gastos com alimentação entre agregados familiares chefiados por mulheres e por homens (mais de 55% para os primeiros contra menos de 50% para os últimos). Tal como esperado, a proporção gasta em alimentos cai de acordo com o nível de bem-estar das famílias. Assim, preços alimentares mais baratos terão um viés em favor dos pobres, alimentos mais caros terão um viés contra os pobres que não sejam produtores.

Examinar as diferenças existentes entre agregados familiares chefiados por mulheres e por homens não traz à luz, necessariamente, todas as repercussões dessas mudanças na vida das mulheres propriamente ditas. Até aqui, a análise concentrou-se em lares chefiados por mulheres. Mas, obviamente, as mulheres que vivem em agregados familiares chefiados por homens também podem beneficiar-se dos preços mais baratos dos alimentos. Isto

Figura 6: Parcela de alimentos e logaritmo dos gastos per capita

National



Rural**Urbana**

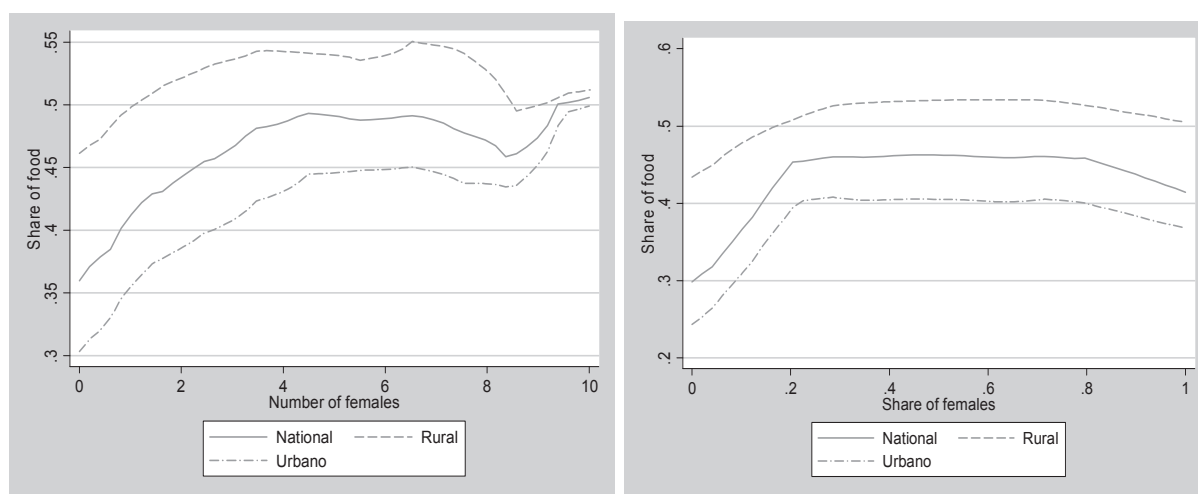
Fonte: Estimativas baseadas no IDRF 2002 (República de Cabo Verde, 2002b).

pode ser explorado pesquisando-se a relação entre a parcela de alimentos por um lado, e o número total de mulheres, ou, alternativamente, a parcela de mulheres em um agregado familiar, por outro. Tal como antes, as regressões não paramétricas estão registradas na Figura 7. Em princípio, os agregados familiares com maior presença feminina tendem a destinar uma porção ligeiramente superior de suas despesas à compra de alimentos, especialmente nas áreas rurais, e portanto esses agregados

familiares seriam favorecidos se os preços permanecessem baixos. Observe-se, porém, que há pouca diferença na parcela de alimentos adquirida por cada uma das diferentes estruturas de gênero (proporção de mulheres) nos agregados familiares cabo-verdianos.

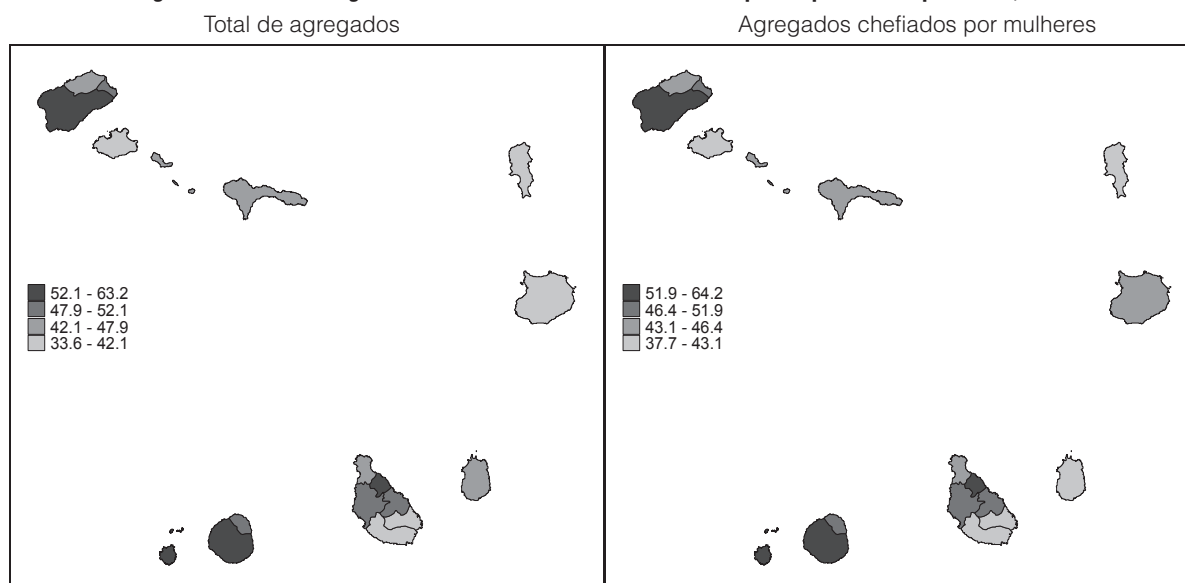
A Figura 8 indica a distribuição regional dos gastos de alimentação no total de despesas por ilha, tanto para todos os agregados familiares quanto somente para aqueles chefiados por mulheres. O percent-

Figura 7: Parcela de alimentos e de mulheres



Fonte: Estimativas baseadas no IDRF 2002 (República de Cabo Verde, 2002b).

Figura 8: Parcela de gastos com alimentos no total das despesas por municipalidade, 2002



Fonte: Estimativas baseadas no IDRF 2002 (República de Cabo Verde, 2002b).

Tabela 21: Efeitos sobre a pobreza decorrentes do aumento do preço dos alimentos (10 % de aumento)

Características	Total			Rural			Urbana		
	Chefiado por mulher	Chefiado por homem	Total	Chefiado por mulher	Chefiado por homem	Total	Chefiado por mulher	Chefiado por homem	Total
% de pobres									
Agregados familiares	2,4	2,4	2,4	3,3	3,0	3,1	1,7	2,0	1,9
Indivíduos	2,5	2,7	2,6	3,1	3,1	3,1	2,0	2,4	2,2
Mulheres	2,5	3,1	2,8	3,1	3,6	3,4	1,9	2,8	2,4
Homens	2,5	2,4	2,4	3,0	2,7	2,8	2,2	2,1	2,1
% de pobreza extrema									
Agregados familiares	1,8	1,3	1,5	2,4	1,9	2,1	1,3	0,8	1,0
Indivíduos	2,2	1,5	1,8	2,4	2,1	2,3	2,1	1,0	1,4
Mulheres	2,3	1,6	1,9	2,4	2,3	2,4	2,2	1,0	1,5
Homens	2,2	1,4	1,7	2,4	2,0	2,1	1,9	1,0	1,3

Fonte: Estimativas baseadas no IDRF 2002 (República de Cabo Verde, 2002b).

tual médio do total de gastos destinados à compra de alimentos está acima de 50% em Santo Antão, Brava, Fogo e em certas áreas rurais de São Tiago (São Miguel) tanto para a totalidade dos agregados quanto somente para aqueles chefiados por mulheres. Cabe observar que essas ilhas são também as mais pobres (Tabela 20). Em todas as áreas, a porção dedicada aos alimentos é levemente mais elevada em lares chefiados por mulheres.

A Tabela 21 apresenta simulações indicando os possíveis efeitos de pobreza decorrentes de um aumento de 10% nos preços internacionais de alimentos. As simulações foram realizadas partindo-se do princípio de que o custo da cesta alimentar de um determinado agregado familiar cresceria 10%, mas sem calcular a extensão do repasse para os preços domésticos dos alimentos.

As simulações são produto de alterações no índice de incidência e na proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza. O avanço dos preços dos alimentos provoca a elevação dessa linha e o conseqüente aumento da pobreza. Havendo uma elevação de 10% nos preços, a mudança proporcional da linha de pobreza será equivalente à modificação proporcional dos preços e da parcela da população que vive abaixo da linha de pobreza. Seguindo o enfoque de Porto (2010),

essas parcelas são calculadas usando-se o percentual médio dos gastos em alimentação dos agregados familiares que vivem nas proximidades da linha de pobreza. Isso corresponde à média das despesas com alimentação dos agregados familiares que tenham entre 50% e 70% da mediana de gastos per capita.³⁴

Com base na linha de pobreza simulada, foram calculados os índices de incidência para todas os agregados familiares, quer chefiados por mulheres quer por homens, tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas. A Tabela 21 registra as alterações do índice de incidência a partir do cenário de referência para o aumento de preço simulado. No plano nacional, o segmento populacional abaixo da linha de pobreza aumenta 2,6% (o índice de incidência acelera de 36,7% para 39,2%). No caso da pobreza extrema, a porção da população abaixo da linha de pobreza extrema cresce 1,8%. A tabela mostra, igualmente, que existe uma diferença apenas marginal entre os efeitos sobre a pobreza dos agregados familiares chefiados por mulheres e dos chefiados por homens, embora tendam a ser mais pronunciados nos agregados familiares chefiados por mulheres, especialmente nos casos de pobreza extrema. Um aumento de 10% no preço dos alimentos provocaria repercussões negativas mais acentuadas no meio rural do que no meio urbano, parti-

Tabela 22: Efeito da redução dos preços alimentares sobre a pobreza (corte de 10 %)

Características	Total			Rural			Urbana		
	Chefiado por mulher	Chefiado por homem	Total	Chefiado por mulher	Chefiado por homem	Total	Chefiado por mulher	Chefiado por homem	Total
% de pobres									
Agregados familiares	2,3	2,1	2,2	2,5	2,7	2,6	2,2	1,6	1,9
Indivíduos	2,9	2,5	2,6	2,9	2,8	2,9	2,9	2,2	2,5
Mulheres	2,6	2,4	2,5	2,9	2,9	2,9	2,4	2,0	2,2
Homens	3,3	2,5	2,8	2,9	2,8	2,9	3,6	2,3	2,7
% de pobreza extrema									
Agregados familiares	1,8	1,2	1,5	2,7	1,8	2,2	1,1	0,8	0,9
Indivíduos	2,5	1,7	2,0	3,1	2,0	2,5	1,9	1,5	1,7
Mulheres	2,4	1,6	2,0	2,8	1,7	2,3	2,1	1,6	1,8
Homens	2,6	1,7	2,0	3,5	2,2	2,7	1,7	1,4	1,5

Fonte: Estimativas baseadas no IDRF 2002 (República de Cabo Verde, 2002b).

cularmente no que se refere à pobreza extrema. Os agregados familiares chefiados por mulheres nas zonas rurais seriam substancialmente penalizados. O percentual de pessoas em situação de pobreza extrema aumentaria 2,3% nas zonas rurais e 1,4% nas zonas urbanas e, mais especificamente, 2,4% nos agregados familiares chefiadas por mulheres em áreas rurais.

Enquanto o prognóstico corrente é o de que os preços dos produtos agrícolas e alimentares locais e mundiais manterão sua tendência de alta, prevê-se que a conclusão das negociações do APE provocará a redução ou eliminação das tarifas sobre as importações provenientes da UE, inclusive as agrícolas e de alimentos. Tal como assinalado na Tabela 16, a taxa aplicada ao regime de NMF para produtos agrícolas é de 12,2%. Foi, portanto, realizada uma simulação de modo a avaliar que consequências um corte tarifário de 10% nos produtos agrícolas teria sobre os pobres. Sem calcular a extensão do repasse para os preços alimentares domésticos, o estudo aponta uma queda de 10% no custo da cesta alimentar de um agregado familiar. A suposição parece plausível, tendo em vista o valor da tarifa e considerando que as importações alimentares respondem por cerca de 80% do total de alimentos consumidos. O propósito deste exercício é separar os efeitos decorrentes da liberali-

zação comercial de Cabo Verde daqueles provocados por outros fatores que afetam a agricultura mundial e os preços internacionais dos alimentos.

A simulação avaliou as mudanças ocorridas no índice de incidência e na proporção da população abaixo da linha de pobreza. A alteração no preço dos alimentos motivada pelos hipotéticos cortes tarifários baixaria a linha e, conseqüentemente, causaria uma redução da pobreza.

Seguindo o mesmo enfoque utilizado acima, o índice de incidência para todos os agregados familiares, quer chefiados por mulheres quer por homens, foi calculado de acordo a uma divisão por áreas. A Tabela 22 registra mudanças no índice de incidência desde o cenário de referência até os cortes tarifários simulados. No âmbito nacional, a proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza diminuiria 2,6% (o índice de incidência passaria de 36,7% para 34,1%). Isso equivaleria a mais de 12.000 indivíduos. No que se refere à pobreza extrema, (o percentual da população abaixo da linha de pobreza alimentar), 2% dos cabo-verdianos mudariam sua situação para "pobre." Isso corresponde a quase 10.000 pessoas. A Tabela 22 mostra, também, a ocorrência de discrepâncias apenas marginais entre os efeitos da pobreza sobre agregados familiares chefiados por mulheres ou por homens,

embora as consequências tenderiam a ser mais graves para os primeiros, especialmente em casos de pobreza extrema.

Embora a análise demonstre que os cortes tarifários decorrentes do APE poderiam ser benéficos para os pobres, ela parece não levar em conta considerações relativas à segurança alimentar. Devido às suas condições geográficas e climáticas, Cabo Verde continuará a ser um importador líquido de alimentos. Entretanto, o país tem interesse em preservar certa capacidade de produção agrícola e alimentar. Deve-se portanto buscar lograr um equilíbrio entre os benefícios de uma liberalização comercial e a subsequente redução tarifária, especialmente para os agregados familiares pobres, e a necessidade de manter e estimular a capacidade produtiva do país. A crise mundial de alimentos de 2007-2008 deixou patente os riscos decorrentes de uma dependência das importações alimentares e renovou o interesse de Cabo Verde de incentivar sua produção agrícola.

4.3. REMESSAS DO EXTERIOR

Por meio das remessas provenientes do exterior, a diáspora de Cabo Verde cria um forte elo entre migração e desenvolvimento. No início do século XX, a maioria dos cabo-verdianos migrava para os Estados Unidos. Em 1920, subsequentemente ao estabelecimento de cotas de imigração nos EUA, o movimento migratório deslocou-se para Portugal e para a África Ocidental, e convergiu, eventualmente, para países da Europa Ocidental depois da década de 60. Atualmente, os países de destinos mais frequentes são: Portugal, França, EUA, Moçambique, Angola, Países Baixos, Senegal, Itália, Espanha e Nigéria (Banco Mundial, 2011).

O perfil dos emigrantes cabo-verdianos mudou com o tempo. Entre 1960 e 1970, a mão de obra migrante era composta principalmente por homens que buscavam poupar recursos no exterior, deixavam suas esposas no país e trabalhavam como marinheiros (Carling, 2004). Posteriormente, também as mulheres começaram a migrar e de 1995 a 2000, os percentuais de migração de homens e mulheres foi semelhante: 46,7% dos emigrantes eram mulheres e 53,3% homens. Contudo, a migração feminina foi maior que a masculina para mulheres com idade até 24 anos e menor para mulheres entre 25 e 44 anos (República de Cabo Verde, 2002a). As mulheres emigraram para juntar-se a familiares já estabelecidos no exterior (migração relacionada à família) ou de modo independente, sobretudo para o trabalho doméstico no Sul da Europa. Estima-se que essas mulheres façam remes-

sas regulares a seus filhos ou familiares próximos.³⁵ Existe um vínculo muito estreito entre as mulheres que trabalham no exterior e as que permanecem em Cabo Verde, em sua maioria avós que cuidam dos netos durante a ausência das mães. Isto sugere, igualmente, que a decisão de partir para o estrangeiro é geralmente tomada em família (Carling, 2002). Em 2000, das enfermeiras que migraram para o exterior, mais de 40% eram naturais de Cabo Verde. (Banco Mundial, 2011).

A prestação de serviços no exterior em conformidade com o modo 4 do GATS – a movimentação temporária de pessoas como prestadoras de serviços – constitui o único regime baseado em um tratado multilateral existente atualmente a tratar da movimentação temporária de certas categorias de pessoas. O modo 4 oferece grande potencial para a participação das mulheres na economia. As fronteiras do modo 4, entretanto, não estão claramente definidas. O GATS reconhece que a prestação de serviços pode exigir a presença de pessoas naturais de outros países, mas não explicita os meios pelos quais isso seria determinado. A falta de clareza nesta questão provocou uma série de interpretações entre os países sobre os tipos de movimentação de pessoas cobertos pelo GATS. Existe consenso, porém, de que candidatos a emprego, a permanência e a cidadania não se encaixam nas disposições do Acordo. Já a prestação de serviços contratados por indivíduos ou empresas e a movimentação de pessoas relacionadas a investimentos estão incluídas. Na maioria dos países, questões pertinentes ao modo 4 são tratadas tal qual matérias migratórias, o que torna imprecisa a fronteira entre movimentação temporária e permanente. Por outro lado, tratar o modo 4 como uma questão comercial – ao invés de migratória – facilitaria a movimentação dos prestadores de serviços e solucionaria alguns problemas gerados, atualmente, por fluxos de migração permanente e emprego irregular (CNUCED, 2009).

Diz-se que o modo 4 não pode ser acionado se os países de origem não forem capazes de garantir o retorno de seus prestadores de serviços que estejam no exterior, e assim assegurar a natureza temporária do trabalho. Na seção dedicada às recomendações de políticas serão discutidas formas de superar essas restrições.

A análise do papel desempenhado pelas remessas foi realizado em base a dados do IDRF (2002) sobre as fontes de renda dos agregados familiares chefiados por mulheres e por homens, nas zonas rurais e urbanas. Os resultados são apresentados na Tabela 23. A principal fonte de renda é a remunera-

Tabela 23: Fontes de renda, 2002, %

Quintil	Renda	Total			Rural			Urbana		
		Chefiado por mulher	Chefiado por homem	Total	Chefiado por mulher	Chefiado por homem	Total	Chefiado por mulher	Chefiado por homem	Total
Todos	Participação da remuneração pelo trabalho	50,6	65,5	58,9	47,0	58,8	53,4	53,5	70,2	63,1
	Participação dos rendimentos de capital	3,7	3,7	3,7	3,0	2,8	2,9	4,3	4,4	4,3
	Pensões e remessas externas	14,7	7,3	10,5	18,6	12,0	15,0	11,5	3,9	7,1
	Pensões nacionais	3,4	4,4	4,0	3,8	5,1	4,5	3,0	4,0	3,6
	Outros benefícios previdenciários	1,0	0,9	0,9	0,6	0,6	0,6	1,4	1,1	1,2
	Outras fontes de renda	7,2	2,2	4,4	6,5	3,2	4,7	7,7	1,6	4,2
	Rendimentos imputados	19,4	16,0	17,5	20,5	17,5	18,9	18,5	14,9	16,5
1	Participação da remuneração pelo trabalho	51,0	58,3	54,4	47,2	55,9	51,3	54,6	63,3	58,0
	Participação dos rendimentos de capital	3,0	1,8	2,4	2,6	1,3	2,0	2,5	2,3	2,4
	Pensões e remessas externas	8,2	5,6	6,9	8,8	4,7	6,9	7,3	3,1	5,6
	Pensões nacionais	3,8	4,7	4,2	5,0	3,7	4,4	2,7	5,5	3,8
	Outros benefícios previdenciários	0,9	2,1	1,5	0,7	2,0	1,3	2,0	2,1	2,0
	Outras fontes de renda	7,9	3,7	5,9	8,7	4,0	6,5	9,6	1,8	6,5
	Rendimentos imputados	25,2	23,8	24,6	27,0	28,5	27,7	21,3	22,1	21,6
3	Participação da remuneração pelo trabalho	49,8	65,0	57,7	46,2	58,4	52,9	50,3	70,7	61,7
	Participação dos rendimentos de capital	3,0	2,9	2,9	1,2	2,5	1,9	4,4	3,4	3,8
	Pensões e remessas externas	16,4	8,3	12,2	18,3	10,9	14,2	15,2	5,0	9,5
	Pensões nacionais	3,2	3,9	3,6	5,1	7,5	6,4	2,5	3,6	3,1
	Outros benefícios previdenciários	1,1	0,3	0,7	0,8	0,3	0,6	1,1	0,5	0,8
	Outras fontes de renda	7,2	2,5	4,7	7,9	2,8	5,1	7,0	1,7	4,0
	Rendimentos imputados	19,3	17,2	18,2	20,6	17,5	18,9	19,5	15,2	17,1
5	Participação da remuneração pelo trabalho	52,1	70,7	64,4	43,4	59,5	52,8	55,9	73,4	67,7
	Participação dos rendimentos de capital	6,5	5,5	5,8	4,1	4,8	4,5	7,0	6,1	6,4
	Pensões e remessas externas	15,2	5,9	9,0	29,4	17,6	22,5	11,9	3,0	5,9
	Pensões nacionais	3,7	3,8	3,7	2,8	3,4	3,2	4,5	4,2	4,3
	Outros benefícios previdenciários	1,0	1,0	1,0	0,5	0,3	0,4	1,1	1,1	1,1
	Outras fontes de renda	5,7	1,5	2,9	4,8	1,9	3,1	4,6	1,2	2,3
	Rendimentos imputados	15,8	11,7	13,1	15,2	12,3	13,5	15,0	10,9	12,2

Fonte: Estimativas baseadas no IDRF 2002 (República de Cabo Verde, 2002b).

ção pelo trabalho, variando de meros 47% nos agregados familiares chefiados por mulheres ao máximo de 70,2% nos lares chefiados por homens em zonas urbanas. As remessas e os rendimentos externos são importantes fontes de recursos; representam 10,5% da renda total de um agregado familiar, chegando a 18,6% nos chefiados por mulheres em áreas rurais. Assim, não só existem disparidades de gênero como também geográficas: nas áreas rurais as remessas são responsáveis por quase 15% do total da renda, enquanto nas áreas urbanas elas respondem apenas por 7,1%. As remessas constituem uma fonte de renda muito maior para os agregados familiares chefiados por mulheres no meio rural (18,6%) do que para aqueles chefiados por homens no meio urbano (3,9%).

Uma outra característica interessante relacionada às remessas é sua evolução e o país de origem (Tabela 24). Vale assinalar que em termos nominais as remessas praticamente dobraram entre 1998 e 2008 (de US\$ 77.7 milhões em 1998 para US\$ 138.4 milhões em 2008). A participação das remessas no PIB, porém, diminuiu nos últimos anos.

De modo a avaliar as repercussões das remessas no bem-estar dos agregados familiares, foram calculadas regressões não paramétricas da parcela de renda decorrente das remessas no logaritmo das despesas per capita das famílias. Essas regressões são estimativas da importância média das remessas como fonte de renda nos diferentes níveis de vida. O primeiro painel da Figura 9 mostra as regressões não paramétricas no contexto

nacional. O percentual de remessas é sempre mais elevado nos agregados familiares chefiados por mulheres do que nos chefiados por homens. No caso das mulheres, a parcela aumenta bruscamente de acordo com o nível de vida na cauda à esquerda da distribuição; na ampla faixa intermediária da distribuição de renda, o percentual de remessas é 15% superior e, no topo (para as famílias mais ricas), ele cai drasticamente para menos de 5%. As médias não paramétricas para os homens seguem padrão semelhante, mas os percentuais são sempre mais baixos.

Os painéis inferiores da Figura 9 registram resultados relativos às áreas rural e urbana. Nestas, a parcela de remessas é maior para as famílias chefiadas por mulheres na cauda no lado esquerdo da distribuição (as pessoas mais pobres) e no meio, mas os percentuais convergem na cauda mais rica. Nas áreas rurais, ao contrário, o percentual de remessas no total da renda é menor para os agregados familiares mais pobres mas avança nitidamente à medida que o nível de vida também segue uma trajetória ascendente. A análise revela que as remessas provenientes do exterior constituem importante fonte de renda para os agregados familiares, sobretudo para aqueles chefiados por mulheres mais do que para os chefiados por homens e para as áreas rurais mais do que para as urbanas.

A Figura 10 revela a relação entre a participação das remessas no total da renda e o número de mulheres e o percentual de membros femininos nos agrega-

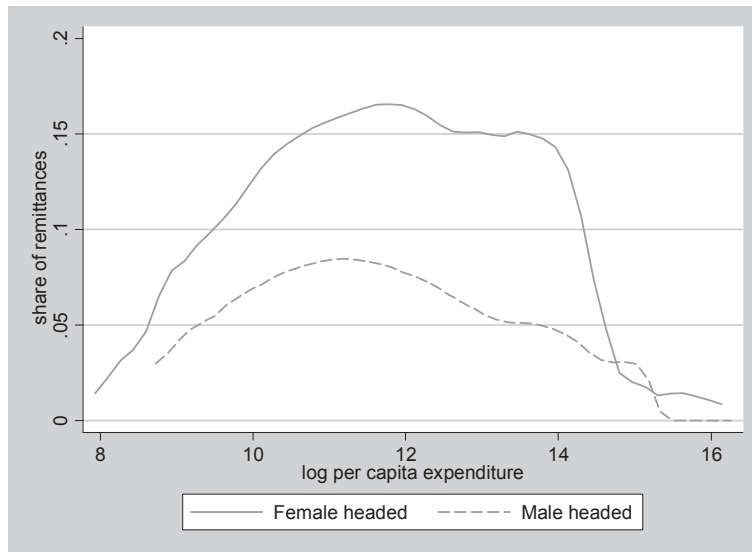
Tabela 24: Tendência das remessas, 1998-2009

	1998	2002	2006	2007	2008	2009
Milhões de dólares	77,7	68,3	123,1	126,0	138,4	128,4
% do PIB	156	108	104	95	89,0	86
País de Origem						
EUA		27,4	19,4	16,5	14,1	15,1
Países Baixos		11,0	8,9	10,2	11,6	9,1
França		22,4	22,9	22,2	21,8	21,9
Portugal		25,3	28,6	30,5	30,1	30,3
Outros		14,0	20,2	20,7	22,3	23,7
Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

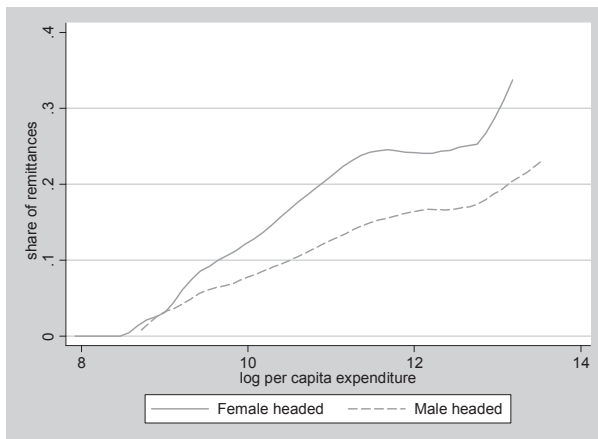
Fonte: Estimativas baseadas em dados do Banco de Cabo Verde (República de Cabo Verde, 1999-2009).

Figura 9: Parcela das remessas e logaritmo das despesas per capita

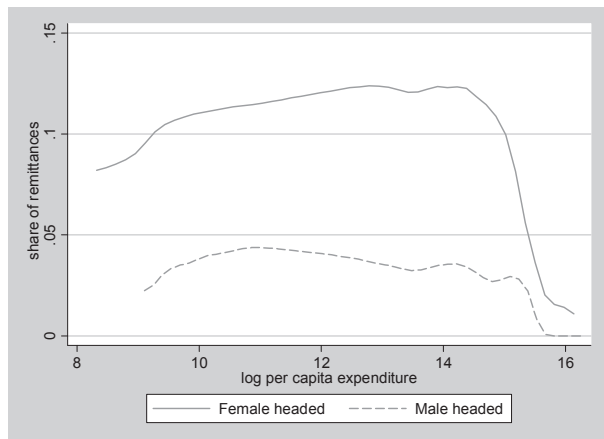
National



Rural

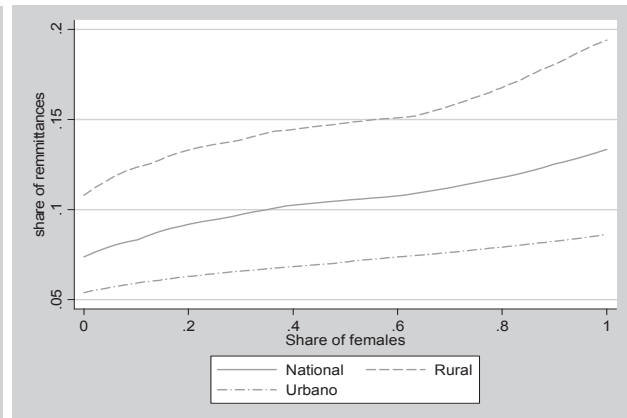
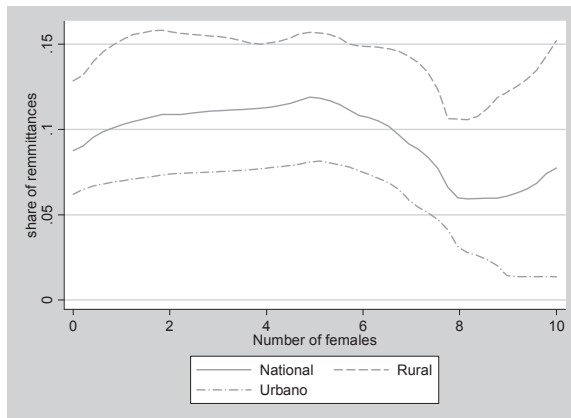


Urbana



Fonte: Estimativas baseadas no IDRF 2002 (República de Cabo Verde, 2002b).

Figura 10: Parcela de remessas e de mulheres



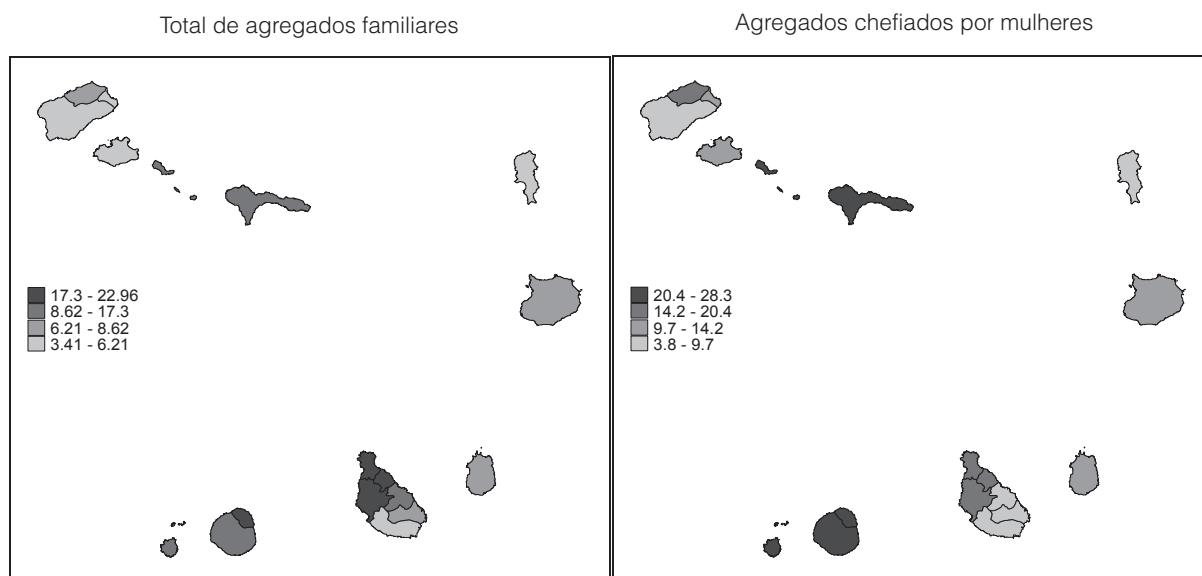
Fonte: Estimativas baseadas no IDRF 2002 (República de Cabo Verde, 2002b).

dos familiares. No painel da esquerda, as remessas são igualmente importantes (como fonte de renda) tanto para os agregados familiares sem membros femininos quanto para os agregados familiares com a presença de até seis ou sete mulheres. As famílias com mais de sete mulheres tendem a registrar parcelas menores de remessas, mas a diferença não chega a ser significativa. No painel da direita, a participação das remessas aumenta juntamente com a parcela de membros mulheres nas famílias, e

essa elevação pode se dar bruscamente. No meio rural, por exemplo, as remessas são responsáveis por mais de 10% da renda dos agregados familiares sem membros femininos, e por até 20% da renda daqueles onde todos os membros são mulheres.

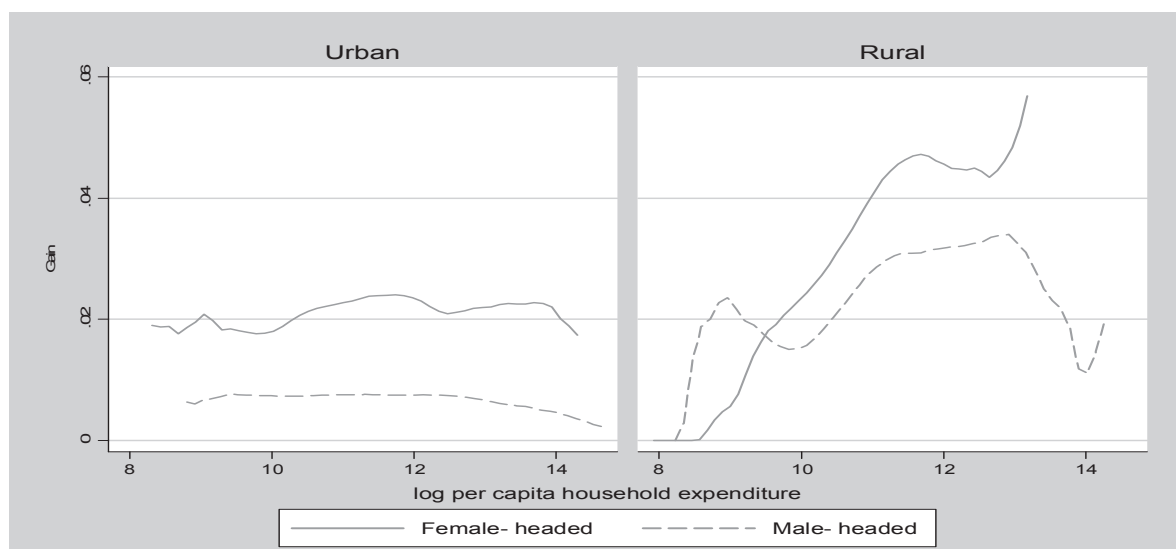
A Figura 11 indica a participação das remessas no total da renda, por ilha, tanto para a totalidade dos agregados familiares quanto para aqueles chefiados por mulheres. Nesses casos há discrepâncias na distribuição. No que se refere à totalidade dos

Figura 11: Participação das remessas na renda total por municipalidade, 2002



Fonte: Estimativa baseada no IDRF 2002 (República de Cabo Verde, 2002b).

Figura 12: Ganho por tipo de chefe de família e por área



Fonte: Estimativa baseada no IDRF 2002 (República de Cabo Verde, 2002b).

agregados familiares, São Tiago e Fogo mostram um peso maior das remessas; o mesmo acontece nos lares chefiados por mulheres em Fogo e S. Nicolau. Em todos os casos, com exceção de São Miguel, na ilha de São Tiago, os agregados familiares chefiados por mulheres apresentam uma parcela substancialmente maior de remessas do que aqueles chefiados por homens. É o caso, nomeadamente, de São Nicolau (26,6% naqueles chefiados por mulheres e 15,8% nos chefiados por homens) e Fogo (21,1% e 13,7%, respectivamente).

De modo a avaliar o efeito decorrente de um possível aumento das remessas no bem estar dos agregados familiares, foi realizada uma simulação considerando uma elevação de 20% na renda proveniente dessas transferências do exterior. A Figura 12 ilustra o percentual de ganho na renda per capita dos agregados familiares para cada uma das famílias de Cabo Verde, utilizando-se para tanto uma análise não paramétrica de modo a vincular a magnitude do ganho com o nível de bem-estar inicial de cada família (medido com o logaritmo de gastos per capita por agregado familiar). Tal como previsto, os ganhos foram maiores nos agregados familiares chefiados por mulheres e houve maiores repercussões nas zonas rurais do que nas urbanas. Nas áreas urbanas o ganho foi semelhante em toda a gama da distribuição de renda e representou 2% da renda dos agregados familiares chefiados por mulheres e 1% da renda dos lares chefiados por homens. Já nas zonas rurais, os ganhos mostraram-se associados, de forma positiva, às despesas per capita dos agregados familiares, especialmente daqueles chefiados por mulheres. No geral, este exercício sugere que um aumento no nível de remessas parece ser importante para os agregados familiares chefiados por mulheres, exceto para os mais desfavorecidos situados em zonas rurais, cuja parcela proveniente de remessas tende a ser muito pequena.

4.4. TURISMO, SERVIÇOS, MERCADO DE TRABALHO E RENDA

Graças à geração de receitas em divisas estrangeiras, à criação de empregos diretos (p.ex., empregados de hotéis e restaurantes) e indiretos (p.ex., motoristas de táxi, lojas de recordações, artesanatos, vendedores de rua, fabricante de alimentos) e à formação de competências, o turismo tornou-se a principal fonte de crescimento e de entrada de divisas de Cabo Verde, e repre-

senta uma das mais importantes oportunidades de desenvolvimento econômico, redução da pobreza e empoderamento feminino do país. São necessárias, entretanto, estatísticas mais precisas sobre o turismo de modo a avaliar as consequências reais do setor sobre a economia nacional bem como sobre a pobreza e o meio ambiente (República de Cabo Verde, 2009b).

No âmbito mundial, o turismo oferece às mulheres oportunidades diretas e indiretas de emprego e de receitas tanto na esfera formal quanto na informal. As mulheres compõem entre 60% e 70% da mão de obra desse setor, dentre outros motivos, porque a maioria dos empregos no turismo é flexível e pode acomodar facilmente sua necessidade de dar atenção à família. Contrariamente a outros setores, o turismo pode empregar mulheres, inclusive jovens, com pouca ou nenhuma capacitação formal (OIT, 2010).

Por outro lado, existe uma divergência entre qualificações e oportunidades de emprego para as mulheres. As não qualificadas ou semi-qualificadas tendem a trabalhar em ocupações mais vulneráveis, onde são susceptíveis a piores condições de trabalho, desigualdade de oportunidade e de tratamento, violência, exploração, estresse e assédio sexual. Elas recebem, em média 25% menos do que os trabalhadores homens com as mesmas qualificações (OIT, 2010). A segregação no trabalho faz com que as mulheres geralmente desempenhem serviços de cozinha, limpeza e hospitalidade, enquanto os homens encarregam-se de tarefas mais especializadas e mais bem pagas. Além disso, os empregos no setor do turismo e, em particular, em ocupações menos qualificadas, são geralmente sazonais e oscilam de acordo com a natureza volátil da indústria (OMT e ONU Mulheres, 2011). As mulheres sofrem igualmente segregação em termos de acesso à educação e à formação profissional.

Apesar do potencial de benefícios para o desenvolvimento econômico como um todo, a expansão do setor do turismo está atrelada a custos latentes, incluindo, dentre outros, a necessidade de maiores investimentos em infraestrutura, poluição, sobre-exploração dos recursos naturais tais como água doce, alteração nas relações sociais, e possível aumento da prostituição e das doenças sexualmente transmissíveis.

Em Cabo Verde, o turismo concentra-se, momentaneamente, nas ilhas do Sal e de São Tiago. Sal é o destino

mais popular com cerca de 60% de todas as chegadas em 2006, seguido de São Tiago com 20%. As exportações de serviços de turismo e viagens representam 62% do total das exportações do setor de serviços. Um dos desafios que se apresentam para tornar o turismo proveitoso para a população em geral e para os grupos vulneráveis em particular, é o fato de as pessoas não viverem em áreas próximas às atrações turísticas (ver Tabela 25 para uma visão global da geografia do turismo). Aperfeiçoar a infraestrutura de transportes entre as ilhas não só facilitaria a participação dos cabo-verdianos no setor do turismo como também melhoraria o acesso dos turistas às diferentes ilhas. Recentemente, dois ferries de alta velocidade iniciaram operações de transporte de carga e de passageiros a fim de estimular o desenvolvimento do turismo bem como a integração socioeconômica entre as ilhas.

A oferta constitui uma dimensão importante das atividades turísticas. Houve um aumento significativo no número de hotéis e de diferentes acomodações disponíveis. Os hotéis ainda são o principal tipo de estabelecimento turístico, especialmente em Sal; pensões e residências são comuns em Santo Antão e São Vicente. A distribuição regional

das instalações e o tipo de turismo que elas oferecem estão na Tabela 26.

O mercado laboral do turismo constitui importante mecanismo de transferência de recursos do setor para a economia cabo-verdiana: a Tabela 27 mostra o número e os tipos de companhias existentes (micro, pequenas e médias empresas). Revela, igualmente, que as microempresas são as mais comuns na maioria das ilhas e as de médio porte estão presentes sobretudo nas ilhas mais turísticas.

Mediante a utilização de simulações simples, o estudo busca explorar os efeitos derivados de uma expansão do turismo sobre o bem-estar da população, especialmente das mulheres. Trata-se de um setor econômico que inclui ampla gama de atividades e que repercute em diferentes esferas da economia. O turismo afeta os hotéis e os restaurantes assim como o comércio e o transporte. A agricultura e a construção também sentem seus efeitos, embora em menor escala. Há poucos dados quantitativos disponíveis sobre o modo pelo qual um determinado setor é afetado pelo turismo. Nas simulações, esse obstáculo foi evitado utilizando-se o crescimento nos principais setores/atividades vinculados ao turismo, nomeadamente Hotéis e

Tabela 25: A geografia do turismo, 2009

	Residentes		Não residentes		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Santo Antão	2.390	6,2	6.409	2,7	8.799	3,1
São Vicente	5.252	13,5	16.322	6,8	21.574	7,7
São Nicolau	775	2,0	798	0,3	1.573	0,6
Sal	12.606	32,5	154.616	64,0	167.222	59,6
Boa Vista	1.842	4,7	19.126	7,9	20.968	7,5
Maio	203	0,5	399	0,2	602	0,2
São Tiago	14.792	38,1	40.856	16,9	55.648	19,8
Fogo	913	2,4	3.125	1,3	4.038	1,4
Brava	67	0,2	91	0,0	158	0,1
Total	38.840	100,0	241.742	100,0	280.582	100,0

Fonte: Africa Infomarket (2009).

Tabela 26: Distribuição regional das acomodações, 2009

Ilha	Estabelecimentos		Camas		Tipo de Turismo	Infraestrutura
	Número	%	Número	%		
Santo Antão	19	13,4	310	3,5	Rural	
S. Vicente	20	14,1	711	8,1	Ativo, cultural	Aeroporto Internacional
S. Nicolau	6	4,2	79	0,9	Ativo	Aeroporto
Sal	34	23,9	5.219	59,1	Sol e praia, ativo , cultural	Aeroporto Internacional
Boavista	14	9,9	1.168	13,2	Sol e praia, ativo , cultural	Aeroporto Internacional
Maio	3	2,1	133	1,5	-	Aeroporto
São Tiago	31	21,8	973	11,0	Turismo ativo, negócios	Aeroporto Internacional
Fogo	10	7,0	188	2,1	Turismo ativo e rural	Aeroporto
Brava	5	3,5	47	0,6	-	
Total	142	100	8.828	100		

Fonte: Africa Infomarket (2009).

Tabela 27: Empresas de turismo, 2008

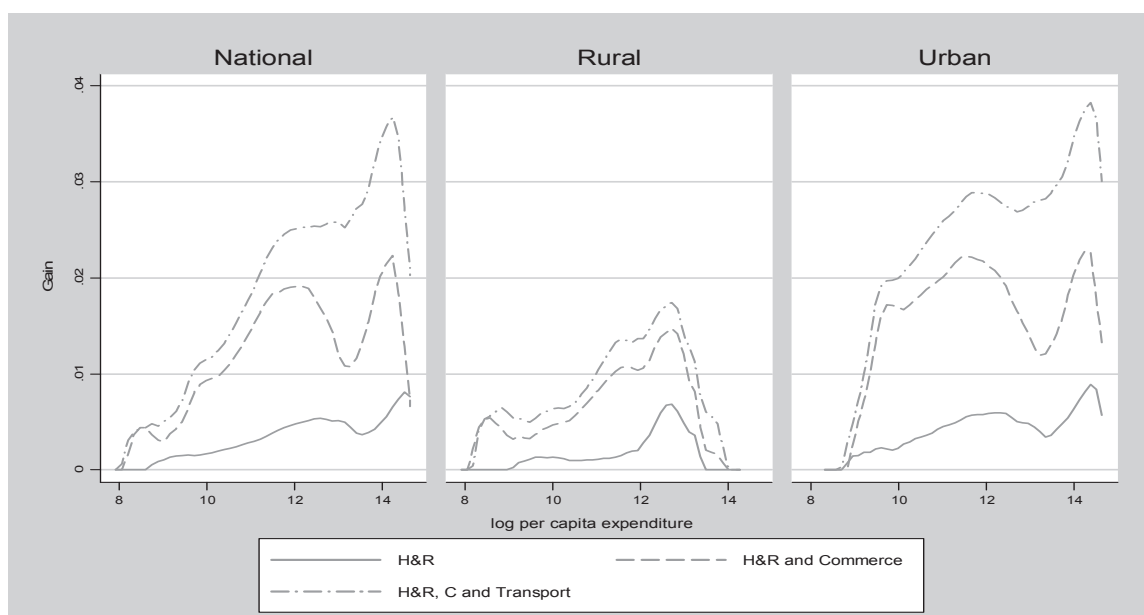
Ilha	Microempresas		Pequenas empresas		Médias empresas		Total		Empregados
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	
Santo Antão	15	15,2	5	11,9	0	0,0	20	12,7	240
São Vicente	14	14,1	7	16,7	3	17,6	24	15,2	684
São Nicolau	6	6,1	0	0,0	0	0,0	6	3,8	36
Sal	17	17,2	8	19,0	9	52,9	34	21,5	1.512
Boa Vista	10	10,1	6	14,3	3	17,6	19	12,0	630
Maio	3	3,0	1	2,4	0	0,0	4	2,5	48
São Tiago	20	20,2	14	33,3	2	11,8	36	22,8	800
Fogo	9	9,1	1	2,4	0	0,0	10	6,3	84
Brava	5	5,1	0	0,0	0	0,0	5	3,2	30
Total	99	100,0	42	100,0	17	100,0	158	100,0	4.064

Fonte: Estimativas baseadas no Africa infomarket (2009).

Restaurantes, Comércio e Transporte³⁶. Se o chefe do agregado familiar trabalhar em Hotéis e Restaurantes, pressupõe-se que o gasto per capita dessa família aumentará 30%. Além disso, se o chefe de família trabalhar em Comércio ou Transporte presume-se uma elevação adicional de 10% no gasto per capita do agregado familiar. De modo a ilustrar a contribuição de cada setor, a análise avaliou os ganhos cumulativamente.

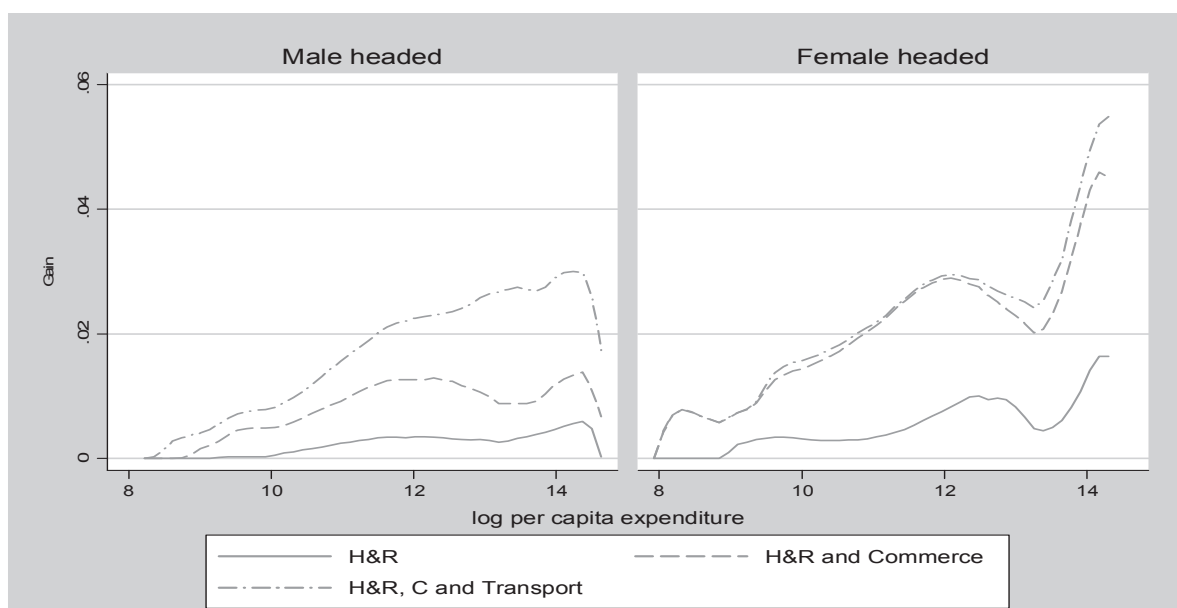
As simulações permitem calcular o ganho percentual nos gastos per capita de cada agregado familiar de Cabo Verde. Esses ganhos são descritos por meio de análises não paramétricas de modo a vincular a magnitude do ganho com a nível de vida inicial da família. A Figura 13 ilustra os resultados no âmbito nacional, e nas áreas rurais e urbanas. Cada painel registra três regressões não paramétricas. As regressões H&R supõem uma expansão

Figura 13: Ganhos decorrentes do turismo



Fonte: Estimativas baseadas no IDRF 2002 (República de Cabo Verde, 2002b).

Figura 14: Ganhos por gênero



Fonte: Estimativas baseadas no IDRF 2002 (República de Cabo Verde, 2002b).

apenas do setor Hotéis e Restaurantes. A regressão H&R e Comércio adiciona os ganhos advindos da expansão do comércio. A regressão H&R, C, e Transportes soma, ainda, os ganhos decorrentes da expansão dos transportes.

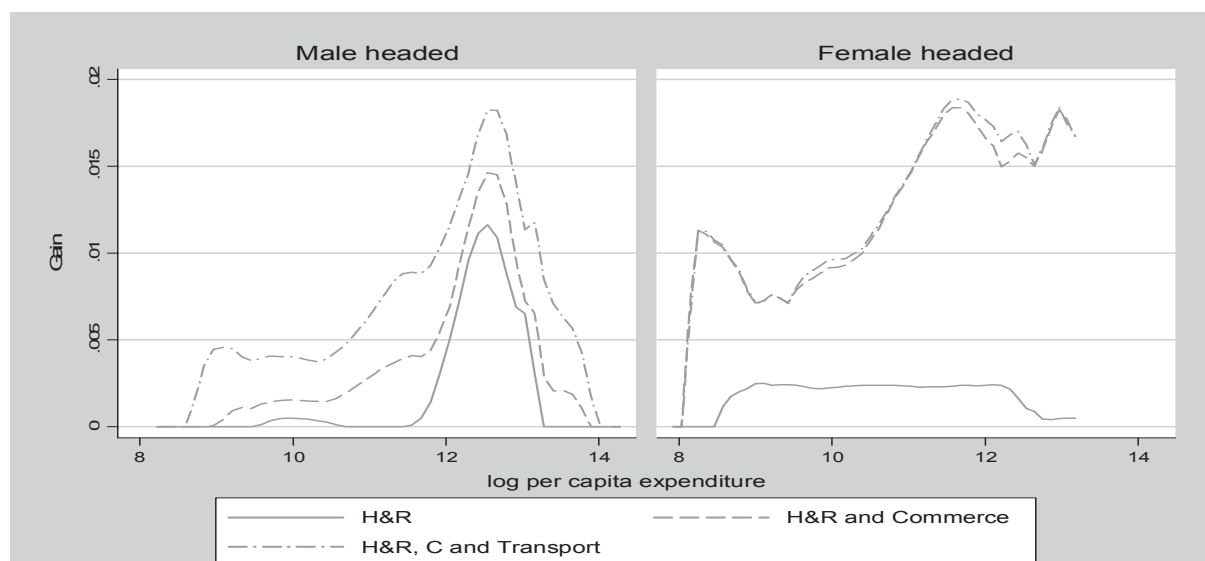
No plano nacional, os benefícios não parecem significativos para os agregados familiares mais desfavorecidos, especialmente os auferidos no setor Hotéis e Restaurantes. Esperam-se maiores benefícios a partir da expansão do Comércio e dos Transportes, os quais concentram-se no meio e, sobretudo, no topo da distribuição (ou seja, provavelmente os agregados familiares mais abastados serão os beneficiados). Por outro lado, os ganhos provenientes do Comércio parecem mais centrados nas partes média e inferior da distribuição de renda. Nas áreas rurais, os ganhos são muito pequenos porque poucos chefes de família trabalham nos setores em questão. Em comparação, os efeitos simulados mostram sua importância nas áreas urbanas, e são os que de fato conduzem aos resultados registrados no plano nacional.

A Figura 14 apresenta os ganhos por gênero no âmbito nacional, enquanto as Figuras 15.a e 15.b mostram os resultados nos meios rurais e urbanos.

Os agregados familiares chefiados por mulheres são indubitavelmente mais atingidos pela expansão do Comércio e, em menor medida, pela expansão dos Hotéis e Restaurantes. Contudo, tal como esperado, apenas um pequeno número de mulheres trabalha em Transportes (1,35% das chefes de família mulheres) e esse setor não tem praticamente efeito algum sobre o bem-estar dos agregados familiares chefiados por mulheres. Em contraste, as famílias chefiadas por homens são especialmente beneficiadas pela expansão dos Transportes e os ganhos tendem a estar mais concentrados na cauda superior da distribuição de gastos. Nas zonas rurais, os benefícios são menores tanto para as famílias chefiadas por homens quanto por mulheres – consequência da pequena participação desses setores no número total de empregos nessas áreas. Os ganhos derivados da expansão do Comércio para os agregados familiares chefiados por mulheres, tanto nas áreas rurais quanto urbanas, são substanciais e podem ser percebidos ao longo de toda a distribuição do gasto familiar per capita.

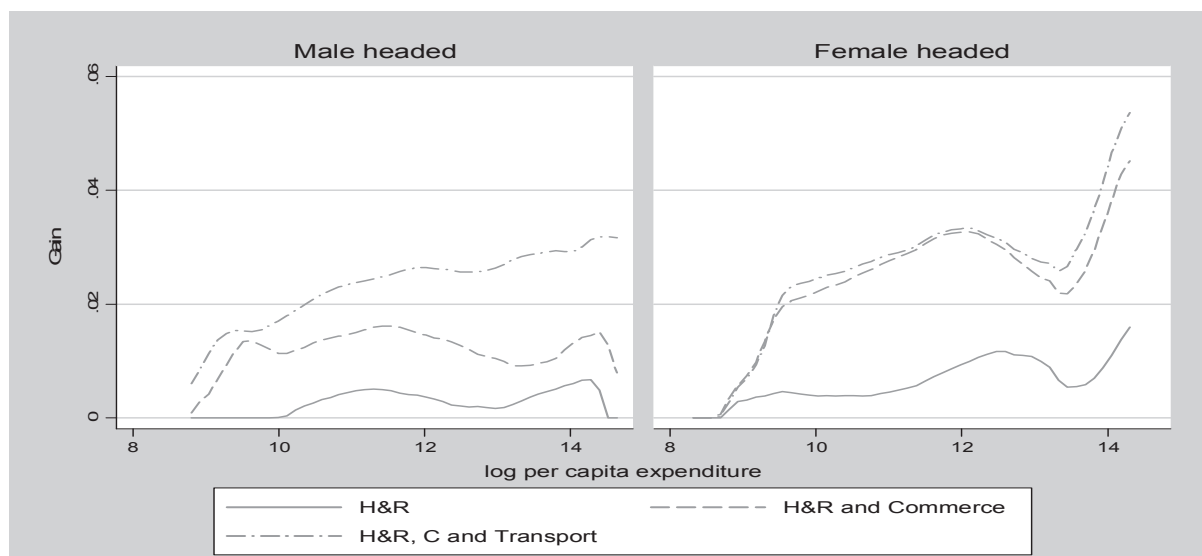
A análise regional é igualmente relevante porque cada ilha especializou-se em diferentes setores.

Figura 15.a: Ganhos por gênero nas áreas rurais



Fonte: Estimativas próprias baseadas no IDRF (2002).

Figura 15.b: Ganhos por gênero nas áreas urbanas



Fonte: Estimativas baseadas no IDRF 2002 (República de Cabo Verde, 2002b).

Os ganhos médios estão registrados na Tabela 28. Algumas ilhas, inclusive S. Antão, S. Nicolau, Maio, Fogo e Brava, atraem pouco turismo e, conseqüentemente, os ganhos são pequenos. Em comparação, as ilhas de S. Vicente, Sal e São Tiago beneficiam-se bastante das atividades turísticas. É interessante observar que diferentes ilhas tiram proveito da expansão de setores distintos. Em S. Vicente, os ganhos mais elevados são observados nos agregados familiares chefiados por homens situados no meio da distribuição de renda. Nas famílias chefiadas por mulheres, os ganhos originam-se no Comércio e mantêm-se constantes em

todos os níveis de vida (exceto, talvez, nos agregados familiares menos favorecidos). Em Sal, que acolhe 60% de todos os turistas, os ganhos dos agregados familiares chefiados por homens advêm dos Transportes; já nas famílias chefiadas por mulheres os benefícios decorrentes da expansão dos setores de Hotéis e Restaurantes e do Comércio são consideráveis e afetam todas as camadas sociais. Por fim, em São Tiago os benefícios gerados pelo turismo pendem relativamente em desfavor dos pobres. Nos agregados familiares chefiados por mulheres, os ganhos predominantes derivam do Comércio.

Tabela 28: Efeitos sobre o bem-estar decorrentes da expansão do turismo e dos serviços

Região \ ilha	Chefe do agregado familiar	Hotéis e Restaurantes			H & R + Comércio			H & R + C + Transporte		
		Todos	Pobres	Não pobres	Todos	Pobres	Não pobres	Todos	Pobres	Não pobres
Nacional	Todos	0,3	0,1	0,4	1,4	0,9	1,7	1,8	1,1	2,2
	Chefe mulher	0,4	0,3	0,5	2,0	1,4	2,4	2,1	1,5	2,5
	Chefe homem	0,2	0,0	0,3	0,9	0,4	1,1	1,6	0,8	2,0
Região										
Rural	Todos	0,1	0,1	0,1	0,7	0,5	0,9	0,9	0,6	1,2
	Chefe mulher	0,2	0,2	0,2	1,2	0,9	1,6	1,3	1,0	1,6
	Chefe homem	0,1	0,0	0,1	0,3	0,1	0,4	0,6	0,4	0,8
Urbana	Todos	0,4	0,2	0,5	1,9	1,6	2,0	2,6	1,9	2,8
	Chefe mulher	0,6	0,4	0,7	2,7	2,1	3,0	2,8	2,3	3,1
	Chefe homem	0,3	0,0	0,4	1,4	1,0	1,5	2,4	1,5	2,6
Ilha										
Santo Antão	Todos	0,2	0,0	0,4	0,6	0,3	1,0	0,7	0,3	1,2
	Chefe mulher	0,0	0,0	0,0	0,4	0,5	0,3	0,4	0,5	0,3
	Chefe homem	0,3	0,0	0,6	0,7	0,1	1,4	0,9	0,3	1,7
São Vicente	Todos	0,4	0,3	0,4	1,9	1,6	2,0	2,7	2,0	2,9
	Chefe mulher	0,6	0,6	0,6	2,5	2,4	2,6	2,7	2,6	2,8
	Chefe homem	0,2	0,0	0,2	1,5	0,7	1,6	2,7	1,4	3,0
São Nicolau	Todos	0,0	0,0	0,0	0,7	0,3	0,9	1,4	1,7	1,2
	Chefe mulher	0,0	0,0	0,0	0,8	0,0	1,6	1,7	1,8	1,6
	Chefe homem	0,0	0,0	0,0	0,6	0,6	0,6	1,2	1,6	1,1
Do Sal	Todos	2,0	1,4	2,1	3,2	2,9	3,3	4,3	3,4	4,4
	Chefe mulher	2,3	4,3	1,9	4,5	4,3	4,6	4,7	4,3	4,8
	Chefe homem	1,9	0,0	2,2	2,7	2,3	2,7	4,1	2,9	4,2
Boavista	Todos	1,0	0,0	1,2	2,5	0,5	2,8	3,0	2,0	3,2
	Chefe mulher	1,9	0,0	2,1	3,0	2,2	3,1	3,0	2,2	3,1
	Chefe homem	0,6	0,0	0,8	2,2	0,0	2,7	3,1	1,9	3,3
Maio	Todos	0,0	0,0	0,0	1,1	0,3	1,6	1,3	0,3	2,0
	Chefe mulher	0,0	0,0	0,0	2,0	0,7	2,5	2,3	0,7	2,9
	Chefe homem	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,4	0,4	0,0	0,8
São Tiago	Todos	0,2	0,1	0,3	1,4	1,0	1,7	1,8	1,1	2,1
	Chefe mulher	0,4	0,1	0,5	2,2	1,4	2,8	2,3	1,5	2,8
	Chefe homem	0,1	0,1	0,1	0,7	0,5	0,8	1,3	0,8	1,6
Fogo	Todos	0,2	0,2	0,2	0,6	0,5	0,8	0,9	0,5	1,2
	Chefe mulher	0,4	0,6	0,3	0,8	0,9	0,8	0,8	0,9	0,8
	Chefe homem	0,1	0,0	0,2	0,5	0,2	0,7	1,0	0,3	1,4
Brava	Todos	0,6	1,4	0,0	1,4	1,9	1,0	1,6	1,9	1,3
	Chefe mulher	1,3	2,6	0,0	1,9	3,0	0,9	1,9	3,0	0,9
	Chefe homem	0,0	0,0	0,0	1,0	0,7	1,2	1,3	0,7	1,6

Fonte: Estimativas baseadas no IDRF 2002 (República de Cabo Verde, 2002b).

V



Recomendações
de política

5. RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICA

Munido das informações compiladas pelas análises anteriores, este capítulo apresenta algumas recomendações de política. O objetivo é sublinhar questões básicas que possuam influência marcante sobre as mulheres e sugerir políticas que possam facilitar seu processo de empoderamento econômico.

5.1. DIÁSPORA E REMESSAS

Tal como examinado no Capítulo 4, o fluxo de remessas é importante para Cabo Verde e representou aproximadamente 8,5% do PIB em 2008. De modo a melhor substanciar as decisões sobre as políticas a serem desenvolvidas, este estudo tratou explicitamente do vínculo existente entre remessas dos migrantes, pobreza e gênero. Apurou-se que as remessas são essencialmente favoráveis aos pobres e mantêm um efeito equalizador no nível de distribuição de renda do país, embora seu efeito direto sobre os mais pobres possa ser limitado. A análise forneceu, ainda, provas de que os lares que recebem remessas alcançam rapidamente um padrão de vida mais alto do que aqueles que não possuem familiares trabalhando no exterior. Em termos de efeitos distributivos segundo uma perspectiva de gênero e de localização, o estudo mostra que as remessas são mais importantes para os agregados familiares chefiados por mulheres do que para aqueles chefiados por homens, e que constituem uma fonte de renda mais importante nas zonas rurais do que em localidades urbanas.

Essas conclusões específicas a pobreza e gênero têm importantes implicações para o processo de formulação de políticas. Cabo Verde poderia considerar a possibilidade de estabelecer meios e maneiras de facilitar o influxo de remessas. Tal medida exigiria coerência política e institucional nos âmbitos nacional e internacional – bilateral, regional e multilateral. Requereria, particularmente, uma ação concertada e coordenada entre os países remetentes, de trânsito e destinatários.

Neste caso, há duas vertentes predominantes de atuação: a) novas políticas e novos marcos institucionais e regulatórios abrangentes de modo a administrar a mobilidade dos trabalhadores; e b) enfoque concertado a fim de facilitar os fluxos de remessas do exterior.

a) Mobilidade dos trabalhadores

De modo a melhor administrar a mobilidade laboral, seria aconselhável realizar avanços adicionais nos planos nacional e internacional, ou seja, nas relações entre Cabo Verde e os países de destino. Esta é uma questão complexa sobre a qual Cabo Verde talvez queira pesar cuidadosamente os efeitos positivos da migração e das remessas (fluxos financeiros, investimentos, redes transnacionais vinculadas à diáspora, o regresso de pessoas altamente qualificadas) em contraposição às suas consequências negativas (“fuga de cérebros”; dependência das remessas sem a capacidade de alavancá-las de modo a gerar renda adicional; efeito do tipo doença holandesa no nível macroeconômico etc.).

Tanto instrumentos comerciais quanto migratórios podem ser utilizados para tornar a migração vantajosa não só para os países de origem como também para os de destino. Quanto à movimentação temporária de prestadores de serviços em conformidade com o modo 4 do GATS, as seguintes medidas poderiam ser consideradas a fim de facilitar a crescente participação das mulheres no fluxo migratório e nos benefícios conexos: (i) simplificar as exigências para a concessão de vistos e de licenças e autorizações de trabalho; (ii) aumentar a movimentação temporária de trabalhadores menos qualificados; (iii) eliminar as avaliações de necessidades econômicas ou reduzir sua cobertura, e torná-las mais transparentes e previsíveis; (iv) facilitar o reconhecimento de qualificações profissionais (CNUCED, 2009).

Os acordos de cooperação entre países de origem e de destino sobre “migração temporária” e “circular” converteram-se em um modo de tratar uma variada gama de questões, inclusive direitos dos migrantes, proteção laboral e social, e facilitação dos fluxos de remessas (CNUCED, 2004). No quadro desses acordos existe uma série de políticas que talvez Cabo Verde devesse considerar, dentre elas:

- Criar em Cabo Verde centros de processamento para a concessão de vistos e a distribuição de informações relativas à migração e às oportunidades de emprego nos países de destino (esses centros já existem no caso da migração para a UE);
- Melhorar a situação jurídica dos migrantes, especialmente das trabalhadoras sem documentos, nos países de destino;

- Entabular negociações de modo a facilitar o reconhecimento de qualificações profissionais relevantes para a diáspora cabo-verdiana, em base a uma melhor compreensão de seu número, composição, nível de qualificação e anseios. Cabe dar maior atenção aos trabalhadores do setor de saúde, inclusive enfermeiras, para assegurar o adequado reconhecimento de suas qualificações profissionais no exterior e limitar o fenômeno da fuga de cérebros que, dentre outros, poderia afetar negativamente o turismo voltado para a saúde e para os aposentados;
- Cofinanciar programas de regresso para migrantes altamente qualificados, ou conceder bolsas com condicionalidades de retorno, de modo a facilitar a migração “circular” e/ou a volta dos que emigraram;
- Implementar políticas de integração no país receptor não apenas focadas na assimilação mas também na capacitação (a fim de emancipar os migrantes) e na reintegração (regresso);
- Facilitar o fluxo de remessas (ver abaixo).

Como mencionado no Capítulo 3, a “parceria para a mobilidade” entre a UE e Cabo Verde fornece o marco institucional para facilitar a migração temporária e circular de Cabo Verde para a UE, combater a imigração irregular e regulamentar a readmissão. Dentre outras atividades, a parceria criou em Praia uma unidade conjunta de processamento para a concessão de vistos de curta duração e para a distribuição de informações sobre oportunidades de emprego nos países membros da UE que participam do projeto. Essa iniciativa pressupõe, ainda, cursos de capacitação em Cabo Verde de modo a administrar a migração, particularmente mediante o desenvolvimento de um centro para a implementação de medidas com vistas a informar, integrar e proteger os migrantes e os retornados. Há planos, igualmente, para melhorar a eficiência dos procedimentos de migração de trabalhadores e para desenvolver oportunidades de trabalho tanto em Cabo Verde quanto no exterior. A parceria também prevê medidas para facilitar a transferência de remessas (UE, 2008a e b). Mais especificamente, o Centro de Apoio ao Migrante no País de Origem (CAMPO) tem por meta facilitar a harmonização entre qualificações e vagas disponíveis, de modo

a promover o uso de canais migratórios legais. O projeto tem como objetivo, igualmente, facilitar a reintegração dos trabalhadores cabo-verdianos que retornam de países da UE no mercado de trabalho local, e prestar-lhes apoio para que possam utilizar ao máximo a qualificação e os recursos adquiridos durante sua experiência migratória, para seu próprio benefício e para o desenvolvimento de seu país (Comissão da União Africana e Comissão Europeia, 2009). Nesse contexto, caberia dar atenção especial às mulheres, tendo em vista as dificuldades especiais que elas geralmente enfrentam como migrantes, e os enormes benefícios que poderiam trazer ao país devido a competências adquiridas no exterior.

b) Facilitar os fluxos de remessas

Existem diferentes meios e maneiras de diminuir os custos de transferência e formalizar os fluxos de remessas. Durante a Reunião de Peritos sobre a Maximização do Impacto das Remessas sobre o Desenvolvimento, organizada pela CNUCED em Genebra nos dias 14 e 15 de fevereiro de 2011, foram examinadas várias práticas com esse fim.

Alguns mecanismos inovadores foram implementados por intermédio de parcerias múltiplas envolvendo países de origem e de destino, empresas de correios, bancos e cooperativas de crédito. O México, por exemplo, adotou dois enfoques a fim de colocar à disposição serviços financeiros para os 19,3% de agregados familiares hispânicos “sem banco” e para os 24% de famílias com acesso bancário restrito nos Estados Unidos (CNUCED, 2011). O primeiro enfoque trata da emissão de carteiras consulares para migrantes mexicanos através da rede de consulados mexicanos nos EUA, a fim de facilitar a abertura de contas correntes. Foram assinados acordos entre os bancos e as cooperativas de crédito por um lado e os consulados mexicanos por outro com vistas à aceitação dessas carteiras como documentos oficiais de identidade. O outro fornece treinamento financeiro para os migrantes nos EUA e para os destinatários das remessas no México.

Outros projetos piloto bem-sucedidos para promover o uso de canais formais para o envio de remessas têm como objetivo aumentar a diversidade das entidades envolvidas, nomeadamente cooperativas financeiras e de crédito e instituições de micro finanças e empresas de correios, juntamente com instituições tradicionais como bancos e agências

de transferência de dinheiro. O sistema postal poderia desempenhar um papel muito útil para melhorar o fluxo de remessas devido à capilaridade de sua rede e à luz do fato de que os serviços oferecidos pelas agências postais são mais baratos do que os dos bancos ou empresas de transferência de dinheiro. Vários mecanismos estabeleceram um bom encadeamento entre as remessas e os serviços bancários postais (listados no CNUCED, 2011).

Os países destinatários poderiam considerar isentar as remessas de impostos, o que contribuiria para reduzir os custos das transações e aumentaria o nível de fluxos formais dessas transferências. Outra ferramenta poderosa para facilitar e agilizar o envio de remessas a partir dos países de origem seria estimular o estabelecimento de filiais de bancos estrangeiros ou encorajar parcerias entre instituições bancárias locais e bancos nos países remetentes. Nos Estados Unidos, por exemplo, o Citizens Bank estabeleceu um convênio com bancos de Cabo Verde para conceder aos migrantes do país serviços de remessa mais baratos do que as oferecidas por agências de transferência de dinheiro.

Todas essas políticas/esquemas personalizados de remessas são no mais das vezes implementados mediante o estabelecimento de parcerias múltiplas envolvendo os países de origem e de destino, bem como intervenientes públicos e privados. Caberia a Cabo Verde examinar cuidadosamente o potencial desses mecanismos de modo a prestar auxílio a seus migrantes, particularmente os temporários/sem documentos - muitas vezes mulheres sem qualquer acesso ou com acesso restrito aos serviços bancários - que talvez não tenham meios de utilizar mecanismos de transferência formais.

5.2. PREÇO DOS ALIMENTOS

A análise das implicações dos preços dos alimentos sobre o bem-estar da população apresentada no Capítulo 4 mostrou que a variação dos preços alimentares tem efeito apenas discreto nas questões de gênero, classe e localização espacial.

Primeiramente, observou-se que tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais e tanto nos agregados familiares chefiados por homens quanto naqueles chefiados por mulheres, a parcela dos gastos familiares dedicada à alimentação diminuiu drasticamente segundo o nível de bem-estar. Consequentemente, uma redução do preço dos alimentos teria um viés extraordinariamente favorável aos pobres,

visto que os benefícios decorrentes dessa queda seriam significativamente superiores para os mais desfavorecidos do que para os mais ricos. Por outro lado, uma escalada do preço dos alimentos atingiria de forma desproporcional a camada mais pobre. Estima-se que no plano nacional, um aumento de 10% no custo da cesta de alimentos de um agregado familiar levaria a uma progressão de 2,6% no índice de incidência da pobreza e o percentual dos indivíduos vivendo abaixo da linha de pobreza extrema cresceria 1,8%.

Embora neste caso haja uma diferença apenas marginal entre os agregados familiares chefiados por mulheres e aqueles chefiados por homens, os efeitos tenderiam a ser maiores para as mulheres e para as famílias localizadas no meio rural. Isto reflete o fato de que os agregados familiares com mais mulheres propendem a destinar maiores recursos para a compra de produtos alimentares, especialmente nas áreas rurais, e portanto, seriam mais afetados pelo encarecimento dos alimentos.

Em comparação, uma redução de 10% no preço da cesta de alimentos de um agregado familiar derivado dos cortes tarifários preconizados no APE provocaria um recuo de 2,6% no grupo de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. No caso da pobreza extrema, 2% dos cabo-verdianos mudariam de status passando de “extremamente pobres” para “pobres”. Haveria uma diferença tão somente marginal entre os agregados familiares pobres chefiados por mulheres ou por homens, embora as repercussões tenderiam a ser mais acentuadas naqueles chefiados por mulheres. Além disso, a simulação traz à luz efeitos mais marcantes nas zonas rurais, especialmente no caso da pobreza extrema.

O estudo revela também que, para a totalidade dos agregados familiares e para aqueles chefiados por mulheres em particular, a participação dos alimentos no total das despesas foi, em média, superior a 50% em Santo Antão, Brava, Fogo, e em algumas áreas rurais de São Tiago. Tendo e vista que essas áreas são relativamente mais pobres que outras, depreende-se que a escalada dos preços dos alimentos afetaria desproporcionalmente as localidades mais necessitadas.

Essas conclusões são de importância capital, pois deixam à mostra os efeitos menos patentes da trajetória ascendente dos preços alimentares dentro da sociedade, e ajudariam a melhor definir e sintonizar as políticas que visassem a um desenvolvimento social inclusivo.

Como já assinalado, a insegurança alimentar em Cabo Verde é de natureza estrutural, devido aos obstáculos agroecológicos. Com apenas 10% de terras aráveis, o arquipélago de Cabo Verde depende fortemente da importação de alimentos e fica extremamente exposto aos choques de preços internacionais. Daí a importância da formulação de políticas e programas nacionais que atenuem os impactos domésticos provocados pela subida dos preços internacionais de alimentos. Essas políticas devem incluir programas de proteção social (dinheiro em espécie, alimentos, cupons ou subsídios) bem como políticas agrícolas pró-ativas para assegurar o sustento básico da população.

a) Programas de proteção social

Em Cabo Verde, o governo central e as municipalidades ocupam-se da gestão de diversos mecanismos de proteção social de modo a controlar a incidência negativa da insegurança alimentar. Eles incluem os programas de cantina escolar e de transferência de renda. No contexto global, Cabo Verde possui uma Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (ENSA), criada em 2002 e com duração prevista até 2015, além do Programa Quinquenal de Segurança Alimentar (PSA, 2002-2007) e do Programa Nacional de Segurança Alimentar para 2007-2011 (República de Cabo Verde, 2007d).

Algo primordial a ser levado em conta no momento de elaborar mecanismos de proteção social é decidir quem serão os beneficiários e como será implantado o projeto. As conclusões deste estudo poderiam fornecer algumas diretrizes a serem utilizadas no momento de direcionar os programas de acordo com características tais como localização, gênero e renda. Os subsídios alimentares domésticos e outros esquemas universais semelhantes são onerosos e podem terminar por beneficiar grupos que não precisam deles. Para chegar até os mais necessitados, os projetos voltados para um público alvo, tais como programas de transferência de renda, apresentam melhores resultados do que mecanismos mais gerais. O governo parece estar rumando nessa direção.

b) Políticas agrícolas/setoriais pró-ativas

As conclusões apontam, igualmente, para a necessidade de preservar e promover a capacidade doméstica na produção de alimentos básicos de modo a atenuar a exposição de Cabo Verde à acentuada volatilidade dos mercados internacionais. Em

2009, 6,6% do orçamento do governo foram gastos em programas de modernização para a melhorar a qualidade e quantidade da produção agrícola, especialmente por meio de sistemas aperfeiçoados de irrigação. Por outro lado, o setor da pesca recebeu menos de 1% do orçamento de 2009 (0,9%) e permanece como atividade de subsistência. (BAD, OCDE, PNUD, UNECA 2011).

Cabo Verde talvez devesse considerar diferentes políticas para aumentar a produção de culturas básicas, não comercializáveis, tradicionais e nativas e de produtos derivados da pesca e da pecuária para os mercados locais. O governo já identificou algumas ações primordiais para a formulação de políticas, dentre as quais:

- Implementar políticas de gerenciamento rural com vistas à gestão sustentável dos recursos naturais de modo a aproveitar ao máximo o potencial da produção agrícola, florestal e pecuária;
- Estimular o setor de pesca artesanal;
- Fortalecer as conexões marítimas entre as ilhas a fim de melhorar o abastecimento do mercado e a exportação de produtos locais;
- Reforçar a integração de zonas de difícil acesso de modo a facilitar a chegada de bens e serviços; assegurar a operacionalidade do Sistema de Informação para a Segurança Alimentar no plano central (nacional) e local (municipalidades) com vistas a melhorar o planejamento e a avaliação das políticas nessa área e maximizar seus efeitos;
- Garantir a operação da Rede de Segurança Alimentar para aperfeiçoar a integração das questões de segurança alimentar nas políticas setoriais;
- Aumentar a produtividade e diversificar a produção por meio de processos de aprimoramento tecnológico;
- Assegurar a disponibilidade e estabilidade do abastecimento de alimentos nos mercados mediante a otimização de sua gestão e conferindo a responsabilidade do fornecimento ao setor privado;
- Aperfeiçoar os sistemas de prevenção e gestão de crises alimentares;

- Fortalecer capacidades institucionais e técnicas dos intervenientes locais e promover a boa gestão da segurança alimentar;
- Promover a segurança sanitária e a qualidade dos alimentos e da água por meio da educação nutricional e ambiental (República de Cabo Verde, 2007d).

Caberia dar especial atenção não só ao papel que as mulheres poderiam desempenhar nesses planos de atenuação da insegurança alimentar, como também aos meios e maneiras de facilitar seu envolvimento ativo na implementação dessas políticas. Seria primordial, por exemplo, assegurar que o Sistema de Informação para a Segurança Alimentar chegasse até as mulheres.

São necessárias ações políticas concertadas nacional e internacionalmente a fim de financiar investimentos produtivos na agricultura e na pesca. Para tanto, é preciso uma mobilização de recursos internos e externos. No que se refere à captação de recursos domésticos, uma questão chave é a manutenção do crescimento em setores dinâmicos da economia (turismo etc.) e a transferência de recursos dentro da economia e entre os setores – o que constitui, em última análise, uma questão de gestão das receitas. No que tange à convergência e ao alinhamento dos fundos externos, algumas iniciativas no âmbito da *Ayuda para o Comércio (Aid for Trade - ApC)* poderiam catalisar a assistência ao desenvolvimento em apoio aos esforços de Cabo Verde para modernizar sua infraestrutura e aumentar sua capacidade de produção. O principal desafio é sintonizar os fluxos de assistência com as prioridades identificadas pelas políticas agrícolas/setoriais nacionais. O aperfeiçoamento tecnológico das pequenas agricultoras, seu maior acesso aos serviços de extensão e sua capacitação para o cumprimento das normas estabelecidas constituem áreas relacionadas ao comércio para as quais seria preciso buscar o apoio de mecanismos financeiros internacionais.

c) Cooperação Sul-Sul

Fortalecer os laços comerciais com países da região e aprofundar a cooperação Sul-Sul poderia ser vantajoso para Cabo Verde, especialmente considerando a magnitude de seu déficit alimentar. Enquanto atualmente apenas 1,7% das importações de Cabo Verde provêm dos países da CEDEAO, as disposições referentes à isenção fiscal e à circulação de bens livres de cotas na região

da CEDEAO poderiam ser utilizadas para facilitar o comércio de alguns produtos agrícolas, tais como óleos vegetais, frutas, legumes e nozes. A eliminação de barreiras não tarifárias, tais como medidas sanitárias e fitossanitárias, assim como a redução dos custos de transporte e de outras obrigações relacionadas ao comércio também poderiam ser discutidas no marco de uma cooperação regional mais estreita.

5.3. TURISMO

O Capítulo 4 examinou de que forma o desenvolvimento das atividades ligadas ao turismo afetaria o nível de renda dos agregados familiares. Foram estudados três grupos setoriais: Hotéis e Restaurantes, Comércio e Transporte. A análise mostrou que a expansão do setor do Comércio - e em menor escala a do setor de Hotéis e Restaurantes - teria um efeito positivo nos rendimentos dos agregados familiares chefiados por mulheres. O impacto é maior nas áreas urbanas do que nas rurais. É interessante observar que as famílias chefiadas por mulheres parecem ser atingidas mais fortemente pela elevação simulada dos rendimentos do que as chefiadas por homens (incluídos os três setores). Além disso, ilhas diferentes auferem benefícios de setores diferentes. Daí a análise mostrar que as atividades ligadas ao turismo têm potencial para melhorar a situação econômica das mulheres e que as disparidades regionais devem ser levadas em consideração.

Tal como mencionado anteriormente, na maioria das vezes as pessoas não vivem em áreas próximas às atrações turísticas. Portanto, seria imprescindível aperfeiçoar a infraestrutura de transportes entre as ilhas de modo a facilitar a participação dos cabo-verdianos nesse setor e melhorar o acesso dos turistas às diversas ilhas. A recente entrada em serviço de dois ferries de alta velocidade para operações de transporte de carga e de passageiros parece ser um passo na direção certa. O ambicioso plano nacional para a expansão da infraestrutura, incluindo a modernização dos portos, a melhoria das estradas e o aperfeiçoamento da capacidade energética do país tornará o arquipélago mais atrativo para os visitantes.

Cabo Verde poderá fazer crescer sua economia se lograr encadear o turismo a outros setores econômicos do país. A esse respeito, a promoção dos diferentes tipos de turismo - cultural, comunitário, de negócios, e de saúde e bem-estar - poderia ter um importante papel a desempenhar. O turismo

cultural assim como o comunitário trariam benefícios sobretudo para as mulheres que vivem em meios rurais pobres. Entretanto, os dados disponíveis sobre esses setores são insuficientes e falta legislação adequada sobre os direitos autorais ou a proteção do patrimônio cultural nacional. É preciso formular políticas concretas de modo a ressaltar a importância da indústria cultural e vinculá-la ao setor de turismo. De uma maneira geral, é necessário obter dados estatísticos mais precisos de modo a avaliar o impacto real do turismo sobre a economia do país (particularmente sobre a pobreza) e sobre o meio ambiente (República de Cabo Verde, 2009b).

Um quadro de funcionários bem treinado e um número suficiente de pessoal qualificado são pré-requisitos para a prestação de serviços de alta qualidade no setor. A participação das mulheres na formação e educação em turismo lhes dará acesso a cargos mais qualificados, mais estáveis e mais bem remunerados, inclusive na esfera administrativa. Políticas voltadas para a capacitação e o treinamento de mulheres em turismo deveriam ser formuladas e implantadas, visando especialmente àquelas já empregadas no setor. O Brasil oferece educação e formação profissional a Cabo Verde em diferentes áreas e concede bolsas de estudo para jovens cabo-verdianos. O turismo poderia ser incluído dentre os âmbitos de cooperação e bolsas de estudo no setor do turismo seriam reservadas para candidatas mulheres. O estabelecimento de horários flexíveis, esquemas para o cuidado das crianças e oportunidades de trabalho a partir de casa tornariam possível uma maior participação das mulheres nesse setor. Assegurar o acesso a linhas de crédito, a terrenos ou a bens imóveis poderia ser uma forma de incentivar o empreendedorismo das mulheres no setor de turismo.

5.4. ACORDO DE PARCERIA ECONÔMICA

É provável que a liberalização econômica em Cabo Verde venha a afetar as perspectivas de industrialização do país, tendo em vista que empresários locais enfrentam cada vez mais a concorrência de produtos provenientes da UE. Há o risco de que muitos produtores cabo-verdianos não consigam manter seus lucros tendo em vista sua limitada capacidade para competir com as importações europeias devido às restrições do lado da oferta. As indústrias de processamento de alimentos e de produção de calçados e vestuário poderiam ser particularmente afetadas. Tradicionalmente, esses setores dependem fortemente da mão de obra feminina.

Levando em conta essas preocupações, é primordial que Cabo Verde utilize toda a flexibilidade disponível no âmbito do APE de modo a definir a cobertura, a sequência e o período transitório para cada produto. O país deveria incluir certas salvaguardas para proteger seus produtos mais sensíveis, tanto agrícolas quanto não agrícolas e, ao mesmo tempo, ter presente a participação da mulher na produção.

A perda de receitas governamentais é uma preocupação corrente no que se refere ao comércio. Tal como explicitado no Capítulo 3, tarifas aduaneiras e outros direitos de importação foram responsáveis por cerca de 20,8% da receita tributária em 2009. Segundo alguns estudos, a liberalização tarifária no âmbito do APE provocaria um corte de 78% no total das receitas tarifárias. Essa contração corresponderia a uma redução de 15,8% nas receitas governamentais. Esse déficit poderia afetar desproporcionalmente as mulheres devido às repercussões negativas que ele teria sobre os serviços públicos. Em Cabo Verde, as mulheres são as principais beneficiárias desses serviços, e reverter o declínio das verbas governamentais de modo a manter o nível atual das prestações públicas é um dos principais desafios que o país tem pela frente.

A fim de atenuar os possíveis efeitos negativos decorrentes da perda de receitas, um país pode desenvolver fontes alternativas de receita, inclusive mediante a expansão de sua base tributária. A introdução do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) em janeiro de 2004, em Cabo Verde, compensou a queda das taxas de importação provocada pela redução das tarifas aduaneiras. Devem ser consideradas, entretanto, as consequências que a criação de um novo instrumento tributário poderia causar sobre os pobres e sobre o nível de distribuição de renda. A fim de aumentar as receitas públicas e de pelo menos contrabalançar parcialmente sua queda devido à liberalização comercial, medidas deveriam ser tomadas buscando melhorar a educação dos fiscais de renda, aumentar a capacidade tecnológica das autoridades tributárias e apoiar a eficiência da gestão corporativa, a começar por um sistema de contabilidade adequado. Tarifas de importação mais baixas somadas a um sistema tributário e fiscal simplificado poderiam, igualmente, estimular o comércio e, assim, atenuar a perda de receitas.

5.5. EMPODERAMENTO ECONÔMICO

As mulheres economicamente ativas costumam ter mais facilidade em ganhar o respeito de suas famílias e da sociedade com um todo. Apesar de ser

signatário de vários compromissos jurídicos progressistas e abrangentes no contexto nacional, regional e multilateral, Cabo Verde experimenta dificuldades para assegurar *de facto* a igualdade de gênero no país. O desafio é assegurar a passagem da teoria à prática.

O aumento da participação feminina no mercado de trabalho não só provocaria um efeito positivo em sua situação social e econômica como também repercutiria favoravelmente na economia e contribuiria para uma maior geração de receitas tributárias para o governo. Seria conveniente utilizar ao máximo o alto nível de educação atingido pelas mulheres cabo-verdianas e os pesados investimentos públicos realizados para esse fim.

Mecanismos multilaterais de assistência para o desenvolvimento tais como a já mencionada *Ayuda para o Comércio (Aid for Trade)*, oferecem pontos de entrada para o uso do comércio internacional como instrumento de empoderamento econômico para as mulheres. Projetos e programas podem candidatar-se à assistência da ApC se atenderem às prioridades de desenvolvimento comercial das estratégias nacionais do país beneficiário. Assim, atividades com vistas a facilitar a participação das mulheres no comércio internacional seriam elegíveis para receber financiamento da ApC se constassem das prioridades relacionadas ao comércio, dos planos de ação nacionais, das estratégias de exportação ou das políticas de redução da pobreza do governo de Cabo Verde. Setores comercializáveis com claro potencial de exportação, tais como turismo e pesca, poderiam ser considerados, e o financiamento da ApC incluiria, dentre outras ações, o aprimoramento das competências das mulheres empregadas no setor do turismo, a sensibilização das trabalhadoras do setor da pesca sobre as exigências e o cumprimento das normas SFS nos mercados de destino, ou o aprimoramento das instalações de refrigeração e congelamento para a pesca, especialmente em empresas com intensa mão de obra feminina.

Levando-se em conta a significativa presença feminina no processo decisório (8 dos 19 ministérios são chefiados por mulheres), a inclusão de medidas dirigidas às mulheres no âmbito das prioridades de comércio do país parece ser um objetivo passível de consecução.

Políticas voltadas para as famílias seriam particularmente oportunas de modo a aumentar a participação das mulheres no mercado laboral. Medidas (incentivos ou condicionalidades) para ampliar a presença atuante do pai durante a licença parental, por exemplo, permitiria à mulher retornar mais

cedo ao trabalho na medida em que os cuidados à criança seriam melhor compartilhados por ambos os países. A criação de creches públicas possibilitaria que ambos trabalhassem. Embora esses serviços sejam caros, a maior oferta de trabalho feminino e o aumento das receitas tributárias compensariam os custos.

De modo a aumentar o papel da mulher na esfera executiva, poderia ser considerado o estabelecimento de cotas para mulheres em conselhos de direção de empresas públicas. A Noruega já implementou um sistema como esse, e na Espanha, França e Países Baixos medidas semelhantes estão em fase de implementação.

5.6. CENTROS E PLATAFORMAS DE SERVIÇOS INTERNACIONAIS

Ao estar localizado no ponto de cruzamento entre África, Europa e América, o arquipélago de Cabo Verde desfruta de posição geográfica privilegiada para o transporte de passageiros e de carga. Entretanto, explorar essa localização estratégica de modo a se tornar um centro logístico para o transporte marítimo e aéreo internacional requer o desenvolvimento de uma infraestrutura acorde com os padrões internacionais. Trabalhos de expansão e modernização estão em curso em diversos portos e alguns, como o Porto de Mindelo, poderiam transformar-se em importantes eixos de baldeação. No setor aéreo, a construção do Aeroporto de Praia foi uma obra positiva para a melhora do tráfego aéreo e para o desenvolvimento do turismo e da integração subregional (Banco Africano de Desenvolvimento, 2009). Essas ações permitirão ao país estreitar seus vínculos comerciais com parceiros não tradicionais tais como China e Brasil. Contudo, Cabo Verde não deveria negligenciar a concorrência de outros centros logísticos regionais, existentes ou potenciais, e precisaria avaliar realisticamente a competitividade de seus serviços. Para tanto, o Estudo de Diagnóstico para a Integração Comercial e o Plano Estratégico de Transportes 2008-2011 identificaram áreas-chave para a implementação de políticas específicas. Essas áreas incluem, além do necessário aperfeiçoamento da infraestrutura, a implementação de um código marítimo moderno e uma maior coordenação entre os sistemas de transportes marítimos, aéreos e viários de modo a facilitar a conexão entre as ilhas. A participação de parceiros internacionais é imprescindível para o desenvolvimento desse setor e para assegurar o financiamento necessário; assim o Governo planeja atrair investimentos privados mediante subvenções e contratos de concessão.

ANEXO 1: QUADRO ANALÍTICO

Esta seção descreve o quadro analítico utilizado para avaliar os efeitos da liberalização do comércio sobre o bem-estar da população em geral, e das mulheres em particular. O presente enquadramento fundamenta-se em modelos padrão de agregados familiares de pequenos agricultores tal como na obra de Singh, Squire e Strauss (1986), e segue Porto (2007) e Brambilla e Porto (2010).

A unidade de análise é o agregado familiar, designado por h . De modo a medir alterações no nível de bem-estar, a análise adota o enfoque em Dixit e Normal (1980), e trabalha com as limitações orçamentárias do agregado familiar.³⁷ Em equilíbrio, os gastos familiares (inclusive poupança) devem ser financiados com a renda do agregado familiar (inclusive transferências). Isto é

$$(1) \quad e^h(p, u^h, x^h) = \sum_j w^j + \sum_i \pi_i^h(p, \theta) + T^h + x_0^h$$

A função gasto $e(\cdot)$ do agregado familiar h , no lado esquerdo, é definida como o gasto mínimo necessário para alcançar um determinado nível de utilidade do agregado familiar u^h . Ela depende de um vetor dos preços dos bens de consumo, p , do nível de utilidade u^h , e de outras características do agregado familiar, x^h (tal como sua composição).

A renda compreende a soma dos salários de todos os membros trabalhadores j (w^j) e a soma dos lucros π_i auferidos em diferentes atividades econômicas i . Os lucros incluem, por exemplo, a renda líquida da produção agrícola (batatas, laranjas, maçãs, arroz) ou de outras atividades agropecuárias. Eles dependem de preços, mudanças técnicas, e características específicas do agregado familiar, tal como gênero (sintetizado por θ). Cabe observar que os lucros são definidos como vendas líquidas, descontadas as compras de insumos de maneira que alguns dos efeitos causados pela proteção dos insumos ou por bens intermediários podem ser captados por π_i . Na equação (1), T^h mede transferências (públicas ou privadas), poupança e outros benefícios com fatores não mensurados. Finalmente, a renda exógena x_0^h é adicionada por razões técnicas.

A partir da equação (1) fica patente que o bem-estar do agregado familiar depende das variáveis de equilíbrio tais como preços e salários (que afetam as escolhas do agregado familiar) e também das competências familiares. O consumo do agregado familiar depende, por exemplo, dos preços dos bens de consumo, e a renda do agregado familiar está sujeita à competência no trabalho (qualificado, não qualificado), ao nível do salário e aos preços dos produtos essenciais. Segue-se que as mudanças nos preços das commodities afetarão diretamente o nível de bem-estar do agregado familiar devido às decisões de consumo e de produção, e que esses efeitos serão heterogêneos na medida em que dependam das escolhas e competências familiares. Além disso, existem consequências de curto prazo - quando os agregados familiares não se adaptam; de médio prazo - quando as famílias adaptam-se parcialmente; e de longo prazo - quando há crescimento, investimentos e escolhas duradouras.

Uma suposição primordial que permite trabalhar com a equação (1) com vistas à análise do bem-estar é a de que o princípio de "separabilidade" se mantém.³⁸ De acordo com essa suposição, as decisões sobre produção são independentes das decisões sobre consumo (maximização da utilidade). Isto significa que o nível de renda do agregado familiar pode ser considerado como exógeno (uma vez que decisões ideais de produção tenham sido tomadas) quando ocorrer a maximização da utilidade. A suposição de separabilidade não é inócua: ela requer mercados perfeitos e completos (para bens, crédito, seguros, e assim por diante). Além disso, apenas para simplificar a álgebra, supõe-se também a existência de separabilidade entre consumo e lazer na utilidade.

Efeitos de primeira ordem

A análise considerará agora os efeitos das alterações nos preços dos produtos básicos i . As consequências de curto prazo para o agregado familiar podem ser derivadas através da diferenciação da equação (1) (mantendo-se a utilidade constante e ajustando T^h). Segue-se que

$$(2) \quad cv^h = (b_i^h - s_i^h) dlnp_i^h + \sum_j \theta^j \varepsilon w_i^j dlnp_i^h$$

onde $cv = -\frac{dx_0}{e}$ é uma medida da variação compensatória (como parcela dos gastos iniciais) associada a uma mudança no preço i . A variação compensatória é definida tal como em Hicks (1939). É a receita de um planejador a que precisa compensar os agregados familiares pela mudança de preços. Se o agregado familiar for prejudicado por um aumento de preços, a transferência de renda compensatória do planejador é $\frac{dx_0}{e}$ e a variação compensatória cv é negativa (i.e., um déficit para o planejador). Ao invés disso, se o agregado familiar se beneficiar de um aumento de preços, a variação compensatória é positiva pois na realidade ela representa uma transferência do agregado familiar para o planejador (de modo que $\frac{dx_0}{e}$ é negativo).

Na equação (2), s_i é a parcela do orçamento gasta no bem i , b_i é a parcela da renda do agregado familiar proveniente da produção do bem i , θ^j é a parcela da renda salarial do membro j no total da renda familiar, e εw_i^j é a elasticidade do salário percebido pelo membro do agregado j com relação ao preço P_i .

A equação (2) resume os efeitos de primeira ordem de uma variação de preço. Cabe observar que $dlnp_i^h$ foi propositalmente indexada por h de modo a introduzir heterogeneidade nas mudanças de preço no nível do agregado familiar. O lado direito da equação (2) revela os efeitos tanto no consumo quanto na renda do agregado familiar. Do lado do consumo, os consumidores estarão em posição desvantajosa se os preços subirem, e estarão em melhor situação se os preços baixarem. Em uma aproximação de primeira ordem, esses efeitos podem ser medidos pelas parcelas do orçamento s_i . Do lado da renda, há igualmente um impacto direto nos lucros, se o agregado familiar produzir bens i , que depende da parcela de renda atribuída a esses bens, b_i . Nas economias rurais, essa fonte de rendimentos pode ser responsável por uma grande parte da renda total. Nas economias mais urbanizadas, com mercados de trabalho mais desenvolvidos, o papel da produção direta de bens (agrícolas) será bem menos importante.

No cômputo geral, o primeiro termo do lado direito da equação (2) estabelece um resultado primordial na literatura: após uma elevação de preços, os consumidores líquidos (tal como definidos pela diferença entre as parcelas orçamentárias e as parcelas de rendimentos) estarão em pior situação, e os produtores líquidos estarão em melhores condições. O oposto é verdadeiro no caso de uma queda dos preços: os consumidores líquidos obterão vantagens e os produtores líquidos sofrerão prejuízos. Além disso, vê-se que os efeitos sobre o bem-estar dos agregados familiares serão heterogêneos nos diferentes países. Um exportador de produtos agrícolas será, em média, beneficiado pelo aumento de preços associado à liberalização internacional da agricultura; mas um importador será penalizado por essas mudanças.

O resultado foi apresentado por Deaton (1989a), quem lançou literatura a respeito (ao defender o uso de estimativas não paramétricas de densidade e de regressões não paramétricas no desenvolvimento econômico) para estudar os efeitos distributivos das alterações de preço. Deaton (1989a) utilizou dados da Pesquisa Socioeconômica da Tailândia de 1981-82 para explorar as consequências distributivas da tarifa de exportação do arroz para todos os agregados familiares tailandeses do país. As ideias apresentadas no trabalho de Deaton foram e ainda são amplamente empregadas na literatura. Os primeiros exemplos incluem: Deaton (1989b), que revisou aplicações para Costa do Marfim, Indonésia e Marrocos; Budd (1993), que investigou o preço dos alimentos e o bem-estar rural na Costa do Marfim; Benjamin e Deaton (1993), que estudaram o cacau e o café também na Costa do Marfim; Barret e Dorosh (1996), que analisaram os preços do arroz em Madagascar; e Sahn e Sarris (1991), que examinaram os ajustes estruturais em diversos países da África Subsaariana. Deaton (1997) fornece um relato do uso inicial dessas técnicas na análise distributiva das políticas de preços.

A alteração dos preços afeta, igualmente, os salários. Esse canal é descrito pelo segundo termo no lado direito da equação (2). Os mecanismos, em princípio, são simples. Quando ocorre uma alteração nos preços, a demanda por mão de obra para diferentes tipos de trabalho (e também a oferta de mão de obra) pode mudar, afetando assim o salário de equilíbrio. Na equação (2), essas respostas são captadas pelas elasticidades ϵw_i^j , que variarão de um membro do agregado familiar para outro, sempre e quando diferentes membros estejam dotados de diferentes competências (trabalho não qualificado, semi-qualificado ou qualificado) ou trabalhem em setores distintos (bônus industriais). Esses efeitos sobre os rendimentos do trabalho dependem da parcela de renda decorrente dos salários dos vários membros, θ^j . Obviamente, se os países diferirem em tecnologia, competência ou normas trabalhistas, a reação dos salários de equilíbrio aos preços também poderá ser heterogênea nas distintas economias.

Como demonstrado na equação (2), a reação dos salários pode gerar efeitos de primeira ordem sobre o bem-estar do agregado familiar. Para atender a essas respostas, a proposta padrão consumidor-líquido/ produtor-líquido precisa ser modificada. Para tanto, cabe considerar o caso extremo onde um agregado familiar de pequenos agricultores consome um produto mas não o produz. Ao invés disso, a fazenda onde vivem gera renda vendendo mão de obra para as fazendas vizinhas. Omitindo-se os salários, esse agregado familiar é consumidor-líquido e poderia, assim, ser prejudicado por um aumento de preços. Mas se os salários reagem positivamente aos preços, o efeito final sobre o bem-estar não necessariamente será negativo. Para mais detalhes, ver Ravallion (1990), Boyce e Ravallion (1991), Porto (2005), e Porto (2006).

REFERÊNCIAS

- Africa infomarket (2005). *Fisheries Sector in Cape Verde*.
- Africa infomarket (2009). *Tourism, Cape Verde*.
- Banco Africano de Desenvolvimento (2009). *Republic of Cape Verde - Country Strategy Paper 2009-2012*, <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/cap%20vert.pdf>
- Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Comissão Económica para a África (UNECA) (2011), *African Economic Outlook 2011*.
- Banco Mundial (2009). *World Trade Indicators 2009/10 database*.
<http://go.worldbank.org/7F01C2NTP0>
- Banco Mundial (2011). *The Migration and Remittances Fact book 2011*,
<http://siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/334934-1199807908806/CapeVerde.pdf>
- Banco Mundial e International Finance Corporation (2011). *Doing Business 2011: Making a Difference for Entrepreneurs - Cape Verde*
- Barnum NB, Squire L (1979). An econometric application of the theory of the farm-household. *Journal of Development Economics*, Vol. 6, No. 1, p.79-102.
- Barrett C, Dorosh P (1996). Farmers' Welfare and Changing Food Prices: Non- Parametric Evidence from Rice in Madagascar. *American Journal of Agricultural Economics*, Vol. 78, No. 3: p.656-69.
- Benjamin D, Deaton A (1993). Household Welfare and the Pricing of Cocoa and Coffee in Côte d'Ivoire: Lessons from the Living Standards Surveys. *The World Bank Economic Review*, Vol. 7, No. 3: p.293-318.
- Borrmann A, Busse M e Neuhaus S (2005). EU/ACP Economic Partnership Agreements: Impact, Options and Prerequisites. *Intereconomics: Monthly Review of Economic Trade and Development*. maio/junho 2005.
- Boyce J, Ravallion M (1991). A Dynamic Econometric Model of Agricultural Wage Determination in Bangladesh. *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, Vol. 53, No. 4 p.361-76.
- Brambilla I, Porto G (2010). *Commodity Prices: Impacts and Adjustments*, Mimeo, Universidade Nacional de La Plata. Argentina.
- Budd JW (1993). Changing Food Prices and Rural Welfare: a Nonparametric Examination of the Côte d'Ivoire, *Economic Development and Cultural Change*, Vol. 41, No. 3: p.587-603.
- Busse M, Borrmann A e Großmann H (2004). *The Impact of ACP/EU Economic Partnership Agreements on CEDEAO Countries: An Empirical Analysis of the Trade and Budget Effects. Final Report*. Instituto de Ciências Econômicas Internacionais de Hamburgo. Hamburgo.
- Carling J (2001). *Aspiration and Ability in International Migration: Cape Verdean Experiences of Mobility and Immobility*. Dissertations and theses, 2001/5. Centro para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente, Universidade de Oslo.
- Carling J (2002). *Cape Verde: Towards the End of Emigration?* Migration Information Source, Novembro, <http://www.migrationinformation.org/Profiles/display.cfm?ID=68>
- Carling J (2004). Emigration, Return and Development in Cape Verde: The Impact of Closing Borders. *Population, Space and Place*, Vol. 10, No. 2, p.113-132.
- Carrera S, R. Hernandez i Sagrera (2009). *The Externalization of the EU's Labour Immigration Policy - Towards Mobility or Insecurity Partnerships?*, Documento de Trabalho do CEPS No.321/outubro de 2009.
- Comissão da União Africana e Comissão Europeia (2009). *CAMPO: for a better circulation of skills between Cape Verde and the EU*,
<http://www.africa-eu-partnership.org/node/1845>
- Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) (2004). *Remittances: The New Development Mantra?* G-24 Discussion Paper Series, por Devesh Kapur. No. 29, abril de 2004

- Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) (2009). *Mainstreaming gender in trade policy*. Genebra. TD/B/C.I/EM.2/2/Rev.1, 19 de março de 2009.
- Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) (2010). *Assessment of the Impact of Trade Policy Reform in Countries Acceding to the World Trade Organization*. Nações Unidas, Nova Iorque e Genebra
- Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) (2011). *Report of the Expert Meeting on Maximizing the Development Impact of Remittances*. Genebra. TD/B/C.I/EM.4/3, 6 de abril 2011.
- Deaton A (1989a). Rice Prices and Income Distribution in Thailand: A Non-Parametric Analysis. *Economic Journal*, Vol. 99, No. 395: p.1-37.
- Deaton A (1989b). Household Survey Data and Pricing Policies in Developing Countries. *The World Bank Economic Review*, Vol. 3, No. 2: p.183-210.
- Deaton A (1997). *The Analysis of Household Surveys: A Microeconomic Approach to Development Policy*. John Hopkins University Press for the World Bank.
- Dixit A, Norman VD (1980). *Theory of International Trade. A Dual, General Equilibrium Approach*. Cambridge Economic Handbooks. Cambridge.
- Economist Intelligence Unit (2008). *Country Report, Cape Verde*. Disponível no sítio www.eiu.com
- Economist Intelligence Unit (2011). *Country Report, Cape Verde*, abril e julho 2011.
- Enterprise Survey (2009). *Featured snapshot report*. Disponível no sítio: <http://www.enterprisesurveys.org/>
- Fundo Monetário Internacional (FMI/IMF) (2010a). *Statistical database*.
- Fundo Monetário Internacional (FMI/IMF) (2010b). *Cape Verde: Poverty Reduction Strategy Paper—Progress Report*, IMF Country Report No. 10/367
- Hicks JR (1939). The Foundations of Welfare Economies. *Economic Journal*, Vol. 49, No. 196: p.696–712.
- Hinkle L, Hoppe M e Newfarmer R (2006). Beyond Cotonou: Economic Partnership Agreements in Africa. *In Trade, Doha, and Development - A Window into the Issues*. Editado por Richard Newsfarmer, Banco Mundial. Washington D.C.
- Marking A (2010). Trade Liberalization and Tax Reforms in Cape Verde, Department of Economics at the University of Lund, *Minor Field Study Series* No. 202.
- Monteiro C (1997). *Comunidade Imigrada - O caso da Itália, Visão Sociológica*.
- Nações Unidas (ONU), base de dados COMTRADE (2010). Acessada em 29 de março de 2011.
- Nações Unidas (ONU) (2011) *The United Nations Development Assistance Framework (UNDAF) for the Republic of Cape Verde 2012-2016*.
- Nicita A (2009). The price effect of tariff liberalization: measuring the impact on household welfare. *Journal of Development Economics*, Vol. 89, No. 1: p.19–27.
- Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e Programa Alimentar Mundial (PAM) (2002). *Special Report. FAO crop and food supply assessment mission to Cape Verde*. Nações Unidas.
- Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e Programa Alimentar Mundial (PAM) (2011). *Food Outlook*, Junho.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (2011) *Education for all, Global Monitoring Report 2011*.
- Organização Internacional do Trabalho (OIT) (1980-2008), Key Indicators of the Labour Market database.
- Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2010). *Developments and challenges in the hospitality and tourism sector*, Issues paper for discussion at the Global Dialogue Forum for the Hotels, Catering, Tourism Sector, Genebra, 23–24 de novembro de 2010.
- Organização Internacional do Trabalho (2011). *Social security for social justice and a fair globalization*, Conferencia Internacional do Trabalho, 100a Sessão, 2011, Caixa 4.1.
-

Organização Mundial do Comércio (OMC) (1991) *World Trade Organization Services Sectoral Classification List*, MTN.GNS/W/120, 10 julho de 1991.

Organização Mundial do Comércio (OMC) (2000) *Communication from the Dominican Republic, El Salvador, and Honduras – The Cluster of Tourism Industries*. Documento da OMC S/CSS/W/19, 5 dezembro 2000.

Organização Mundial do Comércio (OMC) (2007a). Report of the working party on the accession of Cape Verde to the World Trade Organization WT/ACC/CPV/30, 6 de dezembro de 2007. Disponível no sítio: <http://docsonline.wto.org/imrd/directdoc.asp?DDFDocuments/t/WT/ACC/CPV30.doc>

Organização Mundial do Comércio (OMC) (2007b). Schedule of Specific Commitments in Services WT/ACC/CPV/30/Add.2, 6 de dezembro de 2007.

Organização Mundial do Comércio (OMC) (2008). Accession of the Republic of Cape Verde. Decisão de 18 de dezembro de 2007. WT/L/715, de 8 janeiro de 2008. Disponível no sítio: <http://docsonline.wto.org/imrd/directdoc.asp?DDFDocuments/t/WT/L/715.doc>

Organização Mundial do Comércio (OMC) Serviços de base de dados. Disponível no sítio: <http://tsdb.wto.org/>

Organização Mundial do Comércio (OMC), Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) e International Trade Center (ITC) (2010). *World Tariff Profiles 2010*. Genebra.

Organização Mundial do Turismo (OMT/UNWTO) e ONU Mulheres (2011). *Global Report on Women in Tourism 2010*.

Porto G (2005). Informal Export Barriers and Poverty. *Journal of International Economics*, Vol. 66, No. 2: p.447-470.

Porto G (2006). Using Survey Data to Assess the Distributional Effects of Trade Policy. *Journal of International Economics*, Vol. 70, No. 1: p.140-160.

Porto G (2007). Globalization and Poverty in Latin America: Some Channels and Some Evidence. *The World Economy*, Vol. 30, No. 9: p.1430-1456.

Porto G (2010). International Market Access and Poverty in Argentina. *Review of International Economics*, Vol. 18, No. 2: p.396-407.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2010). *Human Development Report*. Disponível no sítio: http://hdrstats.undp.org/en/countries/country_fact_sheets/cty_fs_CPV.html

Programa Alimentar Mundial (PAM) (2009), Escritório Regional para a África Ocidental, http://one.wfp.org/appeals/projected_needs/documents/2009/OMD.pdf

Ravallion M (1990). Rural Welfare Effects of Food Price Changes Under Induced Wage Responses: Theory and Evidence for Bangladesh. *Oxford Economic Papers New Series*, Vol. 42, No. 3: p. 574-585

República de Cabo Verde (1980). *Recenseamento Populacional 1980*. Instituto Nacional de Estatística.

República de Cabo Verde (1990). *Recenseamento Geral da População e Habitação 1990*. Instituto Nacional de Estatística.

República de Cabo Verde (1992). A Constituição da República de Cabo Verde

República de Cabo Verde (1999- 2009). Banco de Cabo Verde *Relatório Anual*.

República de Cabo Verde (2002a). *Recenseamento Geral da População e Habitação 2000*. Instituto Nacional de Estatística

República de Cabo Verde (2002b). Inquérito às Despesas e Receitas Familiares. *Outubro 2001 a outubro 2002*. Instituto Nacional de Estatística

República de Cabo Verde (2003). *Efeitos do Plano de Ação Nacional para o Ambiente*. Ministério da Agricultura e Pescas

República de Cabo Verde (2006). *Programa de Governo na VII legislatura, 2006-2011*.

República de Cabo Verde (2007a). *Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva 2005*. Instituto Nacional de Estatística

- República de Cabo Verde (2007b). Decreto-Lei No. 5/2007 de 16 de outubro. *Boletim Oficial* No. 37 série I.
- República de Cabo Verde (2007c). *Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar (QUIBB) dezembro 2007*. Instituto Nacional de Estatística.
- República de Cabo Verde (2007d). *Intensificar Esforços para Erradicar a Pobreza e a Fome, inclusive através da Parceria Global para o Desenvolvimento*.
http://webapps01.un.org/nvp/uploads/Cape_Verde_national_rpt.pdf
- República de Cabo Verde (2008). *Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza – II*, Ministério das Finanças e da Administração Pública, Direção Geral de Planeamento, Maio.
- República de Cabo Verde (2009a). Decreto-Lei 50/2009 de 30 de Novembro. *Boletim Oficial* No. 45 série I.
- República de Cabo Verde (2009b). Estudo do Diagnóstico de Integração do Comércio para o Quadro Integrado de Assistência Técnica para Assuntos do Comércio nos Países menos avançados, *Inserção de Cabo Verde na Economia Global*.
- República de Cabo Verde (2009c). Relatório dos Progressos sobre a consecução dos ODM. Foco Municipal, Relatório 2007-2008.
- República de Cabo Verde (2010). Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Comissão sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW). Relatórios submetidos pelos Estados Partes em conformidade com o Artigo 18 da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Relatório Combinado do Estado Parte: República de Cabo Verde. Relatório Combinado: Relatórios 7 e 8. Resolução n. 51/2010 de 13 de setembro. *Boletim Oficial* No. 35 série. I.
- República de Cabo Verde (2011a). *Apresentação dos Resultados Preliminares do IV Recenseamento da População e Habitação, 2010*. Instituto Nacional de Estatística.
- República de Cabo Verde (2011b). *Programa de Governo na VIII legislatura, 2011-2016*.
- República de Cabo Verde (2011c). Lei contra a violência baseada no gênero, (Estabelece as medidas destinadas a prevenir e reprimir o crime de violência baseada no gênero). Lei No. 84/VII/2011 de 10 de janeiro. *Boletim Oficial*. 2 série. I.
- Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas A/Res/59/210 de 20 de dezembro de 2004.
- Sahn D, Sarris A (1991). Structural Adjustment and the Welfare of Rural Smallholders: A Comparative Analysis from Sub-Saharan Africa. *World Bank Economic Review*, Vol. 5, No. 2: p.259-89.
- Singh I, Squire L e Strauss J (1986). *Agricultural Household Models: Extensions, Applications and Policy*. Johns Hopkins Press for the World Bank. Baltimore.
- TradeCom Facility (2008). *Cape Verde's Market Access Commitments for Trade in Goods and Services, Under the Support Cape Verde's Post-Accession to the WTO, Appendix 1*. Mimeo, TradeCom Facility, 2008.
- Transparência Internacional (2010). Corruption Perception Index. Disponível no sítio:
<http://www.transparency.org/>
- União Europeia (UE) (2007) *Regulamento da Comissão* No 1547/2007 (OJ L 337, 21.12.2007).
- União Europeia (UE) (2008a) *Regulamento da Comissão* No 732/2008, Artigo 11(8), (OJ L 211, 6.8.2008).
- União Europeia (UE) (2008b). Conselho da União Europeia, *Declaração Conjunta sobre a Parceria para a Mobilidade entre a União Europeia e a República de Cabo Verde*. 9460/08 ADD 2.
- União Europeia (UE) (2010). *Regulamento da Comissão* No 1126/2010 (OJ L 318, 4.12.2010).
- USAID/West Africa and West Africa Trade Hub (2009). *West African Fisheries Profiles - Cape Verde*.
- USAID/West Africa and West Africa Trade Hub (2009a). *Cape Verde - Enhancing Planning to Increase Efficiency of Public Spending. Public Expenditure Review*.
- Zouhon-Bi, Simplicio G e Lynge Nielsen (2007) CEDEAO – Fiscal Revenue Implications of the Prospective Economic Partnership Agreement with the EU. *World Bank Working Paper Series*, Abril.
-

NOTAS

- 1 As informações sobre a história e a geografia de Cabo Verde constantes desta seção estão disponíveis no sítio web oficial do Governo de Cabo Verde: <http://www.governo.cv/>
 - 2 Nas áreas urbanas, 49,8% da população é composta de homens e 50,2% de mulheres. Nas áreas rurais 49% são homens e 51% mulheres. (República de Verde 2011a).
 - 3 O coeficiente de Gini é um número entre 0 e 100, onde o zero corresponde à completa igualdade de renda e o 100 à completa desigualdade. Há países na região com padrões de distribuição de renda mais equilibrados do que Cabo Verde. O coeficiente de Gini para o Benim, por exemplo, é 38,6, Camarões 44,6, Costa do Marfim 48,4, Gâmbia 47,3, Gana 42,8, Mauritânia 39 e Senegal 39,2. <http://hdrstats.undp.org/en/indicators/161.html>
 - 4 Período de 2005-2008. (UNESCO, 2011)
 - 5 O governo busca aumentar a participação da pesca e da agricultura no PIB. Em termos estatísticos, a contribuição atual desses dois setores está subestimada pois apenas a pesca artesanal e as culturas tradicionais são captadas pelas estatísticas, deixando de fora a pesca industrial, o impacto do PIP nas barragens e do microcrédito na irrigação como formas de expandir a produtividade agrícola (BAD, OCDE, PNUD, UNECA 2011).
 - 6 O código penal, a legislação eleitoral, o código laboral e o código civil reconhecem a igualdade de direitos entre homens e mulheres.
 - 7 Esta seção baseia-se na República de Cabo Verde (2007b).
 - 8 O trabalho doméstico é definido como trabalho realizado na residência do empregador. Para mais informações ver: <http://www.ine.cv/Legisla%C3%A7ao/Outras/C%C3%B3digo%20laboral%20cabo-verdiano.pdf>
 - 9 A Convenção foi aprovada em 16 de junho de 2011 durante a conferência anual da OIT. Ela estabelece um conjunto de normas, inclusive horas de trabalho razoáveis, descanso semanal de pelo menos 24 horas consecutivas, um mínimo de remuneração em espécie, informações precisas sobre os termos e as condições do emprego, bem como respeito pelos princípios e direitos fundamentais no trabalho, inclusive liberdade de associação e direito à negociação coletiva.
 - 10 Para informações adicionais: <http://www.icieg.cv/>
 - 11 Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, 1993; o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, 1993; Princípios e Plano de Ação da Conferência Internacional do Cairo, 1994; Declaração e Plataforma de Ação de Beijing, 1995; e os ODM, 2000.
 - 12 Informações sobre a CEDEAO podem ser encontradas aqui: <http://www.ccdg.ecowas.int/>; e http://www.comm.ecowas.int/dept/stand.php?id=e_e2_brief&lang=en
 - 13 A CEDAW requer que, a cada quatro anos, os países signatários elaborem relatórios sobre os avanços na implementação das obrigações emanadas da Convenção. Cabo Verde apresentou seu primeiro relatório em 2005 o qual foi considerado um relatório cumulativo pois incluía as rodadas 1 a 6 dos relatórios da CEDAW. Em setembro de 2010, o governo aprovou um relatório para a CEDAW juntando as rodadas 7 e 8 (República de Cabo Verde 2010).
 - 14 O PNIEG foi avaliado em 2008, e um relatório intercalar sobre o grau de consecução dos ODM foi publicado em 2009.
 - 15 As remessas contribuíram para equilibrar parcialmente o déficit comercial negativo; entretanto, elas são principalmente utilizadas em atividades relacionadas ao consumo, e não tanto para financiar atividades produtivas.
 - 16 Benim (0,354), Costa do Marfim (0,363) e Gâmbia (0,262), por exemplo, têm um índice de concentração de exportações bem menor do que Cabo Verde. Esse índice revela como as exportações de países individuais concentram-se em vários produtos. Os valores vão de 0 a 1 (concentração máxima). Fonte: *CNUCED Handbook of Statistics 2010*.
-

- 17 Cabo Verde também é elegível como beneficiário em dois outros acordos preferenciais: a Lei para o Crescimento e a Oportunidade da África (AGOA), dos Estados Unidos, e a Tarifa Preferencial Geral (GPT), do Canadá. Esses dois programas demonstraram ter uma importância comercial limitada para o país: virtualmente nenhuma exportação foi realizada em 2008 e 2009 em conformidade com os dispositivos da AGOA, e o volume de exportação de Cabo Verde para o Canadá é insignificante.
- 18 Em vigor a partir de 1 de janeiro de 2008 (Resolução da Assembleia Geral da ONU A/Res/59/210 de 20 de dezembro de 2004).
- 19 O Artigo 11(8) do Regulamento (CE) No 732/2008 prevê a retirada de um país do TEA quando ele é excluído da lista de PMAs pela ONU. O Artigo prevê, ainda, o estabelecimento de um período transitório de, no mínimo, três anos antes que a retirada entre em vigor (União Europeia, 2008a).
- 20 Costa do Marfim e Gana, por exemplo, estabeleceram um APE provisório com a UE em dezembro de 2007. Assim, as principais exportações de ambos os países continuaram a gozar acesso preferencial aos mercados da UE.
- 21 O “Acordo de Parceria entre os membros do Grupo de Estados da África, Caribe e Pacífico por uma parte e a Comunidade Europeia e seus Estados Membros por outra parte” (“Acordo de Parceria ACP-CE” ou “Acordo de Cotonou”) foi assinado em 23 de junho de 2000 em Cotonou, Benim. Ele foi estabelecido por um prazo de vinte anos, de março de 2000 até fevereiro de 2020 e entrou em vigor em abril de 2003. Na Convenção de Lomé, a UE concedeu preferências comerciais não recíprocas ao Grupo de Estados ACP, enquanto o Acordo de Cotonou prevê um sistema de acordos de parceria econômica regionais (APE) segundo os quais os Estados ACP abrem seus mercados domésticos à UE em reciprocidade à isenção fiscal concedida pela UE no acesso a seus mercados.
Fonte: Europa, *Summaries of EU legislation*,
http://europa.eu/legislation_summaries/development/african_caribbean_pacific_states/r12101_en.htm
- 22 As Parcerias para a Mobilidade não constituem tratados internacionais juridicamente vinculantes. Elas não abrangem todos os estados membros da UE – estes optam por participar das parcerias de modo voluntário, de acordo com seu interesse em administrar os fluxos de migração – inclusive os irregulares – provenientes de um terceiro país específico. Espanha, França, Luxemburgo, Países Baixos e Portugal assinaram a parceria com Cabo Verde. Devido à sua natureza jurídica “branda”, às suas distintas coberturas geográficas e ao fato de parecerem servir aos interesses nacionais e às agendas políticas dos estados membros participantes ao invés de zelar pelos interesses dos trabalhadores de terceiros países, essas parcerias tornaram-se objeto de crítica. Fonte: Carrera S. e R. Hernandez i Sagrera (2009).
- 23 http://www.macaunews.com.mo/index.php?option=com_content&task=view&id=1099&Itemid=4
- 24 Macauehub, 27 de junho de 2008 e 2 de Agosto de 2011.
- 25 Em comparação com outros países em desenvolvimento, especialmente em África.
- 26 As taxas aduaneiras gerais sobre as importações foram calculadas de acordo com um percentual fixo sobre o valor dos produtos importados.
- 27 Com a introdução do IVA, a estrutura de impostos indiretos foi consideravelmente simplificada. Ele substituiu 10 impostos diferentes tais como Imposto sobre o Consumo, Imposto sobre Combustíveis e seus derivados, Imposto Especial sobre o Consumo de Álcool e Tabaco, e o Imposto sobre o Turismo. O IVA é de, normalmente, 15% sobre o preço do produto.
- 28 Documento MTN.GNS/W/120, datado de 10 de Julho de 1991. O item “Serviços Relacionados a Turismo e Viagens” enquadra-se na categoria 9 da Lista de Classificação Setorial de Serviços.
- 29 Segundo a “Classificação Central de Produtos Provisória” (CPC) da ONU, os primeiros três subsetores possuem a seguinte listagem associada: CPC 641-643 para “Hotéis e Restaurantes (inclusive catering)”;
-

CPC 7471 para “Serviços de agências de viagens e operadoras de turismo”; CPC 7472 para “Serviços de guias de turismo”.

30 Ver, por exemplo, Comunicações da República Dominicana, El Salvador, e Honduras – The Cluster of Tourism Industries (Documento da OMC - S/CSS/W/19, 5 de dezembro de 2000).

31 As tarifas podem, porém, tornar-se uma questão polêmica se Cabo Verde conseguir diversificar sua economia, acrescentando maior valor agregado às suas exportações. Também poderão gerar controvérsia caso haja um hiato entre a expiração do período transitório do TEA e a conclusão das negociações do APE.

32 Esta descrição dos efeitos da política comercial sobre os indivíduos baseia-se no quadro analítico desenvolvido por Nicita 2009.

33 Utilizaram-se as densidades (logaritmo) dos gastos per capita. Uma estimativa de densidade kernel constitui uma forma não paramétrica de estimar a função densidade de probabilidade de uma variável aleatória. Essa função descreve a possibilidade de uma variável vir a ocorrer.

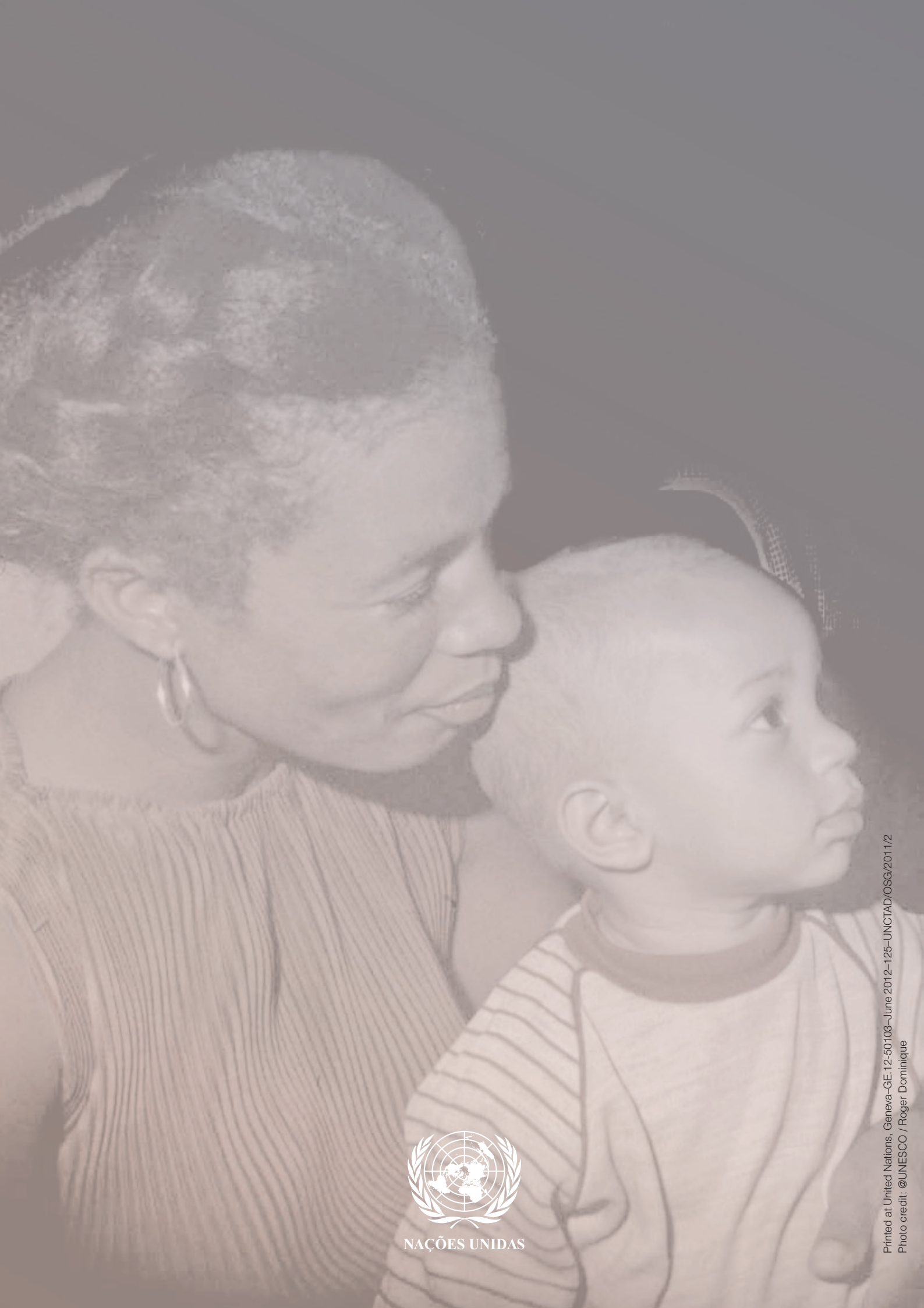
34 A linha de pobreza oficial corresponde a 60% da renda média anual de um agregado familiar do IDRF 2002.

35 Um estudo de caso realizado em Nápoles, Itália, na década de 80 (Monteiro, 1997), mostrou que as mulheres cabo-verdianas enviavam mais dinheiro para casa do que os homens, cerca de 18% de sua renda, em comparação aos 7% a 13% enviados pelos homens.

36 Os setores/atividades registrados seguem a classificação do IDRF 2002.

37 Um método alternativo seria começar com a função de utilidade indireta, ver Deaton (1997).

38 Ver Barnum e Squire (1979) e Singh, Squire, e Strauss (1986) para uma discussão teórica do princípio de separabilidade.



NAÇÕES UNIDAS